

Fábio Costa Pedro

**PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO NA
CAPITAL MINEIRA DO FOLCLORE,
JEQUITIBÁ-MG.**

**BELO HORIZONTE
Centro Universitário UNA
Novembro/2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Fábio Costa Pedro

**PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO NA
CAPITAL MINEIRA DO FOLCLORE,
JEQUITIBÁ-MG.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do
Centro Universitário UNA, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Turismo e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Turismo e Meio
Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Dias

Belo Horizonte
Centro Universitário UNA
Novembro/ 2007

PEDRO, Fábio Costa
P372p Patrimônio imaterial e turismo na capital mineira do folclore
(Jequitibá/MG): possibilidades e desafios / Fábio Costa Pedro. – 2007.
140f.: il.

Orientador: Dr. Reinaldo Dias.

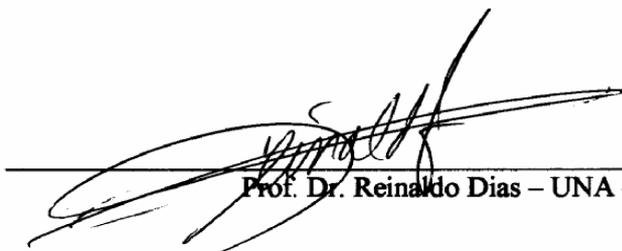
Dissertação (mestrado) – Centro Universitário UNA, Programa de
Mestrado em Turismo e Meio Ambiente. 2007.

Bibliografia: f. 119 -129



**CENTRO UNIVERSITARIO UNA
PROGRAMA DE MESTRADO EM TURISMO E MEIO AMBIENTE**

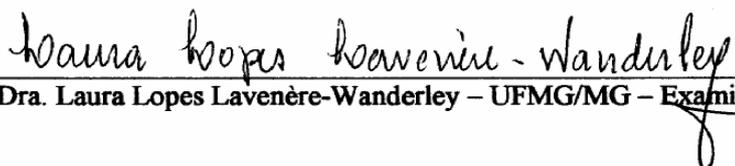
Dissertação intitulada “Patrimônio imaterial e turismo na capital mineira do folclore, Jequitibá - MG”, de autoria do mestrando Fábio Costa Pedro, aprovado pela Comissão Examinadora constituída pelos seguintes membros:



Prof. Dr. Reinaldo Dias – UNA – Orientador



Prof. Dr. Nelson Antônio Quadros Vieira Filho – UNA – Examinador Interno



Prof. Dra. Laura Lopes Lavenère-Wanderley – UFMG/MG – Examinadora Externa

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha mulher, Ilda Soares Costa Pedro, pela compreensão dos momentos ausentes e pela colaboração de alguém que motivou e obrigou a realizar aquilo de que somos capazes, mas adiado pelas circunstâncias da vida. Dedico aos filhos, Fabiana Soares Costa Pedro e Humberto Soares Costa Pedro que contribuíram, cada um à sua maneira, para este trabalho.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que colaboraram de alguma forma para que este trabalho pudesse ser apresentado. Em primeiro lugar, sou grato ao professor Reinaldo Dias que tornou possível esta dissertação por sua orientação e por ter apontado o marco teórico, o que muito me motivou na realização deste trabalho.

Quero agradecer a Patrícia Valério que muito me estimulou na realização do mestrado, como cunhada e revisora de revistas científicas com quem muito aprendi por suas observações e contribuições metodológicas valiosas para a realização desta dissertação.

Quero também agradecer aos colegas de mestrado, com os quais tive a honra de conviver e especialmente a: Cláudio Camargo, Danilo Simões, Ewerthon Pires, Júlio Corrêa e Wladimir Veloso, antídotos contra as atribulações de um curso de mestrado de qualidade como o da UNA. Como Vinicius de Moraes dizia: *“mesmo que as pessoas mudem e suas vidas se reorganizem, os amigos devem ser amigos para sempre, mesmo que não tenham nada em comum, somente compartilhar as mesmas lembranças”*. Quero agradecer a todos os professores do mestrado pela competência e zelo pelo curso. Um agradecimento à profa. Isabel de Oliveira e a José Euclides que participaram do exame de qualificação.

Agradeço aos jequitibaenses a possibilidade de construir estes relatos, recebendo a minha presença em suas casas, nas ruas e dependências da prefeitura da cidade. Em Jequitibá agradeço particularmente a: Adriane Gonçalves, Elmar Bastos, Hermano Saturnino, Ronaldo Soares, Marilene Barbosa, Neide Reis, Nivaldo Aparecido, Nelson Jacó, Zé da Ernestina, Kenia Fabrícia e tantos outros. Um agradecimento especial ao casal Emerson Goulart e Ana Mello Viana, pela acolhida sempre calorosa em sua propriedade no distrito de Vargem Bonita, Jequitibá, e que me acompanharam pelas estradas poeirentas do município.

Finalmente agradeço, através de Flávia Filomena, Vanessa Santos, Ana Paula as bibliotecárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da UNA Centro Universitário, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG) pelo atendimento sempre cortês ao pesquisador.

Violeiros do baixo Rio das Velhas, violeiros das duas beiras do São Francisco; pessoal sanfoneiro da Folia de Reis, das Traíras; tambores do Congado de Jequitibá; conjunto de “berrantes” dos vaqueiros de escolta; zabumzeiros; inúmeros cantadores.

João Guimarães Rosa, Ave,
Palavra (fragmento)

RESUMO

O Patrimônio Cultural constituiu-se num elemento fundamental para a formação de uma memória nacional que contribuiu para consolidar a idéia de Estado Nacional. Estes passaram a tutelar com o tombamento seus monumentos e obras de arte que assim tornaram-se um instrumento adequado para a formação de um caráter nacional. A partir do final do século XX ocorre em nível internacional e no Brasil a ampliação do significado do patrimônio cultural, incluindo também as manifestações culturais imateriais, como as festas religiosas ou profanas, tradições orais, música e culinária. A valorização do patrimônio cultural imaterial de uma localidade, como Jequitibá-MG, pode contribuir para a construção e o fortalecimento de sua identidade, e a preservação de inúmeras manifestações populares da cidade que aliada à atividade turística, pode promover a conservação das festas e a melhoria das condições de vida da população. Buscou-se investigar neste trabalho a relação entre patrimônio, turismo e o município de Jequitibá-MG, refletindo sobre como as referências culturais ligadas à tradição podem se constituir em recursos turísticos, contribuindo desse modo para o desenvolvimento local. Nesse sentido, nesta dissertação se buscou responder à questão de como o patrimônio imaterial pode ser utilizado como recurso turístico salvaguardando a identidade local, a partir do estudo de caso de Jequitibá. Utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica, observação do autor e entrevistas com os gestores públicos locais, os mestres das celebrações e com os proprietários dos meios de hospedagem da cidade. Como resultado do trabalho concluímos que o patrimônio cultural imaterial pode ser utilizado como recurso turístico e também reforçar a identidade local, que é possível a partir de ações nas quais exista o equilíbrio entre os interesses da comunidade e os do mercado

Palavras chave: Patrimônio cultural, Patrimônio cultural imaterial, turismo cultural, herança como recurso cultural.

ABSTRAT

The Cultural patrimony became a fundamental element to construct a national memory and consolidate the National State idea. It starts to tutor the monuments and art pieces and because of it they were transformed in an adequate instrument to build a national character. Since the end of century XX, starts, in an international level and consequently, in Brazil, the amplification of the cultural patrimony meaning. It began to include immaterial cultural manifestations, such as religious and profanes parties, oral traditions, music and culinary. The valorization of the incorporeal cultural patrimony from a given place, such as Jequitibá- MG, known as the Minas Gerais folk capital, may contribute to the construction and reinforcement of its identity. It also may contribute to the popular manifestation preservation, which added to the tourism activity, may promote the preservation of the parties and the improvement of life conditions in that population. We tried to investigate in this work the relation among patrimony, tourism and Jequitibá-MG city, analyzing how the cultural references linked to the traditions may constitute a resource for tourism, contributing for the local development. In this way, in this work, we tried to answer the question of how the incorporeal patrimony may be used as a resource for tourism, protecting the local identity. We made a case study of Jequitibá-MG. It was made a bibliographic research, associated to author personal observation and interviews with public managers, celebration masters and owners of guest services in the city. As a result we concluded that the incorporeal cultural patrimony can be used as a resource for tourism and also can reinforce the local identity. This will be possible with actions which equilibrate the community and the market interests.

Keywords: Cultural heritage, Intangible cultural heritage, Cultural tourism, Heritage as cultural resource.

LISTA DE FIGURAS.

FIGURA 1	74
FIGURA 2	79

LISTA DE TABELAS.

TABELA 1	76
TABELA 2	77

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.....	45
QUADRO 2.....	49
QUADRO 3.....	80
QUADRO 4.....	82
QUADRO 5.....	84
QUADRO 6.....	96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Justificativa.....	1
1.2 Objetivo.....	2
1.3 Metodologia.....	3
1.4 Estrutura da Dissertação.....	5
2. O PATRIMÔNIO CULTURAL E SEUS SIGNIFICADOS.....	7
2.1 A evolução do conceito de Patrimônio Cultural.....	7
2.2 A evolução do conceito de Patrimônio cultural na Unesco.....	14
2.3 O Patrimônio cultural no Brasil.....	20
3. UM NOVO OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	31
3.1 O Patrimônio Imaterial: construção social.....	31
3.2 O Patrimônio imaterial no Brasil.....	40
3.3 Os Registros do Patrimônio Imaterial brasileiro.....	47
4. O PATRIMÔNIO, TURISMO E SUSTENTABILIDADE.....	52
4.1 O Turismo cultural e o patrimônio.....	52
4.2 O Turismo e a sustentabilidade.....	62
4.3 Os Turistas Culturais.....	64
5. PATRIMÔNIO E TURISMO EM JEQUITIBÁ/MG.....	67
5.1 A comunidade e os desafios do turismo.....	67
5.2 O IEPHA/MG e a legislação de proteção ao patrimônio cultural.....	69
5.3 Jequitibá/MG: A capital mineira do folclore.....	74
5.4 As Festas Tradicionais: entre o sagrado e profano.....	80
5.5 A festa do folclore em Jequitibá/MG: perspectivas turísticas.....	89
5.6 A Gestão do patrimônio e o turismo em Jequitibá/MG.....	92
5.7 Jequitibá patrimônio e turismo: possibilidades e desafios.....	97
5.7.1 Possibilidades.....	97
5.7.2 Desafios.....	101
5.8 Patrimônio e o turismo em Jequitibá/MG.....	104
6. RESULTADOS E ANÁLISES.....	108
7. CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
APÊNDICES.....	127

APÊNDICE A - Festa do Santíssimo Jequitibá/MG 2007	127
APÊNDICE B - Tambores de Jequitibá: passado e presente	128
APÊNDICE C - Estandartes e músicos de Jequitibá/MG	129
APÊNDICE D - FestiVelhas Jequitibá 2007: fim da capina e dança do serrador	130
APÊNDICE D - FestiVelhas: dança do tear de Pindaibas (Jequitibá/MG)	131
APÊNDICE E - Entrevista com representante do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Jequitibá.	132
APÊNDICE F - Entrevista com os mestres de Jequitibá/MG.	133
APÊNDICE G - Entrevista com secretário da cultura de Jequitibá/MG.	134
APÊNDICE H - Entrevista com proprietários de hotéis/pousadas da cidade	135
APÊNDICE I - Roteiro de observação de eventos na cidade.	136
ANEXOS	137
ANEXO A – Portal web da prefeitura de Jequitibá/MG	137
ANEXO B - As celebrações do município de Jequitibá/MG	138
ANEXO D - Festival mostra a riqueza do folclore.	140

1. INTRODUÇÃO.

1.1 Justificativa

O trabalho é uma reflexão a propósito da importância da ampliação do conceito de patrimônio cultural que de bens edificados, como os monumentos e as obras de arte, estendeu-se a saberes, músicas, festas, danças, crenças, o que possibilitou a participação de setores sociais cujas referências culturais permaneciam sem valorização. Atualmente adicionou-se ao valor cognitivo e estético do patrimônio um valor de mercado que não é visto sem controvérsias. O patrimônio cultural brasileiro compreende os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

O patrimônio envolve dilemas como: o que conservar? Para quem conservar? Como conservar? Por que conservar? Além desses dilemas, a ampliação da concepção de patrimônio cultural propicia identidade cultural a um povo, a uma localidade, sendo um recurso capaz de mobilizar povos e grupos que, ao alimentar-se do seu passado, podem continuar o processo de sua produção entre vendo um futuro a conquistar. Esse patrimônio vivo foi reconhecido pela UNESCO (2003) na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Pela amplitude e por seus significados múltiplos pode-se estabelecer uma discussão fértil entre o patrimônio cultural e o turismo numa comunidade. Nessa relação, o patrimônio propicia ao turismo o recurso capaz de atender à satisfação das aspirações espirituais e culturais do turista, e para a comunidade detentora da herança cultural esse legado é um recurso que possibilita bem-estar material beneficiando um maior número de pessoas e valorizando um dos componentes do patrimônio que é a identidade cultural, um valor ligado à auto-estima e a um sentimento de pertencimento e de diversidade cultural.

Uma outra motivação desta dissertação é que a partir dessas reflexões surja a oportunidade de desenvolver uma ação pedagógica nessa comunidade com um projeto de educação patrimonial, uma estratégia de valorização para assegurar-lhe uma melhor visibilidade e aumentar a consciência da importância daquilo que se

herda e se identifica. O patrimônio imaterial precisa ser conhecido e conquistado por ser ele um patrimônio social e comunitário.

1.2 Objetivo

O presente trabalho visa a refletir sobre o patrimônio imaterial como referência cultural e como recurso turístico, na cidade mineira de Jequitibá. A sua conservação se articula ao seu uso social e econômico em que o passado dialoga com o presente gerando bem-estar, auto-estima e renda para o lugar.

Em suma, busca-se investigar neste trabalho a relação entre patrimônio, turismo e a comunidade de Jequitibá/MG. Busca-se na voz dos principais detentores da herança cultural e gestores da comunidade identificar as celebrações do lugar, seu sentido e as possibilidades e os desafios de sua apropriação pelo turismo na “capital mineira do folclore”. Nesta dissertação apresenta-se a problematização:

- Como o patrimônio cultural imaterial a partir do estudo de caso de Jequitibá/MG pode ser utilizado como recurso turístico salvaguardando a identidade local?

Neste trabalho a abordagem proposta privilegia os arranjos da apropriação do patrimônio pelo turismo, os desafios e possibilidades dessa relação entre cultura e mercado. Problematiza-se como esse nexos pode contribuir para valorização da identidade local, mantendo o sentido simbólico e de mercado do patrimônio cultural, que é uma realidade na época presente.

Objetivo Geral

- Analisar o patrimônio cultural imaterial como ferramenta de fortalecimento da cultura local e como recurso turístico em Jequitibá/MG .

Objetivos Específicos

- Identificar as principais celebrações, patrimônio imaterial, da sede do município de Jequitibá/MG

- Analisar a importância dessas manifestações para o fortalecimento da identidade local e para o turismo.
- Analisar o interesse dos responsáveis pelos folguedos em relação à presença de excursionistas e turistas.

1.3 Metodologia

A dissertação analisa o patrimônio cultural imaterial da cidade de Jequitibá/MG, localizada às margens do Rio das Velhas, na região central de Minas Gerais, cujos ritmos, danças e performances estão ligados ao catolicismo tradicional popular, que dão a essa comunidade a identidade de “Capital Mineira do Folclore”.

Esta dissertação utilizou como método a pesquisa bibliográfica, a observação do autor e entrevistas com os gestores públicos locais, os mestres das celebrações e com os proprietários dos meios de hospedagem da cidade. A pesquisa bibliográfica, selecionada entre autores nacionais e estrangeiros, teve como referência o estudo do conceito de patrimônio cultural que foi ampliado ao longo do século XX gerando uma nova categoria: a de patrimônio imaterial que compreende os bens culturais intangíveis, representando um novo olhar sobre o patrimônio cultural. A pesquisa bibliográfica buscou também abordar a relação entre o patrimônio e sua apropriação pelo turismo. O trabalho de campo, realizado na sede do município, teve como estratégia a observação de três celebrações: a Festa da Nicolina, a Festa do Santíssimo e o Festivalhas Jequitibá, ocorridas na sede do município.

Quanto às entrevistas, elas foram realizadas com perguntas abertas com liberdade para acrescentar questões de esclarecimento dos informantes. As entrevistas foram utilizadas para levantar a percepção dos gestores públicos, os mestres das folias e das guardas e dos proprietários dos hotéis e pousadas em relação à presença de excursionistas e turistas na cidade.

Para as entrevistas foram escolhidas pessoas responsáveis pelas celebrações da cidade e que se dispuseram a ser ouvidas, sendo entrevistados os mestres José Geraldo Alves, o “Zé da Ernestina”, rei do Congo de MG; “Nelson Jacó”, mestre de folias da cidade; Elmar Pereira Bastos, o “Nozinho”, criador da festa da Nicolina. Foram entrevistados os gestores públicos Geraldo Antônio Saturnino, prefeito do município; Hermano Rener Saturnino, Secretário de Cultura Turismo e Lazer; Lúcia

Antônio Saturnino Souza, Secretária Municipal de Educação; Ronaldo Soares, antiquário; e Neide Reis, historiadora das tradições culturais da região.

Buscou-se, nessas entrevistas, captar o sentido das celebrações do ponto de vista simbólico e ao mesmo tempo como recurso turístico. As entrevistas tiveram ainda por objetivo investigar o envolvimento do poder público municipal e dos meios de hospedagem no trato do patrimônio imaterial da cidade, como formador da identidade local e como recurso turístico. Neste trabalho se procurou investigar a principal motivação das festas, as principais manifestações culturais da sede do município e o interesse dos mestres pela presença dos excursionistas e turistas nessas festas ligadas ao catolicismo. As entrevistas pautaram-se pelo respeito à cultura e aos valores do entrevistado. As informações obtidas através desse instrumento se constituem em dados qualitativos que foram os fundamentos para a resposta ao problema da pesquisa e seus objetivos.

A dissertação se configura como uma pesquisa qualitativa por envolver dados descritivos conseguidos no contato direto do pesquisador com os informantes para esclarecimento da situação estudada. Neste trabalho de caráter qualitativo, os pesquisados constituem-se em sujeitos importantes, pois, são detentores de conhecimento prático, conhecimentos esses que têm que ser analisados pelo pesquisador. Por envolver dados baseados em vivências e crenças, a pesquisa não pode definir-se como neutra, entretanto se apresentou ao autor como o processo apropriado para analisar o universo de crenças, valores do patrimônio cultural imaterial do município de Jequitibá/MG.

Com os dados qualitativos coletados através das entrevistas foram verificados os possíveis arranjos entre o patrimônio imaterial como símbolo de identidade cultural e recurso turístico. A análise permitiu levantar as possibilidades e os desafios para o turismo na sede do município, localidade às margens do Rio das Velhas.

Neste trabalho empregam-se alguns conceitos extraídos de Cartas, Conferências e Convenções internacionais. Assim, o conceito de conservação é empregado para designar os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características culturais. O conceito de preservação será a sustentação da importância de um bem e a desaceleração do processo de deterioração. Como salvaguarda entende-se as medidas que visam a garantir a viabilidade do patrimônio, tais como, a identificação, a preservação, a proteção, a valorização, a transmissão por educação

formal e não formal e a revitalização deste patrimônio. Por autenticidade se entende o respeito à originalidade dos bens, mas aceitando suas transformações, seja quanto ao aspecto de forma, materiais, uso e funções ao longo do tempo, desde que realizadas pela comunidade que gerou o bem cultural.

1.4 Estrutura da Dissertação

Este trabalho está dividido em sete partes, principiando com uma introdução trazendo a justificativa da dissertação, os objetivos, um resumo da metodologia utilizada para alcançar os objetivos buscados.

A segunda parte apresenta a evolução do conceito de patrimônio cultural que nasceu vinculado aos bens edificados ligados à formação dos estados nacionais que tinham a responsabilidade pela sua conservação. Nesse capítulo aborda-se a evolução do patrimônio cultural tanto em nível internacional com a participação da Unesco, como a evolução ocorrida no Brasil sob a orientação do Iphan.

A terceira parte discorre sobre um novo olhar acerca do patrimônio cultural, que resultou no surgimento da sua dimensão intangível ou imaterial. Isso foi o resultado das novas reflexões sobre a cultura e do pleito das nações, cuja herança estava na transmissão oral, na reconstrução, e não se enquadrava na concepção do patrimônio edificado consagrado pelos países ocidentais. Dialoga-se, nesses dois primeiros capítulos, com Abreu (2003), Arantes (2001), Barreto (2000), Batalla (2004), Ballart (2002), Dias (2006), Choay (2001), Falcão (2001), Gonçalves (1996), Meneses (2004), Morón (2005), Sant'Anna (2001), Vieira Filho (2002)

A quarta parte apresenta a relação entre turismo e patrimônio, por ser esse um dos mais antigos motivadores dos deslocamentos das pessoas que viajam para a contemplação de monumentos e festivais. Como qualquer atividade humana, a utilização do patrimônio pelo turismo deve ser sustentável, o que implica em respeito pela cultura do lugar e ainda a participação da comunidade e de grupos responsáveis, na gestão desse legado que pode contribuir para gerar renda sem perder seu sentido ou ameaçar o ambiente natural e cultural da comunidade local. Utilizam-se para essas reflexões autores como Alfonso (2003), Bonet e Tresserras (2005), Carsalade (2002), Canclini (2006), Gonzalez Mendéz (1996), Richards (2005), Santana (1998), Socorro (2004) e Talavera (2003).

A quinta parte discorre sobre as celebrações da cidade, sua importância para a comunidade e seus detentores e busca verificar os desafios e possibilidades desse patrimônio imaterial que pode ser apropriado pelo turismo. Procura ver se a presença de excursionistas e turistas contribui para afirmar a consciência da importância da herança cultural local ou se, pelo contrário, é vista como ameaça à identidade e à cultura locais. Busca, ainda, averiguar qual o envolvimento do poder público municipal na gestão do patrimônio imaterial da localidade.

A dissertação se fecha com os resultados e a conclusão sendo que, com base nas entrevistas e observação do autor, buscou-se responder aos objetivos e problema da pesquisa. Seguem-se os apêndices e anexos que contribuem para o entendimento do texto.

2. O PATRIMÔNIO CULTURAL E SEUS SIGNIFICADOS.

2.1 A evolução do conceito de Patrimônio Cultural.

A representação de patrimônio cultural evoca obras edificadas, saberes e fazeres. É um conceito de significado múltiplo que envolve a amplitude e a diversidade dos bens culturais, uma vez que se pode referir a patrimônio histórico, patrimônio arquitetônico, patrimônio artístico, cultural ou natural. O patrimônio é formado por bens materiais e imateriais e é detentor de valor cognitivo, político, estético, afetivo e de valor de uso e de troca. Ele tem a função de informar, lembrar, conservar, criar e educar.

Desta maneira, os palácios, as igrejas, as obras de arte reconhecidas, as festas, as celebrações, as danças, o jeito de ser e de fazer, ritos e crenças compõem o patrimônio cultural, constituindo-se em manifestações materiais ou imateriais. O patrimônio cultural constitui herança perpetuadora da memória histórica, de identidade nacional, regional ou local. O patrimônio remete a experiências passadas, e está ligado à memória, o que permite relembrar momentos vividos e estreitar o sentimento de pertencer a uma comunidade, a uma nacionalidade, ou a uma mesma espécie: a humana.

O conceito de patrimônio foi ressignificado ao longo dos séculos compreendendo inicialmente as obras monumentais, como as propriedades ligadas ao poder ou à classe dominante, e a obras de arte consagradas. Ao longo do século XX a idéia de patrimônio passa incluir os saberes cotidianos, ofícios, músicas, festas, danças, crenças que mesmo singelos possuem forte carga simbólica para seus detentores e performáticos. (BARRETTO,2000; LONDRES, 2004).

Tomando como exemplo a herança material, pode-se afirmar então que o patrimônio cumpre o papel de lembrar (do latim *monere*), e que gerou o monumento, aquilo que lembra alguma coisa, que associa o passado com o presente. Monumento é toda edificação que possibilita rememorar acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. (CHOAY, 2001). Os monumentos “*são consagrações da memória*” (BALLART, 2002:35) e funcionam como símbolos, ou seja, objetos materiais que comunicam algo para uma comunidade.

A idéia de monumento que busca tornar viva a memória de fatos importantes pode ser também *“uma construção que não tem função memorial explícita e sim a de exaltar a beleza ou a técnica de seu tempo presente”* (MENESES, 2004:32). Desta maneira, para o mesmo autor, o patrimônio atua como a: *“mediação da memória ou da história ou, simplesmente, como objeto de estímulo à nossa sensibilidade artística, a nossa fome de arte, ele continua a ser construído e a desempenhar seu papel educador, exaltando o passado ou monumentalizando o presente”* (MENESES, 2004:33).

Nesta dissertação o conceito de patrimônio utilizado contém o sentido de herança e legado histórico. Na cultura ocidental, herança cultural e legado histórico são mais conhecidos como “patrimônio histórico e artístico”, “patrimônio cultural” ou simplesmente “patrimônio”. Patrimônio, enfim, é tudo que se cria, se valoriza e se quer preservar (LONDRES, 2004; MENESES, 2004)

A expressão “patrimônio cultural” neste trabalho é usada para nomear bens culturais materiais e imateriais, como os prédios, as obras de arte, os monumentos, os lugares históricos, as relíquias, os documentos e diferentes manifestações populares: artesanato, rituais, festas populares, religiões populares, esportes, tudo enfim tangível ou intangível que pode ser exibido e contemplado (GONÇALVES, 1996).

O marco contemporâneo da idéia de proteção do patrimônio cultural ocorreu durante a Revolução Francesa de 1789. Em meio ao incêndio de igrejas e estátuas destruídas ou mutiladas surge, nas instâncias revolucionárias, o estímulo à conservação. A Revolução ficou enredada entre o vandalismo e a conservação. A onda destrutiva simbolizava *“poderes e valores execrados, encarnados pelo clero, pela monarquia e pelos senhores feudais: manifestação de repúdio a um conjunto de bens cuja incorporação conspurcaria o Patrimônio nacional impingindo-lhe emblemas de uma ordem finda”*. (CHOAY, 2001:108). Este vandalismo cívico patriótico representava o ódio do “Terceiro Estado”¹ aos símbolos do Antigo Regime, um sistema político, econômico e social que defendia a desigualdade como condição natural. Esta destruição cívica podia, por exemplo, incluir a fundição de sinos para confecção de moedas e canhões ou a venda da propriedade da igreja como lastro para o papel moeda da Revolução Francesa de 1789. (CHOAY,2001)

¹ O chamado “Terceiro Estado” era formado pela burguesia, por trabalhadores e camponeses livres que sustentavam com o pagamento de altos impostos o Estado absolutista francês, já que a nobreza e o clero estavam isentos de obrigações como os impostos.

Foi a partir da Revolução Francesa que o patrimônio deixou de ser a herança privada, bens de uma pessoa e passa para o conjunto dos cidadãos agora como bem comum, constituindo a riqueza material e moral da nação. Inicialmente nasce de uma necessidade de se salvar esse patrimônio da destruição revolucionária, motivada por um sentimento de perda. Contra o vandalismo erguem-se as vozes de alguns revolucionários, fundados em valores patrióticos. Desse modo a

herança dos nobres era apropriada como herança do povo de cada Estado-nação, sendo relidas com novos sinais diacríticos. Uma nova história heróica das nações passou a ser construída, onde não mais os indivíduos – reis, líderes, heróis, eram os sujeitos. A partir de então, o novo sujeito da história era o povo (ABREU, 2003:31).

Ao longo do processo revolucionário essas vozes colocam a defesa dos monumentos para lembrar que a nação nem sempre fora livre e como os opressores viviam cercados de requinte e luxo enquanto nas ruas lutava-se pelo pão.

Doravante, (estas riquezas) servirão à instrução pública; elas servirão para formar legisladores filósofos, magistrados esclarecidos, agricultores instruídos, artistas a cujo talento o povo não delegara em vão a tarefa de celebrar dignamente seus sucessos (VICQ D'ÁZYR² apud CHOAY, 2001:114).

Para Ballart (2002) salvar monumentos representou, durante a Revolução Francesa (1789-1799), o reconhecimento de que “As coleções reais e aristocráticas são vistas com novos olhos e passam a ter um novo uso cívico. Logo, os monumentos e coleções serão convertidos em um único recurso, patrimônio da nação para a educação dos cidadãos” (BALLART,2002:149).

Desenvolve-se nesse contexto a idéia de valor do patrimônio cultural. O principal valor do patrimônio cultural que emergiu do interior da Revolução foi o “valor nacional”, “bens pertencentes à nação” fazendo dos monumentos históricos propriedade, por herança, de todo o povo, pois os comitês revolucionários dotavam-nos de um valor nacional.

De acordo com Ballart (2002), o passado se personifica em objetos que se pode ver e tocar. O passado dá sentido e concretude ao presente através da faculdade humana da memória. Sem a memória das experiências passadas os homens tornam-se “zumbis”. Na sociedade contemporânea na qual a capacidade de produção de objetos

² Euvres completes, Paris, Éditions J.L. Moreau, t.. IV e V, 1805.

é enorme graças aos avanços tecnológicos, e a tendência a sua destruição por sua rápida obsolescência é uma constante, o patrimônio religa a relação dos homens com o mundo que passou. Os objetos do passado mais estimados são os objetos artísticos. Porém a sociedade atual, mais aberta e igualitária que a sociedade de um século atrás, está redescobrando a riqueza enorme, a variedade e o poder dos objetos que a história lhe lega, que não são somente os objetos artísticos, e que atualmente são denominados de patrimônio. Ao trabalhar o conceito de patrimônio, Ballart (2002) afirma:

O patrimônio é uma prova evidente da existência de vínculos com o passado. O patrimônio alimenta sempre no ser humano uma sensação reconfortante de continuidade no tempo e de identificação com uma determinada tradição. Nas sociedades modernas os elementos de continuidade e de identificação estão presentes entre os indivíduos da mesma forma que no passado e são tão necessários como antes” [...] Assim nasce, com o ruído e a confusão da mudança, a noção de patrimônio histórico no mundo moderno, como aquele legado da história que chegamos a possuir porque sobreviveu a passagem do tempo e nos chega a tempo para refazer nossa relação com o mundo que passou. (BALLART, 2002:36,37)

Os Estados Modernos europeus passaram a adotar a proteção de seu patrimônio cultural, histórico ou natural como fatores identificadores e legitimadores de sua identidade nacional. Deste modo, uma nação:

torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio. Em outras palavras, as práticas de apropriação e colecionamento são entendidas como um esforço no sentido de restabelecer ou defender a continuidade e a integridade do que define identidade e a memória nacional. (GONÇALVES, 1996:24).

Com a Revolução Francesa, surge um arquétipo de política patrimonial que prevalece até meados do século XX, ligada aos Estados Nacionais que identifica, classifica e realiza o tombamento do patrimônio como uma política pública de valorização e preservação dos bens que simbolizam uma nação. Portanto, o patrimônio histórico deixa de ser uma prática remota de grupos que procuravam reforçar seus laços de identidade, tomando novas proporções no século XIX com sua vinculação à formação dos Estados Nacionais e à construção da identidade nacional.

A ênfase neste momento é na formação cívica do cidadão e o valor histórico do monumento é que conta nesta etapa. Esse modelo seria adotado por muitos países europeus e esta concepção de patrimônio é a que se consolida no Brasil até os anos

1970. O diretor do IPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, então afirmava que o Patrimônio Histórico e Artístico “*é o documento de identidade da nação brasileira. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos*” (ANDRADE, 1987:57)

Outro marco importante na consolidação da idéia de patrimônio na era contemporânea foi a Revolução Industrial (Século XVIII), que despertou nos artistas e intelectuais europeus a consciência da mudança dos tempos, “*de um tempo longo, impontual, baseado nos ciclos naturais [...] passou a um tempo fixo, regulado obsessivamente recortado pelo incansável deambular das agulhas do relógio*” (BALLART, 2002:209). As estradas de ferro, as chaminés, seu ritmo veloz fazem surgir vozes que clamavam contra a destruição da arquitetura tradicional; de monumentos e restos arqueológicos. (BALLART, 2002). Um dos porta-vozes da conservação dos tempos idos, Ruskin, faz a apologia da consagração do monumento histórico ligado a obras arquitetônicas, principalmente na Inglaterra. Ele afirmava no final do século XIX que “*nós podemos viver sem [a arquitetura], adorar nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos nos lembrar*”. (RUSKIN³, apud CHOAY, 2001:139).

A concretização da idéia de patrimônio que surgiu da Revolução Francesa (1789-1799), é a do patrimônio “nacional”. Cecília Londres (1997) sintetiza esta etapa da concepção de Patrimônio Cultural como sendo originalmente uma prática ligada aos Estados Nacionais que através de seus agentes, com bases em instrumentos jurídicos, selecionam o que preservar pelo “*valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras*”. (LONDRES, 1997:11). Neste contexto da formação dos Estados Nacionais modernos privilegiam-se as edificações como palácios, igrejas, criações arquitetônicas representativas do poder temporal e espiritual.

O patrimônio público, nacional, perdurou ao longo do século XIX e boa parte do século XX, e foi revestido, além do valor histórico e artístico, de um “*valor político e passou a ser identificado com o Estado, representante dos interesses gerais da nação (...) como instrumento de formação e de consolidação das identidades nacionais*”. (DIAS, 2006:70).

³ The Seven Lamps of Architecture. Londres, J.M Dent and Sons, 1956

O patrimônio apropriado pelo Estado passa a representar um importante elemento simbólico para a consolidação das sociedades nacionais idealizadas, unificadas, pois nelas não se reconhecem diferenças de classe, de etnias, da diversidade, enfim. A noção de patrimônio vinha cumprir, portanto, várias funções simbólicas, entre as quais:

1. *reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de posse privada, mas propriedade de todos os cidadãos e que são preservados e geridos pelo Estado*
2. *tornar visível e real, a nação idealizada, simbolizada, por obras criadas expressamente com essa finalidade como hinos, calendários e obras de arte*
3. *funcionar como documentos “como provas materiais das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação” (FONSECA,1997:59)*

De acordo com Jeudy (1990:3), o Estado se apropria do patrimônio e o orienta “*para um ideal da memória rósea. Os conflitos e os esquecimentos, os erros e os acidentes acabam sendo excluídos*”. Os intelectuais convocados se responsabilizarão por inventariar e classificar o que deve ser preservado e guardado como herança da nação. Eles buscam, entre os bens culturais, aqueles portadores de forte apelo simbólico para a nação ligado ao que julgam culturalmente relevante na formação histórica do país. Esses intelectuais

buscam consolidar sua dominação política e ideológica [...] outros buscam tão somente a afirmação de sua existência como cultura distinta e o fazem por meio do acúmulo de um capital simbólico, que tem o patrimônio cultural como um de seus elementos mais significativos, por representar a continuidade histórica”. (DIAS,2006:79).

Essa concepção de patrimônio resultou, no Brasil, na hegemonia do patrimônio relacionado à etnia branca, à religião católica e a monumentos vinculados ao Estado como palácios, fortes, fóruns, e à elite nativa, como sede de fazendas, sobrados urbanos, sendo obras de intelectuais ligados à arquitetura.(FALCÃO, 1984:28)

Os ecos desta concepção de patrimônio seriam ouvidos até na Carta de Veneza, de 1964, na qual se reafirma a importância das obras monumentais do passado como testemunhos vivos de tradições seculares. Entretanto, nessa mesma Carta ocorre a ampliação da concepção de monumento histórico que deixa de ser apenas as grandes criações, mas inclui as obras modestas que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (CURY, 2004)

No final dos anos 1970 aumentou tanto na Europa como na América a preocupação com a conservação do patrimônio que repercute nas inaugurações, comemorações que celebram o passado e que estão associadas ao aparecimento de uma nova preocupação com o patrimônio cultural. Uma listagem cronológica dos principais eventos ligados à preservação dão a dimensão desta “paixão pela preservação”. Em 1976, no bicentenário da independência norte-americana, iniciativas de instituições tanto acadêmicas como comerciais ligadas inclusive ao turismo buscam desvendar mais sobre o passado norte-americano. Na França, em 1979, tem início o ano do patrimônio, que resultou na criação posterior do Musée d’Orsay e no início da reforma do Louvre, e no surgimento dos ecomuseus⁴. Em 1986, em Washington, tem início uma grande exposição sobre a Revolução Industrial Americana (Engines of change); em 1988, no bicentenário do nascimento da Austrália, busca-se neste continente a procura de suas raízes desde a vida das populações indígenas à chegada dos primeiros colonos, o que, resulta na formação de museus e exposições. Em 1989, em Madri (Espanha) se criou o Centro de Arte Reina Sofía e a Fundação Thyssen reforma o Museu do Prado.

No Brasil, em 1973, lançou-se o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com objetivo de restauração de sítios e monumentos que se prestassem à reutilização econômica através do turismo (MICELI, 1984:77). Nos anos 80 foram tombados pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade os seguintes bens, no Brasil: as cidades de Ouro Preto, MG (1980) e Olinda, PE (1982), as ruínas de São Miguel da Missões, em Santo Ângelo, RS (1983), o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo, MG (1985), o Centro Histórico de Salvador, BA (1985), o Parque Nacional do Iguaçu, PR(1986), o Plano Piloto de Brasília (1987) e o Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, PI (1991).

Para Ballart nessa “paixão pela preservação” busca-se conservar desde a arquitetura aos objetos domésticos mais comuns, desde objetos singulares e isolados a estruturas complexas como um povo ou uma paisagem. Na análise do autor, *“por trás das manifestações mais vistosas deste boom do patrimônio das últimas décadas flui uma corrente social poderosa que valoriza a recuperação do passado porque sente necessidade do passado.”* (BALLART, 2002:125).

⁴ Museu que apresenta uma coletividade humana em seu próprio ambiente, com objetos e formas de vida relacionadas ao passado. (DIAS.2006:247)

Ao longo das últimas décadas do século XX, as discussões sobre a ampliação da idéia de patrimônio que eram até então “*produtos de uma relação específica com o passado, isto é, da colocação deste em perspectiva história e da seleção de certos bens materiais*” (SANT’ ANNA, 2001:152) começam a ser ampliadas em razão da demanda dos países com uma tradição de patrimônio importante ligada a manifestações populares transmitidas oralmente. A UNESCO buscou, então, diversificar a aplicação do conceito de patrimônio por meio de ação normativa que de alguma maneira contemplasse essas reivindicações.

2.2 A evolução do conceito de Patrimônio cultural na Unesco.

A relevância do Patrimônio Cultural para a humanidade levou a UNESCO, desde a sua criação, a elaborar uma legislação internacional conhecida como “Cartas Patrimoniais”. Esses documentos estabelecem uma série de recomendações sobre a necessidade da salvaguarda do patrimônio cultural da humanidade. Essa organização internacional conclama os estados signatários a implementar medidas de proteção.

Antes da UNESCO, na Carta de Atenas de 1931, documento resultante de uma Conferência patrocinada pela Sociedade das Nações, reconhecia-se a importância da conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade, sendo que deveria e caberia aos Estado Nacionais cuidar da salvaguarda dos monumentos.

Essa concepção de patrimônio edificado e como símbolo da nação era recorrente nas convenções e recomendações da UNESCO, refletindo a visão ocidental do patrimônio eternizado nas coisas materiais e a preservação como “*uma prática constituída de operações voltadas para a seleção, proteção, guardas e conservação dessas coisas*” (SANT’ANNA, 2003:48) e, como símbolo da nação, “*esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras*”.(FONSECA1997:11).

Essa concepção aparece na Convenção do Patrimônio Mundial (1972), na qual a UNESCO considerava como patrimônio cultural:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições,

grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciências;
- Os sítios: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (CURY, 2004:178)

Nessa Convenção a concepção de proteção ao patrimônio cultural continua umbilicalmente ligada aos Estados Nacionais, cabendo a estes o papel fundamental de zelar pela sua preservação, manutenção e interpretação capazes de cristalizar as abstrações que são “nacionalidade” e “identidade”.

Art. 4º. Cada um dos Estados-partes na presente convenção reconhece que a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural mencionado nos artigos 1º. e 2º , situados em seu território, incumbe-lhe primordialmente. (CURY, 2004:179)

Os profissionais e acadêmicos, especialmente arquitetos, arqueólogos, historiadores e museólogos continuam como as autoridades técnico-científicas responsáveis pela classificação, proteção e promoção desses valores. A Convenção de 1972 não deixou de provocar tensões, pois, apesar da sua importância como instrumento normativo da questão do patrimônio cultural, acabou *“fortalecendo a identificação de patrimônio com o patrimônio material, já que limita, como vimos, a proteção de monumentos, grupos de edificações e sítios”* (BRUGMAN, 2005:57).

Entre as ações importantes na conservação do patrimônio cultural da humanidade comandadas pela UNESCO estão, por exemplo, as campanhas internacionais para salvar monumentos na Núbia (o Grande Templo Abu Simbel, impedindo que o mesmo fosse alagado pelas águas da represa de Assuan). Outras campanhas surgiram pela preservação de Moenjodaro (Paquistão), Fez (Marrocos), Katmandu (Nepal), Borobudur (Indonésia) e da Acrópole grega. Em março de 2007 estavam registrados pela UNESCO 830 bens que o Comitê do Patrimônio Mundial tem inscrito na Lista do

Patrimônio Mundial: 660 são bens culturais, 166 são bens naturais e 25 são bens mistos, localizados em 184 países⁵.

A UNESCO, gradualmente, incorporara na última década do século XX a dimensão intangível ou imaterial do patrimônio cultural. Essa ação normativa teve início em 1973, quando a Bolívia solicita à UNESCO um protocolo específico para a proteção de sua herança cultural. Essa pioneira ação da Bolívia junto à UNESCO foi motivada pelo sucesso comercial da canção andina “El condor pasa”, gravada por Simon e Garfunkel, em 1973. A ação boliviana pôs em marcha junto à UNESCO o processo para se desenvolver um instrumento mais satisfatório na legislação internacional de tentativa de proteção da herança cultural. Apesar dos esforços do organismo internacional e dos países latino-americanos, africanos e asiáticos, “*o tema foi considerado pelos Comitês como sendo basicamente cultural, fora do alcance do campo de proteção do direito do autor*” (BO,2003:80) por serem obras pertencentes à tradição popular sem autoria definida. A UNESCO passou, então, a se concentrar na questão em busca de uma melhor precisão metodológica.

Em 1989, no documento *Recomendações para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, a UNESCO aconselha aos Estados-membros que aplicassem disposições para a salvaguarda da cultura tradicional e popular “*adotando medidas legislativas ou de outra índole que sejam necessárias, de acordo com as práticas constitucionais de cada Estado*” (CURY, 2004:294).

Nessa mesma Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular a UNESCO define a cultura tradicional e popular como:

o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição expressas por um grupo ou por indivíduos, onde normas e valores são transmitidos oralmente, compreendendo a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (CURY,2004:294)

A UNESCO, com base na “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional”, sugeria aos países membros a identificação, a salvaguarda, a conservação e a difusão da cultura tradicional, fato que não recebeu apoio da maioria dos Estados-membros. A França constituiu-se numa exceção, pois, acatando as

⁵ UNESCO. World Heritage List. Disponível em:< <http://whc.unesco.org/en/list>> Acesso em 16/03/2007

recomendações do organismo internacional, implementou o sistema “Tesouros humanos vivos” com o apoio aos mestres de ofícios tradicionais franceses, que recebem ajuda financeira do Estado com o compromisso de transmitir suas técnicas e conhecimentos para aprendizes selecionados. Essa Recomendação, mesmo sendo um instrumento flexível, uma declaração de princípios que poderia ser aplicada ou não pelos governos, conforme seu interesse, foi um marco para se ampliar o conceito de patrimônio cultural.

Do ponto de vista político a Recomendação atendia às demandas dos países Orientais, Asiáticos, e países do chamado Terceiro Mundo, com grande tradição de *“criações populares anônimas, não tão importantes em si por sua materialidade, mas pelo fato de serem expressões de conhecimentos, práticas e processos culturais”* (SANT’ANNA, 2003:49). Nos países orientais, mais importante do que conservar o objeto como testemunho de uma herança cultural é conservar o processo de produção e a sua transmissão para futuras gerações.

No decorrer da década de 1990, o tema da proteção à Cultura Popular motivou novos encontros e a realização de um Fórum Mundial UNESCO-OMPI⁶, ocorrido em 1997 na Tailândia, sobre a proteção do folclore. Esse encontro foi seguido de quatro reuniões regionais para a África, Ásia, Países Árabes e América Latina e o Caribe.

Na 30ª Conferência-Geral da UNESCO, em 1999, organizada conjuntamente com o Smithsonian Institution de Washington, EEUU, avaliaram-se as recomendações de 1989 e foi aprovada resolução apresentada por República Checa, Lituânia e Bolívia, solicitando à Organização que preparasse estudo sobre a viabilidade de instrumento para a proteção do patrimônio intangível.

Nessa Conferência Internacional de Washington concluiu-se que era necessário dar maior importância aos detentores da tradição e maior proteção não apenas para os produtos artísticos, mas para as lendas, os cantos, os saberes e valores que

⁶ A Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) é uma das agências especializadas das Organizações das Nações Unidas, com sede em Genebra-Suíça. A OMPI é composta por 180 países membros e, além da proteção da propriedade intelectual, é responsável pela administração dos vários tratados multilaterais que versam sobre aspectos legais e administrativos da propriedade intelectual.

possibilitam sua proteção, valorizando o processo criativo gerador de produtos culturais⁷.

Esse novo instrumento para a salvaguarda da cultura tradicional e popular tinha como objetivos: conservar as criações que corriam risco de desaparecer e compensar os efeitos da globalização que colocavam em perigo o patrimônio das minorias e dos povos indígenas; dar a essas manifestações o reconhecimento internacional; fortalecer a identidade dos grupos detentores; garantir a continuidade histórica, promover a diversidade criativa da humanidade e fomentar o uso desse patrimônio⁸

No âmbito da Conferência de Washington de 1999, uma questão fundamental seria ventilada: a revisão dos termos folclore ou cultura tradicional e popular. Esses conceitos no âmbito do encontro foram questionados por não darem conta da complexidade e do dinamismo da cultura popular, sendo que algumas comunidades indígenas o consideravam pejorativo. Segundo Tora (apud BLAKE⁹,2001), os grupos indígenas não aceitavam esse termo folclore em razão de que afirmavam que sua cultura era regida por normas sagradas que se entrelaçavam com seu modo tradicional de vida sendo que essas normas fixavam os valores legais, morais e culturais, constituindo-se em sua identidade cultural.

Em março de 2001, no anexo do Doc. 161EX/15 denominado “O patrimônio cultural imaterial: definições operacionais”, resultado de uma mesa redonda internacional realizada em Piemonte, Itália, reconhece-se que o termo folclore já não é mais adequado, uma vez que:

a definição de “folclore” ou “cultura tradicional popular” que está presente na Recomendação (1989) deve-se modificar para fazer-se mais ampla, de modo que compreenda não apenas os produtos artísticos como as lendas, entre outros, senão também os conhecimentos e valores que possibilitam sua produção, os processos criativos que geram os produtos e os modos de interação graças aos quais esses produtos são herdados de maneira adequada e devidamente valorizados¹⁰

⁷ UNESCO Documento EX 161 EX/15, 2001, 4o. parágrafo. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>> Acesso em 09. mar 2007.

⁸ Ibidem

⁹ BLAKE, Janet. Developing a New Standard-setting Instrument for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage: Elements for consideration. Paris. UNESCO, 2001 Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001237/123744E.pdf>>. Acesso em 14 mar 2007.

¹⁰ UNESCO Documento EX 161 EX/15, anexo, p.2, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>> Acesso em 09. mar. 2007.

A partir dessas considerações sobre a impropriedade do vocábulo folclore, por ter uma conotação muitas vezes pejorativa por tratar as manifestações populares como credice, conservadorismo e superstição religiosa do povo, a UNESCO iniciou as negociações para o reconhecimento desse patrimônio vivo utilizando a terminologia patrimônio imaterial, assim conceituado nesse documento:

os processos assimilados pelos povos, junto com os conhecimentos, as competências e a criatividade que os mantêm e que eles desenvolvem, os produtos que criam e os recursos, espaços e demais aspectos do contexto social e natural necessários para que perdurem; além de dar às comunidades vivas uma sensação de continuidade com respeito às gerações anteriores, esses processos são importantes para a identidade cultural e para a salvaguarda da diversidade cultural e a criatividade da humanidade¹¹ (Doc. 161 EX/15 anexo:2, 2001:p.3)

Como resultado desse processo de reflexão e esforços, que incluíram estudos técnicos e discussões internacionais com especialistas, juristas e membros dos governos sobre a ampliação do conceito de patrimônio, a UNESCO reconheceu na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003, o patrimônio intangível.

Os pontos de destaque da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003, são: uma concepção ampla do patrimônio imaterial e o reconhecimento do seu caráter dinâmico; uma concepção ampla de salvaguarda; a importância do patrimônio imaterial como fator de diversidade cultural; a salvaguarda do patrimônio imaterial com a participação do Estado; a democratização nos critérios de escolha dos bens culturais a serem selecionados; o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial como portador de valor para a humanidade.

Essa convenção regulamenta o tema do patrimônio cultural imaterial, e assim complementa a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, que cuida dos bens materiais. Da idéia de patrimônio cultural ligado a bens culturais nacionais, identificadores de uma nação, selecionados por agentes públicos, que compreendiam apenas obras monumentais ligadas ao poder temporal e espiritual, progressivamente avança para uma concepção ampliada de patrimônio cultural, que abrange todas as manifestações intangíveis produzidas pela sociedade, transmitidas por herança,

¹¹ UNESCO Documento EX 161 EX/15, anexo, p.3, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>> Acesso em 09. mar. 2007.

dinâmicas e, como os bens materiais, sujeitas a perda, daí necessitando ser reconhecidas e mantidas as condições materiais e naturais para sua reprodução.

A UNESCO, através das convenções, estabeleceu no plano internacional uma rede de proteção ao patrimônio cultural da humanidade balizada por critérios universalmente aceitos, pois era preciso “*preservar um grande acervo de realizações, comum a todo o gênero humano*” (ABREU, 2003:32).

Essa rede de proteção gerada pela UNESCO implica um sistema de deveres e obrigações aos quais se submetem, por vontade própria, os Estados-Membros. Esses instrumentos normativos têm por objetivo construir um quadro de referências que servisse de parâmetro à comunidade de nações e estimulasse intercâmbios e programas de cooperação para dinamizar a proteção ao patrimônio. Aos Estados-Membros cabe avaliar se a aceitação das obrigações emanadas desses instrumentos é benéfica e útil à gestão interna do seu patrimônio. (BO, 2003)

2.3 O Patrimônio cultural no Brasil.

Defender o patrimônio histórico e artístico é alfabetização, afirmava o modernista Mario de Andrade, e, no Brasil, a política de conservação do patrimônio histórico-cultural e artístico coube, por delegação do Estado, aos “modernistas” no final da década de 1930. O modernismo brasileiro teve uma forte inspiração nacionalista com o objetivo da afirmação de uma autônoma e autêntica cultura brasileira (GONÇALVES, 1996), se contrapondo à influência européia. A singularidade do Modernismo Brasileiro “*reside na ação concomitante e dialética de nossos intelectuais no desejo de construção utópica de um passado e de um futuro para a arte e para o próprio País*” (CAVALCANTI, 2000:9).

Mario de Andrade, intelectual e poeta paulistano, a pedido de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde do Governo de Getúlio Vargas, foi um dos “modernistas” responsáveis pela concepção, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a pioneira instituição governamental organizada para a tutela do patrimônio brasileiro. O SPHAN se constituiu no local e no instrumento para pesquisas modernistas a respeito da arte e da cultura brasileiras (CAVALCANTI, 2000). Os modernistas foram herdeiros do nacionalismo que procurava romper com o

Brasil arcaico dirigido por oligarquias rurais. Os desafios que se apresentavam aos intelectuais para a conservação do patrimônio histórico nacional eram, primeiro, o de estimular a participação da sociedade na idéia da conservação, o de identificar e forjar os bens culturais do patrimônio que refletissem a complexidade e a heterogeneidade da cultura nacional e, finalmente, o de consolidar o SPHAN como uma estrutura institucional eficiente (MICELI, 1984:27).

Anterior a essa política pública de proteção dos bens imóveis ocorreu iniciativa pioneira no período colonial, quando André de Melo e Castro, Conde de Galvéias, Vice-Rei do Brasil (1735-1749), enviou correspondência ao Governador de Pernambuco Henrique Luiz Pereira Freire de Andrade, reclamando contra a transformação do Palácio das Duas Torres, obra de Maurício de Nassau, em quartel da tropa local.

O Vice-Rei lamentava e temia pela sobrevivência da edificação, pois, sem ela, *“arruinará também uma memória”*. Assim se refere Conde Galveas:

me lastimo muito que haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados que em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda mais me lastima que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendada à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na restauração dessa Capitania. (SPHAN/Pro-memória, 1980)

Não entrando no mérito histórico da expulsão holandesa do nordeste como obra exclusiva dos portugueses, a preocupação da conservação do monumento como memória é evidente e está intimamente ligada à glorificação do Estado português.

Ao longo do período imperial brasileiro, outras iniciativas de conservação foram lançadas, como a iniciativa do Visconde do Bom Retiro, expedindo ordem ao Diretor de obras Públicas da Corte para que tivesse cuidado na reparação de monumentos, a fim de não destruir as inscrições que estivessem por acaso gravadas. Eram iniciativas pioneiras e isoladas, pois o Estado Imperial não instituiu uma política oficial nesta área.

No início da República (1889) o novo regime elege como símbolos, além da Bandeira Nacional, do Hino Nacional, a figura de Tiradentes e da Inconfidência Mineira como referências históricas republicanas por serem precursores dos ideais de independência e republicanismo no País.

Sobre a escolha do Inconfidente como símbolo das virtudes nacionais, Carvalho (1997: 59) considera:

Além do óbvio apelo à tradição cristã do povo, que facilitava a transmissão da imagem de um Cristo Cívico, poder-se-ia perguntar por outras razões do êxito de Tiradentes como herói republicano (...) Um dos fatores que podem ter levado à vitória de Tiradentes é, sem dúvida, o geográfico. Tiradentes era o herói de uma área que, a partir da metade do século XIX, já podia ser considerada o centro político do país – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, as três capitânicas que ele buscou num primeiro momento, tornar independentes (...). Na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se, ele operava a unidade mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a república à independência e a projetava para o ideal de crescente liberdade futura. A liberdade ainda que tardia (CARVALHO, 1997:59).

Em 1890, o dia 21 de abril foi declarado feriado nacional e celebrado com um desfile que lembrava a procissão do enterro da Sexta-feira Santa.

Em sentido oposto tem-se a ordem de Rui Barbosa, ministro das Finanças do primeiro governo republicano. Rui Barbosa, assinou o despacho de 14 de dezembro de 1890, determinando que todos os livros e documentos referentes à escravidão existentes no Ministério das Finanças fossem recolhidos e queimados na sala das caldeiras da Alfândega do Rio de Janeiro. Essa decisão foi aprovada no Congresso Nacional com uma monção parabenizando o Governo Provisório por ter ordenado a eliminação dos arquivos nacionais dos vestígios da escravatura no Brasil. Foi, portanto, uma seleção pragmática sob dupla alegação: uma, a de que os documentos foram queimados para apagar qualquer lembrança do período escravocrata, a mancha negra na História Nacional, e outra, alegação de que isso impedia a indenização futura aos ex-proprietários de escravos.

Desse modo o governo republicano, ao mesmo tempo que criava símbolos para o novo regime implantado no País, ocultava uma memória que julgava não ser merecedora naquele momento de proteção. O bem cultural assim erigido e reinterpretado revela-se como uma categoria socialmente construída e, como tal, sujeita a redefinições em consonância com realidades político-socioculturais distintas. (DIAS, 2006)

Os primeiros anos do século XX foram momentos de grandes transformações com a República, com o Positivismo e uma tentativa de aproximar o Brasil da modernidade européia. É o caso do planejamento urbano com a construção da nova capital mineira, Belo Horizonte, traçada pelo Engenheiro Aarão Reis, e as reformas do Rio de Janeiro realizadas pelo prefeito Pereira Passos, saneando, botando abaixo velhas edificações, abrindo grandes avenidas.

A destruição dessa memória simbolizada nas edificações antigas da cidade despertou o interesse de alguns intelectuais com relação à conservação do patrimônio a exemplo do que ocorrera na Europa. É o caso do projeto do deputado pernambucano Luiz Cedro que apresentou um projeto (1923) de defesa do patrimônio histórico e artístico do País projetando, então, uma “Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil”; e a do jurista Jair Lins, para organizar a proteção ao patrimônio histórico e artístico do Estado de Minas Gerais.

Diz o deputado Jair Lins no projeto de lei que “*O interesse na conservação deste patrimônio é tanto maior quando nele todos encontram o que aprender: o esteta, o historiador e o moralista.*” (SPHAN/Pro-memória,1980:66). O texto do jurista, de maneira pioneira no País, faz referência a bens imóveis, à importância da arte como representação de um povo, e ao “tombamento”, ou seja, a propriedade privada sob a tutela do Estado, quando esta é de interesse da coletividade.

Em 1930, o deputado José Wanderley de Araújo Pinho elaborou uma série de decretos versando sobre o tema proteção, como o da criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional (SPHAN/Pro-memória,1980). Em 1934, no bojo das reformas do Estado Brasileiro, o Presidente Getúlio Vargas oficializou a criação de uma agência estatal responsável por zelar pelo patrimônio cultural brasileiro. Pelo decreto nº. 24.735, de 14 de julho de 1934, criou-se a Inspetoria de Monumentos Nacionais. Esta Inspetoria teve como principal finalidade impedir que objetos antigos referentes à história nacional fossem tirados do país em virtude do comércio de antiguidades e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, as quais visavam modernizar e racionalizar as cidades. (SPHAN/Pro-memória, 1980).

A ação de proteção de maior amplitude e significado é o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Mario de Andrade propõe a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional com o

objetivo de determinar; organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional. Esta agência pública teria como competência, por exemplo, determinar e organizar o tombamento geral do patrimônio artístico nacional.

O projeto de Mario de Andrade, de maneira visionária, entendia por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira. A concepção de Patrimônio artístico nacional de Mário de Andrade tinha uma concepção “*extremamente avançada para seu tempo [...] ao reunir num mesmo conceito – arte - manifestações eruditas e populares*” (FONSECA, 1997:108). As obras de arte patrimoniais compreenderiam oito categorias: arte arqueológica, arte ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras. O projeto de Mario de Andrade conciliava a experiência de outros países com as peculiaridades brasileiras para a criação de um Serviço de Proteção ao Patrimônio Artístico Nacional. (FONSECA, 1997; FALCÃO,1984). O texto do projeto incorpora a concepção de patrimônio como formado por elementos materiais e imateriais, obras de arte, sejam elas puras ou aplicadas, populares ou eruditas, nacionais ou estrangeiras.

As propostas de Mario de Andrade por seu caráter avançado que considerava desde as manifestações eruditas até a arte popular com seus objetos: fetiches, cerâmica, indumentária, fosse objeto de estudo e proteção, não receberiam naquela conjuntura atenção porque “*a preservação da lenda ou da dança indígena não tinha a mesma legitimidade social de um altar barroco resplandecendo a ouro*” (FALCÃO,2001:28).

No entanto, o anteprojeto de Mario deu origem ao Decreto-lei 25/1937 de Getúlio Vargas, que criaria o SPHAN. O decreto conceituava Patrimônio Histórico como:

[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”

§ 1º. Os bens a que refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art.4 desta lei.¹²

¹² Decreto-lei 25 de 30 nov. 1937, Disponível em <[http:// www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Acesso em 10 mar.2007.

Ao analisar as razões das mudanças sofridas pelo projeto “inovador, nacional e internacionalmente”, Falcão (2001) afirma que as razões são muitas:

“Um fator foram as subjetivas referências e preferências culturais do poderoso líder do novo órgão, Rodrigo M. F. de Andrade, um político, administrador público, mais do que jornalista e advogado, da melhor elite de Minas Gerais. Onde estavam magníficos exemplares de nossa arquitetura barroca, que o viram nascer e o aculturaram.(...) Outro fator foi que, na verdade, a defesa de Mário de Andrade do patrimônio imaterial não granjeava o mesmo apoio político da classe média que o patrimônio material de pedra e cal obtinha de nossa elite. (FALCÃO,2001:169)

A proteção ao patrimônio nascia num contexto de um governo modernizante-conservador, que tinha como meta realizar a passagem de uma sociedade rural-oligárquica para uma sociedade urbano-industrial, comandada por uma burocracia estatal centralizadora. Era o Estado Novo (1937-1945), liderado por Getúlio Vargas. Esse governo torna-se o promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social e na área cultural sob o comando de Gustavo Capanema. A diretriz era a formação de um novo cidadão dotado de virtudes de trabalho e nacionalismo. Além do SPHAN criam-se instituições como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), revistas como Cultura Política, Ciência Política, entre outras que congregavam em seus quadros a elite intelectual da época, o Instituto Nacional do Livro, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço Nacional do Teatro, órgãos destinados a produzir uma explicação do Brasil.

Os modernistas brasileiros convocados pelo SPHAN defendiam que em vez de olhar para fora, para a Europa, o Brasil olhava agora para dentro, para si mesmo (CAVALCANTI, 2000; FALCÃO, 2001). O governo Vargas “*estimula também o aparecimento de pensadores sociais que através de ideologias sociais distintas, encontram-se no desafio comum de cunhar uma interpretação abrangente da realidade brasileira*” (FALCÃO,1984:27)

As alterações sofridas pelo anteprojeto de Mário de Andrade não significaram o alheamento dos “modernistas” nas questões referentes aos bens culturais brasileiros. Pelo contrário, ocorreu a hegemonia da corrente “modernista”, que era revolucionária nas formas artísticas e, ao mesmo tempo guardião do passado. Devia-se a sua competência a novas linguagens estruturais, a bons contatos internacionais, e estava melhor equipada para construir as formas de um Estado que se queria novo. Essa

preeminência dos “modernistas” sobre outras correntes da época, como os “tradicionalistas” era a sua superioridade qualitativa. (CAVALCANTI, 2000)

O SPHAN, nos anos 1930 e 1940, reuniu uma das mais criativas gerações de pensadores, escritores, historiadores e antropólogos do Brasil. A proteção ao patrimônio cultural brasileiro, sob comando da recém criada Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN - seguiria a tendência mundial, que privilegiava principalmente as expressões culturais e arquitetônicas das elites econômicas e religiosas.

No campo do patrimônio, enquanto seus oponentes privilegiavam aspectos morais e patrióticos, os “modernistas” desenvolviam pormenorizados trabalhos especializados sobre arte, arquitetura, etnologia e música. A habilidade dos “modernistas” em lidar com o monumental, como a construção do prédio do MES (Ministério da Educação e Saúde), granjeou aos modernistas prestígio junto ao Governo Vargas. Os modernistas demonstravam a habilidade na escolha e gestão dos monumentos da Nação:

tinham, ainda, um projeto de nação mais globalizante, sofisticado e inclusivo da complexa realidade brasileira [...] As estruturas “modernistas” simplificadas e multiplicáveis, igualariam as casas de ricos e pobres no aspecto construtivo, possibilitando a produção em larga escala de casas operárias. (CAVALCANTI,2000:20).

A ação dos modernistas projeta-se além, para as questões sociais como temas na agenda da discussão para a construção do novo Estado Brasileiro.

O diretor do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, acaba por privilegiar “os modernistas” em razão de que interessava ao órgão “*divulgar pesquisas seguras, estudos sérios e trabalhos honestos e bem documentados acerca do patrimônio histórico e artístico nacional*” (FONSECA, 1997:134).

A historiografia oficial do IPHAN relata que os primeiros trinta anos, desde a fundação até o fim dos anos 1960, ficaram conhecidos como a “Fase heróica”, na qual se destacaram as atividades em favor dos bens culturais isolados, os quais foram estudados, documentados, consolidados e divulgados. Nesta fase, a principal atividade do SPHAN concentrou-se em não deixar que as edificações civis e religiosas, semi-abandonadas, desaparecessem por ruína.

Para Rodrigo M. F de Andrade, a proteção ao patrimônio não era uma atividade burocrática, romântica ou sentimental, mas um dever a ser cumprido por todas as nações civilizadas do mundo e um dever do Estado Nacional. O seu não cumprimento seria condenado pelas futuras gerações de brasileiros e pela opinião do mundo civilizado (GONÇALVES, 1996). Nos 20 anos de atuação de Rodrigo à frente do SPHAN, obras de arquitetura foram restauradas, imóveis históricos ou artísticos foram incorporados ao patrimônio federal, fundaram-se vários museus, como o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, o Museu do Ouro, em Sabará, o Museu das Missões, em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, o Museu do Diamante, em Diamantina, entre outras realizações. Essa fase da preservação dos monumentos de “pedra e cal” marcaria profundamente a política preservacionista do órgão até o ano de 1979.

Londres (2001:190), no artigo “Para além da “pedra e cal”, afirma que a concepção original do SPHAN: *“produziu um retrato da nação que termina por identificar à cultura trazida pelos colonizadores europeus, reproduzindo a estrutura do poder aqui implantada.”* O balanço de décadas de atuação do SPHAN, entre os anos da fundação do órgão ao início da década de 80, demonstra que a ênfase foi colocada nos monumentos religiosos. Entre 1937 e 1982, o SPHAN tombou 936 monumentos. Os monumentos classificados como “arquitetura religiosa” ultrapassavam todos os demais. *“até 1982, havia 384 monumentos religiosos; destes, 216 eram “igrejas”.*(GONÇALVES, 1996:72).

Aloísio Magalhães, (1984) ao fazer uma análise da atuação do IPHAN em suas quatro décadas de existência, afirma que esta ele prestou relevantes serviços em prol da preservação e da restauração de monumentos nacionais de valor histórico e arquitetônico adquirindo acervo de conhecimentos e metodologias especializadas, tornando-se credora do reconhecimento nacional. A instituição *“permanece, entretanto, voltada, sobretudo, para os bens culturais imóveis, de natureza histórica, religiosos ou leigos, a que se juntou posteriormente o conceito de sítios e conjuntos arquitetônicos relevantes”* (MAGALHÃES, 1984:42).

Do ponto de vista de Gonçalves (1996) nas primeiras décadas do SPHAN o objetivo era o de evitar o desaparecimento, a dispersão e destruição do patrimônio cultural. Nesse sentido, a perda do patrimônio representaria um perigoso processo de perda da memória e, conseqüentemente, da identidade, por isso, como afirmava Rodrigo de

M.F. Andrade, todos os países civilizados tinham criado um serviço público com a finalidade de assegurar a proteção do seu patrimônio.

Para Fonseca (1997) pela análise dos primeiros anos do SPHAN percebe-se a prioridade “aos remanescentes da arte colonial brasileira”, justificada pelo crescente processo de urbanização, do saque e comércio ilegal de bens móveis. A prioridade dada à arquitetura religiosa se justificava pela importância que as igrejas tinham nas colônias luso-espanholas. A opção pelo material devia-se também ao “*perfil profissional preponderante no corpo técnico do SPHAN, em que predominavam os arquitetos*”, conclui Fonseca (1997:121).

Para Campofiorito (1997), a proteção da herança material lusa era em razão da ameaça que vinha de setores intelectuais brasileiros dos anos 1920 e 1930 que tinham verdadeira aversão ao barroco colonial: “*a mentalidade cultural vigente (Conselho, museus, e escolas nacionais, gerais, bispos e arcebispos) ameaçava, não os bens de “pouca dura”, mas os monumentos de “pedra e cal de ostra”* (CAMPOFIORITO 1997:13). O artigo de Mário de Andrade, “A Capela de Santo Antônio”, para o primeiro número Revista do SPHAN, em 1937, demonstra a angústia do intelectual quando afirma nas primeiras palavras do texto que “*Vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada*”. (ANDRADE, 1937:24)

Aloísio de Magalhães, em 1982, ao assumir a direção do IPHAN, afirmava que a política do bem cultural no Brasil não mais expressava a complexidade e a diversidade do patrimônio cultural do País e, portanto, era necessário buscar nas raízes vivas da identidade nacional os bens culturais não consagrados pelo IPHAN, “*uma vasta gama de bens - procedentes sobretudo do fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais*” (MAGALHÃES, 1984:42). Esses bens culturais são dotados de “valor criativo” com potencial para promover um desenvolvimento econômico inclusivo e culturalmente sustentado.

Desta maneira Magalhães (1984) entendia que o patrimônio cultural brasileiro não devia se limitar aos bens imóveis e móveis representativos, sobretudo das elites (música, literatura, artes plásticas, arquitetura, teatro), mas devia incluir o “fazer popular”, manifestações culturais representativas das classes populares, os índios, os negros, os imigrantes, em geral entre os outros grupos que compõem a sociedade brasileira. Era imperativo para o IPHAN “*cobrir o maior espectro de bens culturais: do*

universo cultural de um produto brasileiro, como o caju, aos monumentos holandeses do Cabo de Santo Agostinho; das indústrias domésticas dos emigrantes de Orleães, em Santa Catarina, as cerâmicas utilitárias de Tracunhaém, em Pernambuco” (MAGALHAES, 1984:42).

O IPHAN com essa nova percepção dos bens culturais estaria sendo instrumento de salvaguarda do patrimônio cultural nacional formado pela assimilação das culturas indígena, portuguesa e africana. Para Magalhães (1984) as ameaças vinham do “acelerado processo de integração universal” e pelo binômio produto massificado/comunicação massificada fenômenos que induziam o “consumo de produtos padronizados” e a progressiva redução dos valores que “são próprios, de peculiaridades que lhes diferenciam as culturas”. Os bens culturais valorizados, segundo o mesmo autor, constituem uma barreira contra a perda e o empobrecimento de identidade cultural e indutores de um desenvolvimento sustentável. Os formuladores de políticas públicas devem perceber que *“não haverá desenvolvimento harmonioso se na elaboração das políticas econômicas não forem levadas em consideração as peculiaridades de cada cultura”* (MAGALHAES, 1984:40) principalmente nos países dependentes de tecnologia.

Para Gonçalves (1996) tanto os elementos do patrimônio cultural de valor histórico, estético ou da cultura popular, ameaçados de “perda” seja pela “ignorância” e “indiferença” da população, seja pelo processo de homogeneização desencadeado pela indústria cultural, continuavam ainda sendo instrumentos essenciais a serviço de projetos políticos de construção da nação. (GONÇALVES, 1996:112).

Atualmente o patrimônio cultural brasileiro obedece a um princípio normativo, do artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil que o define como:

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A partir da Constituição Federal de 1988 a salvaguarda do patrimônio material e imaterial é partilhada entre o Poder Público e a comunidade. A proteção do patrimônio cultural brasileiro se estabelece em diversos estágios: inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e por outras formas de acautelamento e preservação constituem-se em instrumentos para salvaguarda, incentivo e proteção desses bens culturais de natureza material ou imaterial, cabendo à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

A Constituição Federal incorpora a idéia do patrimônio cultural brasileiro ampliado, considerando agora as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas. A Constituição Federal reconhece o patrimônio cultural brasileiro como formado pela pluralidade, pelos bens culturais materiais e imateriais e seu multiculturalismo, reconhecendo a existência de muitas culturas no País¹³.

A Constituição Federal de 1988, ao ampliar a concepção de Patrimônio Cultural Brasileiro considerando seus elementos materiais e imateriais, procura harmonizar os dois momentos da política pública de conservação no Brasil. Nessa Constituição busca-se o diálogo sobre o patrimônio cultural brasileiro na medida em que ele tem que corresponder ao pluralismo e ao multiculturalismo da sociedade brasileira, procurando integrar a diversidade da cultura nacional, evitando o embate e a dicotomia entre culto e popular.

¹³ Encontravam-se de acordo com o relatório de atividades de 2003/2004, inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN, e estão sob sua tutela, 1.013 bens, sendo que 79 são sítios urbanos (cidades, bairros, ruas e praças), compostos por cerca de 21 mil imóveis. Estão ainda sob a proteção do IPHAN cerca de 9.930 sítios arqueológicos cadastrados, 250 mil objetos museológicos. No recentes livros de Registro, já se encontram seis bens culturais de natureza imaterial: Arte Kusiwa dos Índios Wajãpi; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Samba de Roda no Recôncavo. Baiano; Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Ofício das Baianas de Acarajé; Viola-de-cocho e, mais recentemente, o Jongo. (IPHAN. Relatório de Atividades 2003/2004)

3. UM NOVO OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL.

3.1 O Patrimônio Imaterial: construção social.

A ressignificação da concepção de patrimônio cultural intensificou-se nas últimas décadas do século XX com a incorporação de novos enfoques antropológicos e históricos sobre a cultura. No campo da antropologia o conceito de cultura é ampliado, adquirindo dimensão revigorada sendo que *“desloca-se da aceitação de um produto único, de valor excepcional, e passa a ser pensada como um processo, um ressignificar-se, um fazer-se a cada modalidade de interação, a cada configuração de posições e a cada contexto histórico”* (SIMÃO, 2003:59). Desta maneira, a concepção de cultura, ampliada pela antropologia, engloba a linguagem, as histórias, os poemas, os alimentos, as crenças, a religião, o saber fazer, os instrumentos de trabalho e os lúdicos, *“na qual a idéia de diversidade consolida-se como força motriz, em oposição ao conceito iluminista de cultura como civilização e erudição”*. (ABREU;CHAGAS, 2003:12).

No campo da historiografia tem-se uma produção que deixou de valorizar a história dos heróis e das grandes sínteses, dos grandes acontecimentos, para dar importância à história dos povos e das mentalidades, a história por toda parte, acima de tudo e para todos (LE GOFF, 1986). Nessa perspectiva, avalia Meneses (2004), a História deixa de ser a memória da nação e assume o papel de disciplina crítica focada agora na realidade social e culturalmente construída, na perspectiva de longa duração, no cotidiano, em abertura para novas fontes documentais, além dos documentos oficiais, e uma história como interpretação. Isso contribuiu para um novo ponto de vista com relação ao patrimônio e à seleção daquilo que deveria ser preservado.

Esse contexto acadêmico contribuiu para enriquecer a concepção de patrimônio cultural que, no âmbito da UNESCO, se transforma em um instrumento de reivindicação de nações não europeias que até então não tinham sua herança incluída na lista de “Patrimônio Mundial”. Dessa maneira, era imperativo pensar o patrimônio dos povos com tradições não escritas, de revelar outras formas de expressões e saberes, de revelar as produções de setores sociais subordinados socialmente, de busca de diferentes modos de representar a pluralidade da sociedade em diversos continentes. Essa nova perspectiva nas Ciências Sociais contribuiu para problematizar o conceito de patrimônio cultural e ele se converteu *“num instrumento de reivindicação*

dos grupos subalternos e até então silenciados com as práticas patrimonialistas" (Díaz, 2005:16).

Até então predominava um conceito único de patrimônio vinculado aos grupos dominantes nacionais e uma visão de patrimônio ocidental calcada no monumento e nas artes. O objeto, a relíquia, o monumento, *"com sua capacidade de evocação, foram selecionados de acordo com os interesses dos estados Nacionais que pretendiam a construção de uma identidade nacional e a legitimação de uma versão da mesma"* (MÓRON, 2005:71). Essa concepção de patrimônio era elitista no sentido de que seu estudo seu entendimento era *"acessível a muito poucos, sendo sujeito de atenção unicamente dos estudiosos de determinadas disciplinas ligadas ao estudo do objeto artístico"* (DÍAZ, 2005:16).

Da idéia de patrimônio como edificação, passa-se à idéia de processo, como de construção social, detentor de *"um componente social e emocional que transcende a sua condição estética"* (DIAS, 2006:87). Nessa perspectiva, as expressões, os comportamentos, os conhecimentos e valores resultados de um processo histórico que formaram a referência cultural de um grupo étnico, regional ou nacional são patrimônios regionais ou nacionais. O patrimônio "histórico e artístico" passa a ser patrimônio cultural *"porque se democratiza seu conteúdo e os sujeitos que o definem"* (Díaz, 2005:17). Nesse sentido, patrimônio cultural está para o mesmo autor ligado ao conceito de identidade e ao reconhecimento da diversidade cultural e nisso resulta um novo olhar ampliado que leva ao reconhecimento do patrimônio imaterial.

Para SAMPER (2005), o discurso do patrimônio ligado a obras edificadas, que exaltava o monumental, e os bens da cultura dominante ocultava a complexa dimensão da cultura e do patrimônio. Por isso, os anos 90 do século XX vão assistir nos meios acadêmicos e nos movimentos sociais a uma ampliação, revitalização ou uma ressignificação da noção de patrimônio cultural com novos "desafios conceituais" que ampliam a idéia de patrimônio cultural em que contam agora a pluralidade cultural, os patrimônios intangíveis ligados às tradições orais.

A ressignificação do patrimônio cultural abandona a antiga ótica da seleção de determinados bens culturais edificados, símbolo de uma cultura nacional, única, homogênea e geral. Essa concepção não atendia a sociedade latino-americana caracterizada por desigualdade social e diversidade. Urgia buscar um sentido ampliado para o patrimônio capaz de abranger a diversidade dessas nações formadas

por indígenas, europeus e africanos compondo um quadro multicultural. Essas discussões levaram a UNESCO a reconhecer uma nova dimensão para o patrimônio cultural, que ficou conhecida como patrimônio intangível ou imaterial, como é reconhecido no Brasil.

Esse novo olhar sobre o patrimônio cultural resultou, além, da pressão exercida pelos países não europeus do aumento em nível internacional do risco de desaparecimento de várias manifestações culturais em consequência da globalização, da degradação do meio ambiente e do desenvolvimento urbano. Esses fatores podem também explicar a ampliação das discussões sobre a ampliação do conceito de patrimônio cultural.

O reconhecimento do patrimônio imaterial pela UNESCO foi feito através de convenções e informes, principiando com a defesa da diversidade cultural, passando pela defesa da “Recomendação da Proteção da cultura tradicional e popular”, de 1989, que ampliou suas possibilidades ao apontar formas jurídicas de proteção às manifestações da cultura tradicional e popular. Houve continuidade com a primeira Proclamação de obras Mestras do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (UNESCO), de 2001, a Declaração Universal da Diversidade Cultural (2001) e finalmente a aprovação, em 2003, da “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”. A Convenção entende como sendo patrimônio cultural imaterial:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos, e lugares que lhe são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como partes integrantes de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito a diversidade cultural e criatividade humana.(CURY, 2004:373).

Amplia-se, assim, a concepção de patrimônio cultural que passa a incorporar como heranças que devem ser reconhecidas e valorizadas as tradições e expressões orais, as festas, os rituais e as técnicas artesanais tradicionais. O reconhecimento do patrimônio imaterial emerge como importante instrumento para se salvaguardar a diversidade cultural e garantir o desenvolvimento sustentável de localidades e regiões, sendo mais preciso do que o folclore que cristaliza as manifestações populares. Com relação à diversidade, o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial considera a importância do patrimônio cultural imaterial “*como fonte*

de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, conforme desatacado na Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional popular, de 1989” (UNESCO, 2003). A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) o reconhece como portador de dinamismo, de diversidade, continuidade, identidade cultural e criatividade. Por Salvaguarda entendem-se as medidas que visam

garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal – revitalização deste patrimônio em diversos aspectos (UNESCO,2003).

Tem-se, por conseguinte, que a Salvaguarda do patrimônio imaterial, assim como ocorre com o patrimônio material, depende da incorporação de novos atores escolhidos nas diversas áreas ligadas às Ciências Sociais como antropologia, história, sociologia, capazes de dar conta do desafio desse “novo patrimônio” e da incorporação de um aporte teórico, de metodologias e instrumentos para identificar, proteger e divulgar o patrimônio imaterial. A comunidade local também é chamada para a participação, pois sem o interesse dos detentores da manifestação ela perde sua razão e desaparece, situação corriqueira quando se trata de patrimônio.

O patrimônio cultural imaterial se configura presentemente com amplitude política, social, cultural e diversidade não percebida durante grande parte do século XX, sendo atualmente objeto de reflexão de acadêmicos de diversas disciplinas e estudiosos que intervêm no debate em torno do patrimônio imaterial. Entre os principais interlocutores destacam-se as contribuições de Batalla (2004), Morón (2005), Abreu/Chagas (2003), Arantes (2001), Londres (2001), Dias (2006), Falcão (2001), Meneses (2004), Sant’Anna(2001). Na visão desses interlocutores patrimônio imaterial é sinônimo de diversidade e de democratização da memória é uma construção social heterogênea permitindo contribuições originais de novos atores sociais. O patrimônio imaterial rompe com as visões elitista e etnocêntrica evidenciadas na listagem tradicional do patrimônio cultural protegido, ao democratizar e integrar as minorias culturais. O patrimônio imaterial remete a outras dimensões da percepção de valor dos bens culturais uma vez que ele se apresenta como afirmação de identidade, capacitado a se ligar aos planos de desenvolvimento, e de crescimento do turismo. Assim, patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento são três palavras mágicas para muitas comunidades. (Móron, 2005)

O patrimônio cultural como recurso é, para Meneses (2004), uma oportunidade de inclusão social, contribuindo para a valorização da vida, do consumo de produtos culturais e de distribuição de renda, desde que ocorra uma gestão que envolva a participação da comunidade para a salvaguarda do atrativo, assim como a própria estrutura receptiva do excursionista e turista (MENESES, 2004:13). O patrimônio de uma localidade cujo uso é devidamente planejado torna-se atrativo reconhecido pela comunidade local, e compreendido pelas pessoas que a visitam.

Dias (2006) considera o patrimônio cultural material e imaterial fator de desenvolvimento socioeconômico, podendo ser utilizado pelo turismo de forma a contribuir para o aumento das viagens domésticas, reforçando uma das funções subjetivas mais importantes do turismo: o fortalecimento identitário nacional. Dessa maneira, a potencialização turística do patrimônio permite a recuperação de manifestações ameaçadas de extinção *“que embora possam ter seu sentido alterado para a exploração turística, são manifestações legítimas”* (DIAS, 2006:204) que podem ser aproveitadas pelos diversos grupos no sentido de geração de renda. Para tanto, é imperativo o planejamento envolvendo o poder público e o grupo social detentor da tradição, para que haja sustentabilidade da herança e dos fatores culturais propiciadores de qualidade de vida, emprego e auto-estima.

Arantes (2001) considera que o patrimônio possui valor de mercado. Ele designa *“o modo como a cultura participa da política de identidade e dos jogos de mercado. Este é o domínio da alegoria, signos que fazem alusão icônica a determinado referente sem estar intrinsecamente associado a ele”* (ARANTES, 2001:134). No patrimônio, seu valor de troca depende da possibilidade de aliar atores e símbolos externos ou seja:

atualizar-se, mantendo sua base de apoio na organização social e na cosmologia locais. Essa ambivalência é o que possibilita o uso do patrimônio como capital simbólico na produção de sentidos reconhecíveis e contínuos de lugar, tanto para o mercado em expansão, quanto para a comunidade local, pondo em marcha o assim chamado processo de reinvenção das tradições (ARANTES, 2004:12).

Arantes (2004) afirma que o bem cultural tornou-se indissociável do mercado, sendo esse valor que emerge “na crista da onda” e pode tornar-se um recurso para aumento de renda familiar com a ampliação de seus usos como herança herdada. Na visão de Batalla (2004), o valor patrimonial de bens materiais ou imateriais se estabelece: *“em função de sua importância que se lhes atribuem na memória coletiva e na integração e continuidade da cultura presente”*. (BATALLA, 2004:119).

Patrimônio imaterial na voz de Arantes (2005), Dias (2006), Meneses (2004), representa a expressão de culturas particulares de grupos sociais e étnicos cujo patrimônio é constituído de criações que emanam de tradições transmitidas oralmente e que compreendem bens culturais como o artesanato, a literatura, as festas, os rituais, os costumes, que até então não eram valorizados e não eram reconhecidos. O patrimônio imaterial surge como conquista desses grupos representando democratização, inclusão e novos “desafios conceituais” como pluralidade, diversidade cultural, material e imaterial, patrimônio local, regional e nacional e novas abordagens nas quais ele pode ser visto como um recurso capaz de trazer bem-estar e qualidade de vida para seus detentores.

Por que esse recorte entre patrimônio material e imaterial? Será esse conceito transitório ou se associa à polissemia que representa o vocábulo patrimônio? Para Morón (2005) em primeiro lugar a noção de patrimônio imaterial permite destacar os valores dos objetos deixando de ser simples coadjuvantes para a transmissão de saberes, de significados. Em segundo lugar, a separação possibilita revelar significados que não podem ser facilmente transmitidos apenas através dos objetos, necessitando da ação, da prática, para ser compreendidos em sua inteireza; em terceiro lugar permite em muitos casos comunicar as *“experiências de um coletivo onde os objetos ou bens associados a sua memória seriam muito diferentes, frequentemente esquecidos com o passar do tempo”* (MORÓN, 2005:75).

Para Falcão (2001), o patrimônio imaterial transita entre seu aspecto intangível e o tangível, uma vez que a reprodução de bens culturais não pode abstrair sua forma materializada como os instrumentos, o corpo, a performance. Ao mesmo tempo o patrimônio imaterial representa a “alma” de uma nação ou região. Essa forma de bens culturais não abdica, portanto, de seu significado nacional ou regional, pois ele é construído a partir do esforço da nação ou da região, não sendo, portanto, uma criação artificial, simples entretenimento. Ele é dinâmico e perecível como um monumento de “pedra e cal”, sua manutenção depende, pois, de seu significado para seus detentores e performáticos.

Segundo Londres (2001) esse recorte entre material e imaterial dilui, em primeiro lugar, a dualidade que permeia as políticas culturais, como presente x passado, processo x produto, popular x erudito. Em segundo lugar, essa nova concepção de patrimônio abre espaço para grupos e nações de tradição não-européias que não

tenham seu patrimônio reconhecido. Para a autora, a expressão patrimônio intangível é mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis. Portanto, torna-se claro *“que o patrimônio não se constitui apenas de edificações e peças depositadas em museus, documentos escritos e audiovisuais, guardados em bibliotecas e arquivos,(...)interpretações e instituições, assim como lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas, podem ser considerados exemplos de um patrimônio dito “imaterial”.* (LONDRES, 2001:194)

Esse dualismo entre material e imaterial valoriza os bens culturais imateriais que estavam no esquecimento. No entanto, esses bens culturais, como afirma Lévi-Strauss (2001), devem ser vistos como *“conjunto único e coerente de manifestações múltiplas, complexas e profundamente interdependentes dos inúmeros componentes da cultura de um grupo social”* (LÉVI-STRAUSS, 2001:24).

O patrimônio imaterial representou a ruptura com o “culto ao monumento” no fetichismo da pedra, enfim, com o materialismo dominante na cultura ocidental e que caracteriza o patrimônio material. A designação do patrimônio imaterial, portanto, ainda que pareça um tanto provisória devido a esse corte material/imaterial, permite visivelmente ampliar o que selecionar, possibilitando expandir os grupos sociais que participam da produção do patrimônio cultural local, regional ou nacional.

O patrimônio cultural imaterial transita entre a materialidade e imaterialidade, ele não pode vincular-se apenas aos grupos dominados da sociedade, nem a grupos étnicos minoritários, sob o risco de gerar uma dicotomia entre culto/popular, urbano/rural, moderno/tradicional, elites/massas, empobrecendo a complexidade da concepção de patrimônio cultural que está nos objetos e processos de produção. Essa separação veio adicionar ao conceito de patrimônio cultural a diversidade cultural da humanidade, um novo olhar sobre os padrões estéticos e a incorporação de culturas tradicionais e suas manifestações culturais.

O patrimônio como construção social se forma, portanto, a partir de um processo social e cultural de atribuição de valores, funções e significados complexo e repleto de dilemas no qual se leva em conta sua criação, recriação, ação de que a comunidade local deve participar. A construção da idéia do patrimônio imaterial foi defendida por antropólogos, historiadores, sociólogos que alertavam para a incorporação ao patrimônio cultural brasileiro da herança indígena e africana, que mesmo importante

na formação da nacionalidade era ignorada como fazendo parte da herança histórica, cultural e social.

A imagem que o “patrimônio histórico e artístico” evoca para as pessoas no País até recentemente é a de um conjunto de monumentos antigos que se deve preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes. Essa imagem restrita do patrimônio não reflete a diversidade, as tensões e os conflitos que caracterizam o patrimônio cultural do País, constituído por contribuições culturais indígenas, africanas e dos imigrantes. (LONDRES 2001). Portanto, deveria ser levada em conta a *“especificidade das diferentes identidades dos grupos sociais que compõem a sociedade nacional”* (VELHO,1984:38) com a ampliação do conceito de patrimônio cultural e o enriquecimento e a flexibilização dos meios e instrumentos para sua valorização.

Entre os interlocutores nacionais fundamentais para o entendimento dessa dimensão imaterial do Patrimônio Cultural no Brasil, como processo de construção social que envolve escolhas e conflitos, mas que ao mesmo tempo permite a maior participação da sociedade no processo de seleção e de valorização, tem-se Arantes, Londres, Falcão.

Para Arantes (2001), o patrimônio imaterial são *“sentidos atribuídos a suportes tangíveis”*, as artes, os ofícios, as festas e os lugares a que o grupo atribui sentido diferenciado e especial necessitando de suportes materiais ou imateriais. É com referências que se *“constrói tanto a proximidade quanto a distância social, a continuidade da tradição assim como a ruptura com uma condição passada ou a diferença em relação a outrem”* (ARANTES, 2001:131). Dessa maneira, patrimônio imaterial são as formas de expressão, as celebrações e os lugares que singularizam os diferentes grupos formadores da sociedade nacional e seu território constitui riqueza acumulada por gerações passadas, e que é disponível hoje como referência e recurso.

Para Falcão (1984) numa sociedade como a brasileira que *“molda sua identidade cultural a partir da complexidade e heterogeneidade de suas diversas etnias, religiões, classes sociais, e regiões geográficas”* (FALCÃO, 1984:45), uma política de preservação que opta por apenas uma ideologia cultural é socialmente limitada e pouco representativa. Por isso como forma de evitar a preservação elitista, a experiência cultural de apenas um segmento social, o patrimônio deve ser pensado

como o de uma ação inclusiva. Esse é o desafio de uma sociedade democrática que deve contemplar os vários aspectos da cultura. Para Falcão (2001) preservação patrimonial não é ato unilateral. É ato de convivência democrática entre a burocracia estatal e as populações.

Para Londres (2001) patrimônio é tudo que se cria, se valoriza, e se quer preservar podendo ser aqueles bens tangíveis ou intangíveis, ou seja, bens que *“uma vez produzidos, passam a apresentar relativo grau de autonomia em relação a seu processo de produção”* (LONDRES, 2001:191). Portanto, não é a tipologia que determina o que deve ser patrimônio, mas o valor que ele representa para a comunidade ou agentes de seleção. O Patrimônio imaterial é construção social que passou a considerar a necessidade de ampliar a noção de patrimônio para englobar a herança de diferentes grupos sociais que compõem a cultura nacional, rompendo desse modo com as clivagens entre material e imaterial, erudito e popular, que deixam de ser considerados como critérios no processo de seleção.

Para Veloso (2004), quando se refere ao Patrimônio imaterial, se está discorrendo sobre o deslocamento do conceito de valor do objeto para o sujeito. Patrimônio cultural imaterial no contexto pós-moderno da cultura de consumo reflete paradoxalmente o ressurgimento das tradições coletivas. Ele abre novas possibilidades para diversas práticas culturais, em que a tradição é fonte de “reposição de sentido”, o bem cultural é “matéria viva” e o processo é *“construído a partir de uma criação permanente, onde os indivíduos são chamados a participar do conhecimento e reconhecer sua própria cultura”* (VELOSO, 2004:33) e essa cultura é recurso simbólico e econômico que favorece a inclusão social. Ao refletir sobre o patrimônio imaterial *“é preciso ressaltar seu caráter instantâneo sua dimensão do aqui e agora. É nesse sentido que entendemos ser possível pensar patrimônio imaterial como performance, isto é, como algo constituinte das práticas sociais”* (VELOSO:2004:34). Patrimônio imaterial é soma da tradição, memória coletiva, lugar e performance.

A concepção de patrimônio imaterial tem como pressuposto o processo de produção e atuação de seus detentores, como resultado do processo de criação social. Fonte de identidade, representa ao mesmo tempo a melhoria da qualidade de vida da comunidade na medida em que promove a ocupação, a cooperação e a confiança entre as pessoas que estabelecem teias de cooperação, gerando criatividade e diversidade.

Esse novo olhar sobre o patrimônio cultural amplia a discussão e o dilema sobre o que valorizar, o que conservar e considerar como relevante da identidade nacional ou regional. Isso implica uma política cultural que contemple em seu discurso a diversificação e a inclusão social. Desta maneira, patrimônio cultural deixa de ser apenas o edificado objeto de tombamento e incorpora uma nova metodologia: o registro e o inventário como instrumentos para preservar as manifestações, como rituais profano-religiosos, festas, folias, práticas terapêuticas, técnicas de produção.

O patrimônio imaterial compreende, portanto, os saberes, modos de fazer e conhecimento das comunidades, as celebrações, os rituais e festas ligadas à religiosidade, ao trabalho e lazer de seus atores, as formas de expressão musicais, cênicas e lúdicas e os lugares como as feiras, praças e espaços onde ocorrem estas manifestações culturais. A trajetória de reformulação e ampliação da concepção de patrimônio evolui da idéia de identidade nacional ampliando sua dimensão, uma vez que de homogêneo incorpora as tradições populares, dessacraliza o objeto e a relíquia e emerge como patrimônio cultural de grupos e etnias até então sem voz e sem uma herança histórica, sem memória.

3.2 O Patrimônio imaterial no Brasil.

A diversidade da identidade cultural da nação brasileira foi proclamada por antropólogos, historiadores e sociólogos, confirmando o que os pioneiros Mario de Andrade e Aloísio Magalhães defendiam: a inclusão no patrimônio nacional das formas de expressão, dos modos de fazer e viver, das referências culturais dos vários grupos formadores da sociedade brasileira cuja herança não recebia a devida valorização. Esse movimento por um patrimônio cultural inclusivo seria consolidado na Constituição Federal de 1988 que abordou de forma inovadora a questão do patrimônio cultural brasileiro ao defini-lo como: “*os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem*” as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Para a devida proteção e incentivo à salvaguarda desses bens culturais de natureza material e imaterial:

§1o. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§2o. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem¹⁴

As funções de valorizar e escolher o patrimônio ficam compartilhadas entre o Poder Público e a sociedade. Essa responsabilidade coletiva deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, e desapropriação, e de outras formas de acautelamento. A Constituição Federal reconhece a relevância da comunidade nas ações de conservação do seu patrimônio cultural. Além dos agentes designados pelo estado, entre arquitetos, intelectuais, aos quais toca indicar o que deve ser lembrado e preservado, passa a ser agora uma atribuição do cidadão sendo que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro.

Os avanços da Constituição Federal de 1988, em relação ao Decreto-lei 25/37, que priorizava os bens materiais para patrimônio cultural brasileiro, revelam-se na inclusão das criações “*anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que lhe dão sentido*” (CURY, 2004:275), como formas de expressão; modos de criar, fazer e viver.

Para Mata Machado (2002), a mudança do termo nacional para brasileiro constitui outra inovação fundamental, pois o uso do nacional historicamente remetia à idéia de nacionalidade como algo monolítico, sob a guarda do Estado, ao passo que o segundo sinaliza para a diversidade cultural do País, formado pela contribuição de várias etnias.

Na Constituição Federal de 1988, a ressignificação da idéia de patrimônio cultural foi desta maneira ampliada, adicionando os aspectos intangíveis como as danças e as festas de caráter profano e sagrado de profunda significação para a cultura de grande parcela de brasileiros cujas raízes indígenas e africanas não tinham merecido atenção compatível com sua relevância. Mas algumas permanências são observadas, como é o caso da preocupação da não ruptura do entendimento de patrimônio ligado à

¹⁴ Artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

identidade e à memória nacional. Pode-se verificar que os bens como edificações, objetos, documentos, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico continuam sob a proteção legal que vinha do Decreto-lei 25/37, preservando-se a instituição do tombamento.

Em seminário na cidade de Fortaleza, no Ceará em 1997, pelas comemorações dos 60 anos de criação do IPHAN, discutiu-se sobre a ampliação do conceito de patrimônio conforme determinava a Constituição Federal de 1988. Nessa oportunidade foi proposta a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens culturais de natureza imaterial. A Carta de Fortaleza - Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção, fruto desse seminário pondera que os bens de natureza imaterial deveriam ser objetos de proteção específica¹⁵. A “Carta de Fortaleza” recomendava ao IPHAN promover a realização de um “inventário” e o aprofundamento da reflexão sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial e a criação de um grupo de trabalho sob a coordenação do IPHAN para propor a edição de instrumento legal, denominado “Registro”, voltado especialmente para a preservação dos bens culturais de natureza imaterial. O Ministério da Cultura atendendo às recomendações de Fortaleza, instituiu em março de 1998, uma Comissão¹⁶ para regulamentação do acautelamento do patrimônio imaterial e um Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI) formado por técnicos do IPHAN, da Funarte e do MinC com a finalidade de assessorar a comissão na criação de mecanismos legais para proteção do patrimônio imaterial.

A Comissão criada (1998) realizou, em dezessete meses de trabalho, pesquisa sobre a experiência brasileira e sobre as recomendações e a legislação internacional. Chegou à conclusão de que *“não há consenso, no plano internacional ou nacional, sobre que expressão melhor define o conjunto desses bens culturais”*¹⁷. O relatório assim se referia a esse ponto:

várias expressões, todas igualmente problemáticas e simplificadoras do ponto de vista conceitual têm sido utilizadas, sendo a mais

¹⁵ Carta de Fortaleza 1997 Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio28.asp>>. Acesso em 12 fev. 2007.

¹⁶ A comissão era composta por Joaquim Falcão, Marcos Vilaça, Thomas Farkas e Eduardo Portella.

¹⁷ MINC/IPHAN. Relatório Final das atividades da Comissão e do Grupo de trabalho Patrimônio Imaterial In: MINC/IPHAN, Patrimônio Imaterial: O registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do GTPI, Brasília; 2.ed, 2003, p.16-17

consagradas “patrimônio intangível”, “patrimônio imaterial”, “cultura tradicional popular” e, mais recentemente, “patrimônio oral”. As duas primeiras procuram delimitar esse universo por meio da instituição de uma categoria de patrimônio oposta ao chamado “patrimônio material ou construído”. Mediante o uso de qualificativos “imaterial” ou “intangível” pretendem ressaltar a importância que, nesse caso, têm os processos de criação e manutenção do conhecimento sobre o seu produto (a festa, a dança, a peça de cerâmica, por exemplo). Ou seja, procuram enfatizar que interessa mais como patrimônio o conhecimento, o processo de criação e o modelo, do que o resultado, embora este seja a expressão indubitavelmente material. A principal crítica a essas expressões é que elas levam a desconsiderar o resultado da manifestação e suas condições materiais de existência. Não dão conta, portanto, de toda complexidade do objeto que pretendem definir. (MinC/IPHAN, 2003:16/17)

Quanto à expressão “patrimônio oral”, o relatório afirma que é também uma tentativa frustrada de superar os problemas conceituais das expressões “imaterial” ou “intangível” podendo levar a uma compreensão limitada sobre o patrimônio, vinculando-o a critérios rígidos de temporalidade, classe e autenticidade. O patrimônio cultural brasileiro ainda, de acordo com o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI), era composto do conjunto de bens culturais de natureza material e imaterial que se referem à ação, à memória e à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira, como estava expresso no artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

Para o GTPI, a expressão patrimônio imaterial e material poderia ser vista com dupla exterioridade. Uma, a negativa, por reforçar uma falsa dicotomia entre esses bens culturais vivos e o chamado patrimônio material. Por outro lado, contudo, esta diferença possibilitava a inclusão no conjunto do patrimônio cultural brasileiro de bens culturais que não eram ainda reconhecidos oficialmente como patrimônio nacional.

Quanto ao reconhecimento do “patrimônio imaterial”, os instrumentos legais indicados eram os “Inventários”, o “Registro”, além do apoio financeiro, da difusão do conhecimento sobre essas manifestações e, finalmente, da proteção jurídica à propriedade intelectual¹⁸. A opção da Comissão era de que o Estado brasileiro deveria se concentrar na identificação, no registro e no reconhecimento desses bens culturais no território brasileiro. (MinC/IPHAN, 2003).

¹⁸ No plano internacional, a UNESCO cria em 1993 o programa “Tesouros Humanos Vivos” indivíduos ou grupos que receberiam ajuda financeira estatal a fim de transmitir seus conhecimentos as novas gerações, recurso utilizado por países como o Japão, Coréia, Tailândia, Filipinas e no ocidente pela França através do sistema de *Maîtres d’Art*.

Essas ações deveriam ser adotadas, pois vários problemas colocavam em risco a continuidade e a manutenção do patrimônio imaterial. Entre estas ameaças a Comissão apontava o turismo predatório e a *“uniformização de produtos decorrentes do processo de globalização da economia, a apropriação industrial desses conhecimentos e a comercialização inadequada, tanto no âmbito nacional quanto internacional”* (MinC/IPHAN, 2003:18)

A flexibilização e a revisão da legislação referente ao patrimônio, era defendida por Gilberto Velho (1984) como parte de *“um projeto mais amplo, a longo prazo, de democratização da sociedade brasileira. Está em jogo a noção de cidadania, a questão dos direitos humanos, assim como, necessariamente, a questão fundamental da memória de uma nação”* (VELHO,1984:39). Palavras visionárias que compreendia o patrimônio como diversidade que deveria levar em conta os costumes, os saberes, as expressões dos grupos sociais que ocupam situação subordinada e hierarquicamente inferior na sociedade.

O patrimônio imaterial apresenta-se no Brasil como a construção social proposta por intelectuais e movimentos sociais dos negros, dos indígenas, de imigrantes que contribuíram para sua inclusão na Constituição de 1988, através do Decreto 3551/2000 que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, como forma de valorização e instrumento legal para a proteção do patrimônio cultural imaterial brasileiro a partir do registro em quatro livros específicos:

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas¹⁹.

Em razão de seu caráter dinâmico a inscrição inicial do patrimônio imaterial será de caráter provisório da inscrição, com revisão a cada 10 anos, para avaliação e identificação das modificações sofridas naquela manifestação.

¹⁹ Decreto no. 3551 de 4 de agosto de 2000. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em 13 fev. 2007.

A seleção do bens imateriais recebe no Decreto 3551/2000 uma dimensão democrática, uma vez que são considerados como legítimos propositores da instauração do processo de registro:

- I - o Ministro de Estado da Cultura;
- II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;
- III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;
- IV - sociedades ou associações civis.

Fazendo-se cotejo entre os instrumentos legais, o Decreto-Lei 25/1937 e outro Decreto 3.551/2000, ocorrem dois tempos díspares do conceito de patrimônio cultural:

QUADRO 1

TOMBAMENTO E REGISTRO

Decreto-Lei 25/1937	Decreto 3.551/2000
Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, os objetos de arte arqueológicas, etnográfica, ameríndia e popular, os monumentos naturais, os sítios e paisagens.	Livro de Registro dos Saberes, no qual serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;	Livro de Registro das Celebrações, em que serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;	Livro de Registro das Formas de Expressão, no qual serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.	Livro de Registro dos Lugares, em que serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Fonte: elaboração do autor

Esses dois momentos do patrimônio brasileiro, são nomeados por Gonçalves (2002), como do “discurso da monumentalidade” e “discurso do cotidiano”. O “discurso da monumentalidade” ganhou o primeiro plano e tornou-se a política oficial do IPHAN até os anos 1970. Neste discurso o passado é considerado superior ao presente sendo que a “tradição” é a plataforma entre o passado e o presente da nação. A nação brasileira, para ser concebida como parte da civilização ocidental, teria de lembrar seu passado ou tradição ligado à arte barroca colonial: “*nossas relíquias históricas e*

artísticas educando o povo no seu conhecimento” (ANDRADE, 1987:27). Esse patrimônio torna-se o documento de identidade da nação brasileira segundo Rodrigo M. F. de Andrade (1987). A sua preservação é que confirma o direito de propriedade sobre o território brasileiro. O monumento é, portanto, o objeto que restabelece a ponte entre o passado e o presente.

No “discurso do cotidiano”, o passado não é mais acessível por meio de uma tradição, mas é uma referência a ser utilizada no processo de produção cultural e na garantia da perpetuação da nação. Essa modalidade de discurso é introduzida por Aloísio Magalhães que em vez de bens patrimoniais, defende a expressão bens culturais, uma vez que são ações integrantes da vida presente dos diversos segmentos da população. Os “bens culturais” podem ser *“estruturas arquitetônicas, urbanísticas, objetos, atividades, mas existindo sempre dentro de uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais”*. (GONÇALVE, 2002:118/119)

O Registro representa para o patrimônio imaterial aquilo que o tombamento significa para o patrimônio edificado. Como decorrência do ato de registrar, aponta Londres (2001), há uma série de efeitos:

- a) aproximar o patrimônio da produção cultural, passada e presente;
- b) viabilizar leituras da produção cultural dos diferentes grupos sociais;
- c) criar melhores condições para que se cumpra o preceito constitucional do “direito à memória”;
- d) contribuir para inserção de bens culturais produzidos por grupos tradicionais, com a manutenção dos valores que lhe dão sentido particular e;
- e) fornecer elementos para que grupos que tem na oralidade a manutenção de sua memória possam reivindicar o reconhecimento de suas formas de expressão (LONDRES, 2001:196).

Com o reconhecimento do patrimônio imaterial na Constituição Federal de 1988, e do Decreto-lei 3.551/2000, o conceito de cultura e patrimônio cultural assumem no País um caráter plural. A cultura não é apenas a produção erudita e o patrimônio cultural brasileiro não é apenas o conjunto de bens edificados que devido a sua historicidade e excepcionalidade artística deve ser tombado e preservado para as gerações futuras.

3.3 Os Registros do Patrimônio Imaterial brasileiro.

O primeiro Registro realizado pelo IPHAN de um bem cultural de natureza imaterial foi a pintura corporal e a arte gráfica dos índios Wajãpi do Amapá, que sintetiza:

seu modo particular de conhecer, conceber e agir no universo [...] O excepcional valor desta forma de expressão está na capacidade de condensar, transmitir e renovar – através da criatividade dos desenhistas e narradores – todos os elementos particulares e únicos de um modo de pensar e de estar no mundo, próprio dos Wajãpi do Amapá. (HECK²⁰, apud ABREU, 2003:17).

Essas são as palavras desse Registro que consagra o sistema de representação, a linguagem gráfica indígena Kusiwa, registrado em dezembro de 2002 no Livro de Formas de Expressão.

O Registro, criado pelo Decreto 3.551/2000, é o instrumento hábil para o reconhecimento e a valorização do patrimônio imaterial que não requer proteção e conservação no mesmo sentido da prática de preservação de bens culturais móveis e imóveis.

O Registro foi instituído em razão da peculiaridade dos bens culturais imateriais que possuem uma dinâmica específica de transmissão, atualização e transformação que não pode ser tombada. Pelo seu caráter vivo e dinâmico necessita de identificação, reconhecimento, acompanhamento periódico, divulgação e apoio.

O Registro tem como princípio a crítica à noção de autenticidade que é substituída pela idéia de continuidade histórica, o que exige acompanhamento periódico do bem cultural que se transforma, com a inclusão de novos elementos, enquanto outros podem entrar em desuso ou se modificar. O Registro prevê o reexame e a reavaliação do bem a cada 10 anos, a fim de se decidir pela sua permanência ou não na lista de bens culturais do Brasil. O patrimônio imaterial, mais ainda do que qualquer outro, *“nasce, vive e morre. Intimamente ligado à vida cotidiana das pessoas, não se poderia congelá-lo, nem perenizá-lo por decreto”* (LÉVI-STRAUSS, 2001:27).

²⁰ Certificado de Patrimônio Cultural do Brasil à Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi. Carlos H. Heck, presidente do Iphan, Brasília, 20 dez 2002. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.) Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O Registro é uma ação que procura responder à problemática de como salvaguardar e assegurar a transmissão de acontecimentos intangíveis como uma música, uma tradição, uma festa, uma técnica artesanal tradicional ou um saber. Na avaliação de Arantes, o Registro deu passo fundamental *“para que se tornasse efetiva a parcela de responsabilidade do Estado no acautelamento de celebrações, formas de expressão, saberes, lugares significativos para a formação das identidades sociais no Brasil”* (ARANTES, 2004:130)

Segundo Falcão (2004), o Registro estabeleceu uma série de elementos constitutivos inovadores. O primeiro refere-se ao fato de que o sistema de Registro é valorativo, uma vez que selecionar significa tomar decisão do que tem valor. Como nem tudo pode ser objeto de registro, a referência cultural selecionada passa a contar com apoio, e reconhecimento do Estado e da sociedade brasileira em razão de sua divulgação. O segundo princípio é que o sistema é temporariamente situado, pois o que é relevante hoje pode não ser depois, daí sua reavaliação ao longo do tempo.

O Decreto 3.551/2000 instituiu também no âmbito do Ministério da Cultura o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", PNPI, visando à implementação de política específica de inventário e valorização desse patrimônio. O PNPI reúne uma série de medidas para identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção dos bens culturais de natureza imaterial. Esse é desenvolvido por meio de parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas interessada nas questões culturais.

As linhas de ação do Programa são: pesquisa, levantamento; mapeamento e inventários, instrução de processo de registro, formação de banco de dados e apoio a produção, conservação dos acervos documentais. Com essas providências, ao lado dos bens de “pedra e cal”, bens culturais de natureza imaterial passaram a poder ter o reconhecimento merecido (ARANTES, 2001).

O Registro representa para o patrimônio imaterial o que o tombamento significa para o patrimônio material. Em síntese: *“tombam-se objetos, edificações e sítios físicos; registram-se saberes e celebrações, rituais, formas de expressão e os espaços onde*

essas práticas se desenvolvem” (IPHAN, 2006:21)²¹. O Registro representa, assim, a democratização do patrimônio cultural permitindo a inclusão social. A valorização desse patrimônio de natureza imaterial promove sua salvaguarda e divulgação.

Em 2004, o IPHAN passa a contar com o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), organizado para em sua atuação levar em consideração, o respeito à diversidade cultural no Brasil e a valorização da diferença. As diretrizes do DPI são as seguintes: ampliação do foco da proteção conferida pelo Estado ao patrimônio cultural brasileiro, valorização do patrimônio protegido visando à preservação e melhor inserção na vida cotidiana, ampliação do acesso ao patrimônio cultural como direito de cidadania e base para o desenvolvimento sustentável do País. O DPI priorizou no biênio 2004/2005 a realização de inventários de referências culturais em regiões de presença de comunidades indígenas e afro-descendentes, em cidades com grande diversidade cultural.

O avanço metodológico do Registro não afasta riscos, como Londres (2001) adverte. Ao se criar um instrumento específico para preservar os bens culturais, como fazer para que esse instrumento legal não se transforme em mecanismo de “segunda classe”, destinado às culturas materialmente “pobres”, porque seus testemunhos não se reconhecem com o estatuto de monumento? (LONDRES, 2001).

As primeiras experiências de Registro de bens culturais de natureza imaterial estão assim nomeados nos quatro livros do IPHAN:

QUADRO 2

O REGISTRO DOS BENS DE NATUREZA IMATERIAL NO BRASIL

Livros	Descrição
Livro do Saberes. (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades)	Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (20/12/2002), que consiste na fabricação artesanal de painelas de barro em Goiabeiras Velha, no Espírito Santo, que garante o suporte indispensável para fazer e servir a típica moqueca capixaba. Viola-de-Cocho (14/01/2005), um instrumento musical singular quanto à forma e sonoridade, produzido exclusivamente de forma artesanal, com a utilização de matérias-primas existentes na Região Centro-Oeste do Brasil.

²¹ IPHAN/DPI A trajetória da salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil, Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13236&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>. Acesso em 10 jan. 2007.

Ofício das Baianas de Acarajé 14/01/2005), consiste em uma prática tradicional de produção e venda em tabuleiro das chamadas comidas de baiana.

Livro de Registro das Formas de Expressão.
(as manifestações artísticas em geral)

“Arte Kusiwa” (20/12/2002), uma técnica de pintura e arte gráfica própria da população indígena Wajãpi, do Amapá.

O Samba de Roda (5/10/2004), no Recôncavo Baiano uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva das mais importantes e significativas da cultura brasileira.

O Jongo (15/12/2005), também conhecido pelos nomes de tambu, tambor e caxambu entre as comunidades afro-brasileiras que o praticam, envolve canto, dança e percussão de tambores; por seu intermédio renovam-se as crenças nos ancestrais.

O Frevo é um bem cultural de enorme relevância e considerar o seu valor histórico e artístico reconhece e legitima as referências culturais dos grupos sociais até então não contemplados no conjunto dos bens culturais protegidos ou salvaguardados. Reconhecê-lo é legitimar a história de luta e resistência do povo brasileiro e pernambucano.

Livro das Celebrações.
(os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social)

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré (05/10/2005) uma celebração religiosa de Belém do Pará. Os festejos religiosos reúnem devotos, turistas e curiosos de todas as partes do Brasil e até de países estrangeiros.

Livro de Registros dos Lugares.
(mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.)

A Cachoeira de Iauaretê, local sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri.

Feira de Caruaru (PE) engloba locais que, independentes de valor arquitetônico, urbanístico, estético ou paisagístico, constituem suportes fundamentais para a continuidade das práticas e atividades que abrigam.

Fonte: elaboração do autor

Todas essas ações do IPHAN trazem como conseqüências positivas a obrigação pública de inventariar, documentar, acompanhar e apoiar as manifestações registradas. Para o patrimônio imaterial registrado, a valorização pode incorporar o direito de utilizar o título de “patrimônio Cultural do Brasil” e finalmente a divulgação e a promoção, a serem realizadas pelo Ministério da Cultura e outras entidades públicas ou privadas e os próprios cidadãos.

O Registro dos bens culturais é precedido pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) uma metodologia de pesquisa utilizada para produzir conhecimento sobre as manifestações sociais às quais são atribuídos sentidos e valores, referências culturais de identidade para determinado grupo social. Incorpora edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade estética, arquitetônica ou artística. Essas referências podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou mesmo a um conjunto de segmentos territoriais. (IPHAN, 2006)²².

A metodologia utilizada pelo INRC prevê: levantamento preliminar no qual se limita o território a ser pesquisado, investigação documental, entrevista com a população e contatos com instituições da localidade para um mapeamento geral dos bens existentes e sua seleção. A etapa seguinte é de identificação com a utilização de formulários e descrição sistemática dos bens e sua tipificação, assim como dos detentores e condições materiais de sua produção, como matérias-primas, recursos financeiros, comercialização e distribuição. No âmbito do IPHAN a salvaguarda e a sustentabilidade do patrimônio imaterial obedecem a três linhas: as ações de inventário e registro; a promoção e o apoio para a manutenção da expressão cultural, e a proteção aos direitos coletivos ou difusos vinculados ao patrimônio imaterial como tentativa de impedir a exploração econômica e sua descaracterização²³.

O inventário e o registro constituem no Brasil a metodologia para tentar responder ao desafio de valorização do patrimônio cultural imaterial ao reconhecer que *“toda a produção cultural de um povo, desde sua expressão musical, até sua memória oral, passando por elementos caracterizadores de sua civilização”*²⁴.

²² Disponível em <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 12 mar 2007.

²³ SANT'ANNA, Márcia. Informe sobre el estado de la protección del patrimonio cultural inmaterial en el Brasil. Disponível em: <http://www.crespial.org/downloads/dfbrasil.doc>, acessado em 07 mar.2007.

²⁴ IEPHA/MG Sobre cultura e patrimônio cultural. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=66&Itemid=108, > Acesso em: 14 mar 2007.

4. O PATRIMÔNIO, TURISMO E SUSTENTABILIDADE.

4.1 O Turismo cultural e o patrimônio.

As pessoas, desde a antiguidade, têm se deslocado para lugares com o propósito da contemplação de monumentos, museus e festivais, deslocamentos estes motivados por uma curiosidade de ordem cultural como praticamente em toda viagem. Essa relação entre turismo e patrimônio cultural vem dos primórdios da atividade turística. Durante o chamado Grand Tour iniciado no século XVI, atingindo o auge no século XVIII, os filhos de famílias inglesas ricas, saídos de tradicionais universidades como Oxford ou de Cambridge, deveriam percorrer o mundo e se preparar para aperfeiçoar a educação, adquirir bons modos e tornar-se cavalheiros. Antes do Grand Tour são conhecidos os viajantes como Marco Pólo que viajou pelo Oriente inclusive a China, e o viajante árabe Ibn Battuta (ANDRADE, 2002; MARKIN, 1999). Ambos viajavam pelo gosto de aprender sobre novos países e novos povos,

na realidade o turismo sempre teve conteúdo cultural. Grande parte das viagens que se realizaram ao longo da história e que hoje em dia podemos vincular aos inícios do turismo, estavam motivados pela visita a lugares que podiam encontrar-se manifestações de interesse artístico ou histórico (ALFONSO, 2003:103).

O Turismo por motivação cultural pode ser considerado como um dos mais antigos motivos de viagem, uma vez que ao deslocar-se o viajante entra em contato com outras culturas. Nas últimas décadas do século XX a motivação cultural constituiu uma alternativa para o turismo de sol e praia, em que se buscam experiências diferentes como a apreciação de monumentos, peças artísticas, andar pelas ruas da cidade, visitar museus e mercados, apreciar o artesanato e a gastronomia local, o que acarreta efeitos econômicos, sociais e culturais para comunidades e cidades visitadas.

O turismo cultural pode ser entendido como o deslocamento de pessoas para atrações culturais fora do lugar freqüente de residência, com a finalidade de buscar novas experiências e informações capazes de atender seus pleitos culturais. Esse turismo tem crescido em razão do aumento da cultura dos indivíduos, o envelhecimento da população e um estilo de vida que incorpora o consumo de bens culturais e viagens com pouca duração (RICHARDS,2005).

O impacto desse fluxo de milhares de turistas é duplo, pois pode trazer benefícios econômicos para os lugares, como a restauração de monumentos e obras de arte, a retomada de festas, mas ao mesmo tempo pode trazer problemas, como degradação do meio ambiente e dos recursos culturais com a deterioração dos mesmos, uma vez que *“a respiração de milhões de visitantes não raro as coloca em perigo (...) o pé de certas estátuas de santos já esta alisado e deformado pelo toque contínuo dos fiéis”* (ECO, 2007:82).

A solução para esse dilema, segundo Eco (2007), não é limitar o acesso das multidões às obras de arte, ferindo os princípios do imaginário democrático e retornar ao turismo de pouquíssimos, mas a reprodução de monumentos e obras de arte. Para esse escritor e filósofo:

é preciso tirar proveito das tendências naturais do turismo de massa, que levam a visitar indiferentemente a Pietà Rondanini, última obra de Michelangelo, e o Mulino Bianco, a locação de um famoso comercial de TV. Imaginem quantas pessoas ficarão muito mais satisfeitas com o falso templo de Albanella, inteirinho e reluzente, do que com aquele que sobreviveu com tanta dificuldade em Paestum. Que aquela multidão onívora seja então desviada para Albanella, e que se deixe Paestum para os que o visitam com conhecimento de causa. (ECO, 2007:82)

Para Eco (2007) não é discriminação separar os turistas “refinados dos trogloditas”, uma vez que cada pessoa decidiria se pertence a uma categoria ou à outra por livre escolha e não por sentença social.

No Brasil, o viajante cultural mais ilustre foi Mário de Andrade que, nos anos 1920 e 1930 do século XX, percorreu o interior do País em busca de bens culturais que *“marcassem o jeito de ser, de agir, e de se comportar do povo brasileiro”*²⁵. Em 1924, vem a Minas com outros intelectuais brasileiros e do poeta Blaise Cendrars, na chamada “Caravana Modernista”. Em Minas Gerais excursiona pelas cidades históricas e dessas viagens despontam o barroco mineiro e o conjunto arquitetônico das cidades mineiras como valor histórico-artístico do patrimônio nacional. Como resultado, Ouro Preto seria elevada em 1933 à condição de monumento nacional, *“a cidade tornou-se símbolo brasileiro e incluiu-se na memória nacional como representativa de uma continuidade histórica que contribuiu para o fortalecimento da identidade nacional”*. (DIAS, 2006:109). Mais tarde em 1937 é criado o SPHAN,

²⁵ IPHAN, Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os meus e os Bois, A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil, Brasília, Brasília Artes Gráficas, maio de 2006 p.9

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

A motivação do turista cultural é a busca da beleza, da diversidade cultural ou do passado através dos monumentos, obras de arte e sítios históricos. Acrescente-se atualmente a busca de referências culturais que julgam relevantes, como outros costumes, hábitos alimentares, festas, mitos, rituais e celebrações dos diversos grupos e etnias que assumem importância crescente no mercado cultural e na atividade turística.

Presentemente, a *“cultura se tornou tão indissociável do mercado, quanto ela estava integrada a política”* (ARANTES, 2004:10). Assim, ao patrimônio, além de seu valor histórico, simbólico, social, estético soma-se seu valor econômico *“que emerge na crista da onda cultural contemporânea”* (ARANTES, 2004:11) apropriado pelo turismo cultural.

O patrimônio passou a ser objeto de consumo capaz de propiciar conhecimento, prazer e até de provocar forte excitação caracterizada pela aceleração dos batimentos cardíacos, tonturas, confusão, quando o indivíduo é exposto a artes (síndrome de Stendhal), especialmente belas e célebres reunidas num museu, como ocorreu com o famoso novelista francês Stendhal, no século XVI, durante sua visita a Florença em 1817. Segundo Carsalade (2002), o patrimônio cultural é um dos pilares do turismo, pois evoca o princípio da sensorialidade, ou seja, a vivência dos lugares, sendo, por conseguinte, fundamental *“a presença física nos lugares, estimulando a percepção tátil, auditiva, gustativa”* (CARSALADE:2002:1) fazendo da viagem turística um ato de estímulo e deleite sensorial.

Para Gonzalez Méndez (1996) e Talavera, (2003), o crescimento do turismo cultural deve-se a fatores como o maior tempo para o lazer das pessoas, as novas formas de organização das férias, o crescimento da consciência ecológica que condena o turismo destruidor dos recursos naturais, a possibilidade de oferecer a cultura como uma experiência individual que alimenta a memória de tempos pretéritos; conferindo prestígio social ao turista. O crescimento do nível educacional e cultural da população e a política de promoção do turismo cultural pelas administrações nacionais e locais como meio de complementar as economias rurais favorecem esse segmento do turismo.

Mas o que vem a ser o turismo cultural? Quando se fala em turismo cultural, o Conselho Internacional de Sítios e Monumentos ICOMOS (1976), o define como aquele turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos ou quaisquer elementos do patrimônio cultural. O turismo cultural, dessa maneira, é um movimento de pessoas essencialmente por motivação cultural, segundo o ICOMOS. O conceito é uma composição de uma perspectiva da cultura como “produto”, “recurso” e o turismo cultural como um segmento do turismo convencional.

Para Richards (1996), turismo cultural pode ser definido de duas formas, uma conceitual e outra técnica. Na primeira, ele é visto como “*o movimento de pessoas para atrações culturais distante do lugar de residência, com a intenção de adquirir novos conhecimentos e experiências para a satisfação de suas necessidades culturais*”(RICHARDS,1996:24). Na definição técnica de turismo cultural são “*todos os movimentos de pessoas para atrações culturais específicas, como sítios históricos, manifestações culturais e artísticas, artes e teatro fora do local de residência*” (RICHARDS,1996:24). Em ambas as definições o patrimônio cultural é um dos estímulos da viagem sendo que, a segunda definição refere-se ao turista que se desloca com fim específico de apreciação de atrativos culturais.

O turismo cultural é conceituado por Dias (2006) como “*toda prática turística que envolva a apreciação ou a vivência de qualquer tipo de manifestação cultural, seja tangível, seja intangível, mesmo que esta não seja a atividade principal praticada pelo viajante no destino*” (DIAS, 2006:40). O turismo é percebido por Dias (2006) de forma sistêmica, uma vez que o excursionista e o turista, em seu deslocamento para lugares diferentes ao de sua residência, para a apreciação de monumentos, festivais, museus, para a sua satisfação cultural, entra em contato com outros atrativos fora da motivação principal da visita formando um complexo de vivências em que estão presentes os patrimônios cultural e ambiental.

O turismo cultural se sustenta em dois pilares, segundo Dias (2006) a motivação e a percepção. O primeiro leva os turistas a visitarem determinado lugar e o segundo é a satisfação pessoal que possam obter com a visita para apreciar uma festa, uma música, uma dança, um monumento ou uma obra de arte. Desse modo, a herança cultural “*é ferramenta para a indústria turística, e passa a ser entendimento comum o fato de que o turismo cultural não busca manter determinadas populações no passado, afastadas das mudanças e do progresso*”. (DIAS, 2006:42).

Também para Barretto (2000) e Talavera (2003), pode-se considerar o turismo cultural como uma forma alternativa de turismo em que o principal atrativo seja algum aspecto da cultura humana como história, artesanato, costumes que passam a ser produtos ofertados no mercado turístico. Nessa perspectiva, ele é tomado como uma segmentação do mercado turístico com interesse em museus, festivais, festas, arquitetura, locais históricos que compõem a herança de uma cultura em particular, dotada de peculiaridades, de cores locais que atraem visitantes interessados nessa diversidade.

No turismo cultural o visitante busca experiências sensoriais ligadas à apreciação da cultura de outros povos ou localidades, à busca do passado idealizado nas ruínas e monumentos, ao prazer da contemplação da obra de arte, da festa, e se apresenta como alternativa ou complemento ao turismo típico de lazer. A viagem propicia ainda ao visitante, em contato com os outros, enxergar sua própria identidade que somente pode ser revelada na medida em que entra em contato com outras culturas.

Dessa maneira, os monumentos, as manifestações culturais, como as festas, a apreciação de sítios arqueológicos ou históricos, o consumo do artesanato local são transformados em produtos culturais que o turista pode experimentar e apreciar. Em outras palavras ele envolve a apreciação dos recursos artísticos, históricos, costumes e tradições, sejam nacionais, estaduais, regionais, até de “hiperlocais”, tais como aldeias indígenas, pequenas povoações, entre outras, indissociáveis da dinâmica socioeconômica e política global. (ARANTES, 2004).

De acordo com o ICOMOS na Carta Internacional do Turismo cultural (1999)²⁶, os princípios do turismo cultural são:

- a) O patrimônio cultural pertence a humanidade assim como a responsabilidade pela sua preservação material e simbólica.
- b) O patrimônio cultural de cada localidade é único e insubstituível e importante base para o desenvolvimento local
- c) A gestão do patrimônio tem por objetivo interpretar seu sentido tanto para os anfitriões como para os visitantes.

²⁶ ICOMOS, Carta Internacional sobre o turismo Cultural, México, out. 1999. Disponível em <<http://www.internacional.icomos.org>>. Acesso em: 23 mar 2007.

- d) O turismo é o meio importante para o intercâmbio cultural entre os povos.
- e) O turismo pode apropriar dos aspectos econômicos do patrimônio contribuindo para a sua conservação gerando renda para a comunidade anfitriã e educando a população importante fator de desenvolvimento.
- f) O turismo deve cuidar para evitar danos ao patrimônio natural ou cultural.

Ainda segundo, a Carta Internacional de Turismo Cultural (1999) do ICOMOS,²⁷ os objetivos desse segmento de turismo são os seguintes:

- a) Transmitir sua importância tanto para a comunidade anfitriã como para os visitantes;
- b) Gestão adequada para respeitar e agregar ao patrimônio as culturas vivas da comunidade anfitriã.
- c) Promover o diálogo entre os tutores do patrimônio cultural e os interesses da indústria do patrimônio cultural, com objetivo maior que é alcançar o desenvolvimento sustentável para ambos.
- d) Cobrar dos agentes envolvidos com o patrimônio cultural a formulação de planos e políticas de desenvolvimento, interpretação, defesa e conservação dos sítios e atividades culturais.

O Código de Ética do Turismo (1999), elaborado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), em seu artigo 4: “Turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do Patrimônio Cultural da Humanidade”, reafirma que *“a atividade turística se organizará de modo que permita a sobrevivência e o progresso da produção cultural e artesanal tradicional, assim como, do folclore e que não caminhe para sua normalização e empobrecimento²⁸”*. Desse modo, o turismo cultural não deve ser apenas uma atividade comercial que obedece apenas à lógica do mercado e do lucro devendo todos os envolvidos com essa atividade, os agentes de turismo, o turista e os anfitriões, ter responsabilidade na boa gestão do patrimônio para que ele propicie educação, renda e reforce os laços regionais, nacionais e humanos. Pode-se concluir, com Londres (2004) que a dupla dimensão do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de prazer que se atribui aos bens culturais *“se acrescentam tanto a do*

²⁷ Ibidem

²⁸ ICOMOS. Código de Ética do Turismo. Disponível em: < <http://www.world-tourism.org/aboutwto/esp/menu.html>. Acesso 24 mar. 2007

valor de mercado dos bens culturais questão central nos últimos anos.[...], quanto a dos valores afetivos, objeto de atenção sobretudo por parte dos antropólogos” (LONDRES, 2004:24). O turismo como promotor do intercâmbio cultural entre os povos se apresenta como ferramenta propícia para a valorização do patrimônio cultural da humanidade ou de uma localidade.

A sociedade pós-moderna que busca atrações para preencher seu tempo livre tem na cultura uma fonte de lazer e saber e o patrimônio cultural se integra ao turismo que permite o acesso de milhares de pessoas a outros povos ou regiões, contribuindo dessa forma para a integração do patrimônio ao mercado. Atualmente os turistas que buscam o patrimônio cultural como atrativo *“são a ultima etapa de uma larga lista de re-apropriações e mudanças [...] o turismo se inscreve nessa larga lista de apropriações e reelaborações”* (CANCLINI, 2006:6).

Para Canclini (2006), o patrimônio cultural deixou de ser visto como coleção de edifícios e bens intemporais para tornar-se uma construção social com valores diferentes. Conforme a época e os grupos, integra-se ao mercado e ignora o falso dilema entre patrimônio e mercado, entre paranóicos *versus* utilitaristas, uma vez que o patrimônio cultural sempre foi o resultado de dilemas, disputas e escolhas.

A cultura e o turismo se complementam, uma vez que os turistas se deslocam para o destino escolhido para desfrutar de culturas diferentes da sua própria e os anfitriões são conscientes de que sua cultura, por ser diferente, constitui fator de atração e de renda trazidas pelo turismo cultural. O turismo cultural é a busca da alteridade, podendo promover maior compreensão e comunicação entre culturas e povos distintos e tem *“a faculdade de revelar e valorizar um dos componentes essenciais da cultura viva: a identidade de um território”* (ALFONSO, 2003:104).

O turismo cultural pode contribuir para a promoção da identidade local restaurando manifestações culturais imateriais como as festas, as tradições, a gastronomia. Esse *“turismo com identidade”* é *“visto como indutor de reconhecimento da diversidade e dos direitos culturais, estreitamente articulados com o patrimônio imaterial, visualizado como espaço de oportunidade para as identidades”* (LACARRIEU, 2006:58). O turismo se apresenta como caminho possível para a promoção do intercâmbio cultural entre visitantes e anfitriões, encontro que permite ser prazeroso para uns e gerador de identidade cultural e renda para outros. Por outro lado não está isento de trazer riscos e um dos mais citados é o da falsificação de uma manifestação cultural que pode ser

transformada em meros espetáculos para satisfazer os turistas: *“indígenas que só se vestem com trajes tradicionais (geralmente uma reprodução vistosa e espetacular dos utilizados tradicionalmente) quando os turistas entram em cena”* (BONET & TRESSERRAS, 2006:70).

Para a comunidade anfitriã os riscos são os empregos pouco qualificados, o aumento do custo de vida, o que compromete o modo de vida, as tradições culturais e a herança cultural das comunidades locais. Para minimizar os riscos, o turismo cultural deve promover uma aliança estratégica entre cultura e turismo para superação de desencontros. A conclusão é de que o patrimônio cultural deve ser utilizado de forma racional e respeitosa; única possibilidade de sustentabilidade, e para que isso aconteça a comunidade tem que se envolver e desenvolver uma consciência e uma identidade com o patrimônio.

O patrimônio cultural é expressão da diversidade humana. Polissêmico e complexo, transita entre sua dimensão material e imaterial e cada vez mais a seu valor simbólico, histórico, artístico, estético, espiritual, social agrega-se o econômico apropriado pelo turismo tendência irreversível em razão de o passado estar sendo cada vez mais valorizado. Como lembra Choay (2001):

os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agendes de desenvolvimento, engenheiros, medidores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes (CHOAY, 2001:211)

Essa valorização segundo a mesma autora *“trata-se de mais-valia de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações econômicas nem é preciso salientar”* (CHOAY, 2001:212).

O turismo, com sua dimensão social, cultural, humana, econômica, apropria-se dos bens naturais e culturais com o patrimônio cultural assumindo seu valor econômico, uma vez que atualmente *“os produtos turísticos culturais estão chamados a desempenhar um papel fundamental no novo milênio. Já o fizeram no passado, o*

estão fazendo no presente e cabe um importante futuro aberto ante nós e nossa complexa realidade”(SOCORRO, 2004:190).

Como valor de mercado os bens culturais passíveis de atrair turistas são aqueles selecionados e valorizados e, dessa maneira, reproduz-se no campo econômico os mesmos dilemas do campo político em relação ao patrimônio, ou seja o que selecionar, o que valorizar para ser preservado e passível de tornar-se atrativo turístico capaz de gerar renda e sentido de identidade.

Para que o turismo se revele como atividade favorável para o patrimônio é necessária a existência de uma política cultural do âmbito local ao nacional, regulamentos, leis uma boa gestão do setor público e privado numa interação entre a conservação e as ações no sentido da busca da lucratividade com o elemento patrimonial, enfim, a cultura apropriada pelo turismo “*gera produtos e manifestações concretas, sejam elas eruditas ou populares*” (GASTAL, 2001:121)

A relação entre patrimônio e turismo nem sempre esteve tão explícita. Na Carta de Veneza de 1964, por exemplo, o valor de troca do patrimônio cultural ainda fica subentendido e ligado a sua conservação, que “*é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode sem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios*”. (CURY, 2004:92). Desse modo, até a Carta de Veneza, as dimensões simbólica, histórica e artística do patrimônio cultural eram dominantes.

O valor econômico do patrimônio cultural aparece expresso claramente nas Normas de Quito (1967) em que fica estabelecido que ao valor histórico, artístico do patrimônio deve-se:

incorporar a um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, passando-a ao do domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares (CURY,2004:111).

Esse posicionamento em relação ao patrimônio latino americano ocorreu devido ao “*acelerado processo de empobrecimento que vem sofrendo a maioria dos países americanos*” (CURY, 2004:105) o que acarretava riscos de desaparecimento do rico patrimônio cultural provocados pelo abandono e falta de proteção, surgindo o turismo como atividade capaz de reverter a deterioração e a perda do patrimônio cultural. O

turismo aparece como suprimindo o papel do Estado que não se mostrava capaz nesse contexto latino-americano de salvaguardar o patrimônio local. O turismo surge nessas Normas de Quito como uma fundamental ferramenta dessa preservação:

os valores culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais [...] A Europa deve ao turismo, direta ou indiretamente, a salvaguarda de uma grande parte de seu patrimônio cultural, condenado a completa e irremediável destruição, e a sensibilidade contemporânea, mais visual que literária, tem oportunidade de se enriquecer com a contemplação de novos exemplos da civilização ocidental, resgatados tecnicamente graças ao poderoso estímulo turístico.(CURY, 2004:112)

Em 1976 a Carta do Turismo Cultural²⁹, do ICOMOS, vem atualizar a lógica do uso do patrimônio pelo turismo, que é visto como um fato social, humano, econômico e cultural irreversível, fenômeno capaz de exercer influência no entorno do homem e dos monumentos e sítios em particular. O turismo, segundo a Carta, exerce um efeito positivo sobre o patrimônio porque contribui para a sua conservação, mas a mesma Carta adverte que não se pode descuidar dos efeitos negativos, nocivos e destrutivos que acarreta o uso massivo e descontrolado do patrimônio cultural. O documento recomenda, ainda, o respeito ao patrimônio cultural que deve prevalecer sobre qualquer outra consideração do ponto de vista econômico, social e político. A proteção da autenticidade e diversidade dos valores culturais merece também atenção em razão do desenvolvimento do turismo.

Em razão da crescente globalização que traz à tona o desafio da preservação da diversidade cultural, é redigida no México uma nova Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (1999). Esse documento reafirma o turismo como um fenômeno que ao se apropriar do patrimônio pode contribuir para a sua preservação, para o desenvolvimento de economias nacionais e regionais, gerando renda e criando oportunidades e possibilidades na medida em que promove a interação existente entre os desejos e as expectativas dos visitantes, e das aspirações e desejos das comunidades locais.

O turismo pode captar os aspectos econômicos do patrimônio e aproveitá-los para sua conservação gerando fundos, educando a comunidade e influenciando em sua política. É um fator essencial para

²⁹ CURY, Isabelle. Cartas Patrimoniais, Rio de Janeiro, IPHAN, 2004.

muitas economias nacionais e regionais e pode ser um importante fator de desenvolvimento quando tem uma boa gestão³⁰

Desse modo, o patrimônio, além do sentido simbólico, histórico e artístico está à disposição do mercado podendo “*contribuir para formação da identidade própria dos diferentes destinos turísticos, dotando-os de um caráter diferenciador conforme os objetivos de singularidade e autenticidade buscada pela demanda*” (SOCORRO, 2004:206). Essa aliança entre patrimônio cultural e turismo torna-se indissolúvel, uma vez que a cultura, como reconhece a UNESCO, constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e de satisfação espiritual e cultural do homem³¹ sendo a diversidade decorrente do cultural um importante atrativo para o turismo.

A atividade turística transforma o patrimônio em um motor efetivo de desenvolvimento com o artesanato, as festas, os monumentos e outras manifestações culturais se convertendo em atrativos turísticos de muitas localidades antes à margem do turismo. Quanto aos riscos, esses podem ocorrer se as culturas locais não forem chamadas a opinar sobre a atividade e a dizer não ao turismo. Nos casos em que as culturas locais dizem sim ao turismo, devem ter o direito de tomar decisões sobre os princípios orientadores e participar o mais equitativamente possível das rendas geradas pelo turismo. (PEREZ, 2001)

O patrimônio e o turismo constituem-se em fonte de conhecimento, de prazer, de identidade e, como qualquer atividade econômica, podem criar oportunidades com a participação da população das localidades ou manter o modelo de crescimento restritivo, não sustentável cultural e socialmente. Assim sendo, o adequado conhecimento do turismo e sua apropriação do patrimônio requerem a compreensão de outros elementos tais como a sustentabilidade e o turista.

4.2 O Turismo e a sustentabilidade

A noção de desenvolvimento sustentável tem sua origem no final dos anos 1960, a partir do estudo do Clube de Roma, denominado os “limites do crescimento” onde se argumentava em prol da diminuição das atividades produtivas em todo o mundo,

³⁰ ICOMOS. Código de Ética do Turismo. Disponível em:< <http://www.world-tourism.org/aboutwto/esp/menu.html>. Acesso 24 mar. 2007

³¹ CURY, Isabelle. Cartas Patrimoniais, Rio de Janeiro, IPHAN, 2004.

principalmente industrial sob o risco de num espaço de tempo historicamente curto ocorrer um colapso dos recursos naturais no planeta.

O conceito de desenvolvimento sustentável emergiu na Conferência de Estocolmo (1972) e três critérios eram considerados fundamentais para se atingir a esse objetivo: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. (DIAS, 2003). Entre os vários conceitos acerca da sustentabilidade, a definição mais corrente é a do estudo intitulado “Nosso Futuro Comum”, (1987) também conhecido como Relatório Brundtland, no qual desenvolvimento sustentável é concebido como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

A sustentabilidade entrou na pauta dos organismos internacionais e passou a figurar na agenda de qualquer atividade econômica como o turismo. Para DIAS (2007) não é fácil definir turismo sustentável em se considerando que deve existir um *“equilíbrio de três dimensões. A dimensão econômica, na qual que esta por trás estão os empresários. A social, sustentada pelas comunidades, associações de moradores e sindicatos, entre outros agentes sociais. E a ambiental, de responsabilidade dos ecologistas e ambientalistas”*³².

Nesses termos o turismo cultural sustentável precisa ser ecologicamente correto, mantendo a qualidade do meio ambiente natural e cultural da qual dependem a população local e os visitantes; ser culturalmente respeitoso conservando o patrimônio material e imaterial da comunidade anfitriã, seus valores tradicionais; economicamente equitativo, propiciando a extensão dos benefícios para as pessoas do lugar, contribuindo para a diminuição da pobreza e finalmente a sustentabilidade depende da articulação e a cooperação entre o setor público e o setor privado; que devem participar da formulação do planejamento turístico. (OMT, 2004)³³

O desenvolvimento sustentável tem como “idéia força” uma ética de desenvolvimento, na qual *“os objetivos econômicos do progresso estão subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoria da qualidade de vida das pessoas”*. (GUIMARÃES, 2001:55)

³² DIAS, R. Todo turismo deve ser sustentável. *Ecospy, meio ambiente, consciência e tecnologia*, Ano 2, n.10, São Paulo, jul.ago 2007, p.10-13

³³ OMT. Conceitos de definições sobre turismo sustentável. Disponível em: <http://www.unwto.org/espanol/frameset_sustainable.html>. Acesso em 13 ago. 2007

Esses princípios gerais se manifestam na Carta do Turismo Sustentável (1995), ou Carta de Lanzarote³⁴, onde a sustentabilidade turística deve basear-se em elos entre a conservação e desenvolvimento, no Código Mundial de Ética do Turismo que proclama o turismo responsável e sustentável deve “*salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer eqüitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras*” (ICOMOS, 1999).

Assim, a sustentabilidade nascida inicialmente ligada às questões ambientais assume novos sentidos incorporando à perspectiva cultural sua conservação e preservação através da articulação dos setores públicos, privados e da comunidade.

4.3 Os Turistas Culturais.

O turista cultural é aquele que em seus deslocamentos busca as atrações como os sítios históricos e naturais, sítios arqueológicos, monumentos, museus e todas as referências culturais que mostram a identidade cultural de um lugar representada em imagens, objetos e símbolos. Dentro dessa diversidade buscam os lugares que recordam a vida de artistas ou intelectuais, lugares onde ocorreram grandes batalhas e revoluções que atraem os turistas por seus aspectos histórico, artístico ou literário e, finalmente o patrimônio artístico, o que prolonga a permanência dos turistas como festivais famosos de música, dança e teatro. (PÉREZ, 2001)

Esse turista que busca maior contato com as culturas e respeita os valores locais, procurando não trazer grande impacto nas localidades visitadas são para Barreto (2000:26), “*consumidores de um estado de espírito e não de coisas materiais*”. Segundo Richards (apud MUÑOZ, 2003)³⁵ o perfil do turista cultural é de uma pessoa com idade superior a 35 anos, com formação universitária, que viaja com frequência, tendo criados os filhos, sendo que 60% deles dedicam-se a viagens internacionais e

³⁴ Carta do Turismo Sustentável (1995). Disponível em : < <http://www.turismoresponsable.net/pdf/carta%20lanzarote.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2007.

³⁵ Richards, G. 1994. "Cultural tourism in Europe", en Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management, Vol. 5, bajo la dir. de C. P. Cooper y A. Lockwood, pp. 99-115. Sussex, England: John Willey & Sons Ltd.

mais inclinados a visitar sítios históricos do que a assistir a espetáculos artísticos quando em viagem ao exterior.

Os turistas culturais que procuram em seus deslocamentos a apreciação do patrimônio cultural material e imaterial podem ser diferenciados em três tipos:

- a) “Inspiração cultural” que é o que escolhe destinos consagrados como cidades históricas;
- b) Os turistas “atraídos pela cultura” àqueles que mesmo não procurando lugares culturais, não desprezam visitar lugares históricos;
- c) O turista de “motivação cultural” aquele que escolhem os lugares em razão da oferta cultural que oferecem, motivados a aprender e que preparam a viagem com objetivo cultural. (JANSEN-VERBEKE³⁶ apud DIAS, 2006:211)

Os turistas culturais para Talavera (2003), dividem-se em dois grupos: os “clientes diretos”, que buscam sinais de sua identidade, mergulhados num sentimento de nostalgia, que os conduz a recordações, espaço e tempos passados. mais imaginados que vividos, e os “clientes indiretos”, a maioria dos turistas, que viajam para descansar, mas que encontram o patrimônio em seu caminho e/ou buscam o patrimônio que confere prestígio social. Desse modo o turista cultural pode ser encontrado nos diversos tipos de viajantes, sendo que a maioria não viaja especificamente à busca de apreciação do patrimônio cultural material ou imaterial. Eric Cohen³⁷ (apud Barretto 2000) fala nos “modernos peregrinos”, que procuram modos de vida alternativos, autenticidade, contato com as culturas visitadas, e os “buscadores de prazer” que procuram apenas fugir de seu cotidiano em lugares que ofereçam lazer.

Santana (1998), numa visão mais crítica do turista cultural, afirma que, curiosamente, *“salvo exceções, não se sentem atraídos pelo nativo real, estando marcadas sua relação com esses pela impessoalidade e a segregação física, prevalecendo o intercâmbio econômico”* (SANTANA, 1998:37). Essa é uma reflexão importante sobre o turismo cultural que remete a experiências que podem ser positivas ou não para as localidades, para anfitriões e convidados quando se envolvem com a atividade

³⁶ JANSEN-VERBEKE, M. Urban tourism: managing resources and visitors, In: WAHAB, Salah; PIGRAM, John J. (Ed.). *Tourism, development & growth: the challenge of sustainability*. London/New York: Routledge, 1977.

³⁷ COHEN, E.(1972). *Toward a sociology of international*, Socail Research 39[1],pp.164-182

turística. Em razão disso a simples mercantilização da cultura deve ser substituída por uma ação cultural que promova a cultura como mediadora de uma convivência entre pessoas e grupos.

O turista cultural quer encontrar na arquitetura tradicional, na gastronomia típica de uma região, no artesanato, e nas manifestações populares, como festas e folguedos, uma satisfação psicológica de sua bagagem e experiência cultural, quer seja de seu próprio passado ou da herança de outras culturas. Por outro lado, os anfitriões têm que estar preparados, o que exige uma participação do poder público municipal em sintonia com a comunidade local.

5. PATRIMÔNIO E TURISMO EM JEQUITIBÁ/MG .

5.1 A comunidade e os desafios do turismo.

É na comunidade que se encontram os anfitriões que oferecem os serviços e os turistas que vêm para desfrutar do tempo livre, num intercâmbio que pode promover uma relação proveitosa tanto do ponto de vista econômico como cultural, em que anfitriões e convidados trocam e partilham experiências. O turismo, ao propiciar essas interações dos visitantes com patrimônio cultural e ambiental e os anfitriões, proporciona a esses os meios e a motivação para cuidar e manter sua herança.

A comunidade deve participar ativamente e organizadamente do planejamento e da implementação do turismo, compartilhar decisões relativas à maneira como os benefícios socioeconômicos possam ser relativamente distribuídos para todos ou para a maioria dos residentes. Por comunidade se entende neste estudo os grupos sociais que reúnem indivíduos que estabelecem relações socioeconômicas, e mesmo com as diferenças sociais, têm uma identidade construída a partir de interações sociais culturais e econômicas dentro de um território.

A comunidade que recebe o turista que vem em busca de seu patrimônio cultural ou natural é geralmente a parte mais fraca da cadeia turística, uma vez que na maioria das vezes as decisões com relação ao turismo são feitas em planos macro pelos governos nacionais e estaduais e empresários do turismo sem o seu envolvimento. Como consequência, os maiores ganhos do turismo são realizados fora do território em que ele acontece. Quando isso ocorre, o turista pode ser recebido com indiferença e hostilidade, situação provocada ao transformar a população em objeto e não sujeito do turismo (MITCHELL, 2001).

A comunidade detentora do patrimônio cultural ou natural pode se beneficiar duplamente do turismo, uma vez que ele pode gerar renda e reforçar os laços de identidade e coesão social, principalmente nas pequenas localidades. No caso de comunidades detentoras de patrimônio cultural deve-se ficar claro que ele *“deixou de se ater apenas a qualidades estéticas do bem em si, ampliando ao cotidiano da vida, no exercício da cultura e no desenvolvimento socioeconômico das comunidades sendo um dos importantes responsáveis pela sua identidade e pela as qualidade de vida”*.

(CARSALADE, 2001:3). A comunidade precisa, para poder usufruir dessa oportunidade, se aparelhar criando uma estrutura de atendimento e suporte aos turistas, como guias, hospedagem e alimentação. Cabe ao poder público, que administra o território, com a colaboração da comunidade, zelar por essa herança cultural como fator de identidade e como recurso turístico.

Assim, o patrimônio assume uma dimensão de recurso importante no processo de desenvolvimento, capaz de promover “*a satisfação das aspirações espirituais do homem*” uma vez que o desenvolvimento “*persegue o bem-estar e a satisfação constantes de cada um e de todos*”, conforme expressa a Declaração do México promovida pelo ICOMOS, em 1985. O patrimônio, portanto, mais do que na conexão entre presente e passado, torna-se elemento que se tem que levar em conta quando se fala em desenvolvimento de uma localidade. Porém o turismo não pode tornar-se privilégio de poucos beneficiários com o enobrecimento de alguns espaços da cidade ou tornar o atrativo cultural uma manifestação para atender apenas às necessidades dos turistas, uma vez que os espaços em que ele ocorre muitas vezes são espaços de lazer e convivência da própria comunidade³⁸.

A importância da participação da comunidade na gestão do patrimônio cultural é fundamental, uma vez que do “*seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e a ação vigilante e preventiva*” como mencionam as Normas de Quito, de 1967 (CURY, 2004:116), principalmente nas localidades onde ainda não exista uma gestão voltada para a salvaguarda do patrimônio ou ela seja débil ou nem sempre eficiente.

Uma eficiente gestão do patrimônio cultural e sua articulação com o mercado somente ocorre de maneira sustentável culturalmente se esse patrimônio representa para a comunidade um sentido uma identidade que é

uma construção diária, onde participam a escola, a família, o contexto territorial [...] somente depois disso se poderá estar em condições de compartilhar com os turistas num desenvolvimento sustentável, tendo em conta que o valor financeiro não é necessariamente o mais importante, por quanto também interessa o valor social ou representativo de um determinado recurso turístico. (SOCORRO, 2004:174)

³⁸ PATIN, Valéry. Cultura y turismo:hacia una economia de mercado In: El Correo Unesco, jul-ago. 1999.p.35-36.

A comunidade precisa compreender a importância de seu patrimônio cultural contribuindo, assim, para perpetuar a memória e sua transmissão de geração em geração. Se não ocorre a participação da comunidade, se ela não se identifica com a herança cultural a atividade turística torna-se insustentável, uma vez que a população, não cooperando com o turista, fornecendo informações e imagens contrárias e negativas sobre sua herança, acaba por afastar o turista que busca em seu deslocamento aquilo que lhe propicie uma experiência agradável e diferenciada.

Por participação da comunidade entende-se a ação do poder público municipal, da iniciativa privada local, das instituições educativas da cidade, da população e do suporte dos órgãos públicos estaduais, de universidades que podem cooperar na tarefa de inventariar, divulgar e subsidiar projetos turísticos com conteúdo cultural. A mobilização desses atores para superar os problemas e potencializar recursos locais promovem o desenvolvimento do município em considerando que “*a mobilização de um conjunto fortemente coeso de sujeitos de um determinado lugar, em torno de objetivos comuns, após reconhecimento tanto dos entraves ao desenvolvimento, quanto as potencialidades locais*” (RODRIGUES, 2003:16). O patrimônio cultural tem adquirido importância cada vez maior como recurso capaz de atrair turistas e de conferir identidade a um espaço.

Minas Gerais possui em suas cidades coloniais, um rico patrimônio histórico e artístico reconhecido pela UNESCO. Ao lado desse patrimônio material possui um conjunto de manifestações ligadas ao catolicismo tradicional representado por folias, congados, com canto, com música e com dança, patrimônio imaterial que ainda não recebeu a mesmo reconhecimento do patrimônio histórico e artístico ligados ao barroco. Essas manifestações populares ligadas ao catolicismo tradicional popular podem ser geradoras de motivação de viagem e fonte de receita para o município derivada do turismo.

5.2 O IEPHA/MG e a legislação de proteção ao patrimônio cultural.

Em encontro promovido pelo Ministério da Educação e Cultura com os governadores dos estados, em Brasília (1970), foi redigido o “Compromisso de Brasília”, documento que recomenda aos Estados e Municípios suplementar a ação do governo federal na proteção do patrimônio regional, por ser “*inadiável necessidade de ação supletiva dos*

Estados e municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional".³⁹ Esse documento incentivava ainda os Estados e Municípios à criação de *"órgãos estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com os Conselho Estaduais de Cultura e com a DPHAN"*⁴⁰

Esse compromisso levou o governo mineiro à criação, em 1971, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). De sua criação até o início da década de 1980, executou vários programas tentando envolver os municípios⁴¹ e suas comunidades na lógica da descentralização, uma vez que:

É cada vez mais premente a necessidade de consolidação de um programa de conscientização cultural das comunidades perante os valores do patrimônio histórico e artístico do Estado, condição básica para sua permanência como uma das grandes heranças espirituais do País e até para que se resguarde a própria responsabilidade pela história de Minas Gerais.[...] Nesse sentido, conscientizar as nossas populações sobre o direito comunitário de propriedade e o dever de todos na preservação dos bens culturais móveis e imóveis de Minas Gerais significa despertar e promover o "sentimento de respeito da comunidade" pelas tradições de interesse histórico, artístico, arquitetônico e ecológico⁴².

O objetivo do programa era uma maior participação da comunidade nas questões envolvendo o patrimônio, o que seria alcançado através de uma educação patrimonial capaz de ajudar o IEPHA/MG no desafio da preservação do patrimônio cultural do Estado espalhado pelas centenas de municípios e que, sem a comunidade, torna-se impossível a salvaguarda desse patrimônio.

O IEPHA/MG, em 1983, criou o Programa de Atuação com a Comunidade, PAC, com objetivo de descentralizar e envolver as comunidades com sua herança. *"A ação comunitária é o esforço cooperativo e conjugado de uma comunidade que procura tomar consciência de seus problemas e busca resolvê-los desenvolvendo seus*

³⁹ IPHAN.Compromisso de Brasília, 1970. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>> Acesso em: 12 maio 2007.

⁴⁰ibidem.

⁴¹ Programa de Obras Urgentes (POU), o Programa de Cidades Históricas (PCH) e o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais - IPAC/MG, voltado para os bens culturais ligado ao patrimônio arqueológico, as tradições, as festas sem um cuidado e eficaz proteção dos municípios.

⁴² IEPHA/MG ACERVO, informativo bimestral editado pela Superintendência de Pesquisa e Tombamento e Divulgação. Belo Horizonte: IEPHA/MG, julho de 1981, p.4.

próprios recursos e potencialidades, contando para tanto com a colaboração de seus líderes, grupos e instituições."⁴³

Essa estratégia correspondia à percepção pelos quadros técnicos do IEPHA/MG de que sem a participação das comunidades o patrimônio corria sérios riscos, como o acontecido com o caso do Cine Metrópole, em Belo Horizonte, em 1983, que foi demolido, apesar das inúmeras vozes contrárias. Ficou claro para a instituição que ou se buscava *"apoios mais sólidos na sociedade, ou as ameaças seriam cada vez maiores"*. (MACHADO, 1997:24).

As várias tentativas de envolvimento da comunidade mostram como a questão era difícil de ser levada adiante, sendo que somente nas décadas de 1990, com o aparecimento de uma legislação que incentiva financeiramente os municípios a cuidarem da salvaguarda de seu patrimônio, é que resultados mais efetivos começariam a despontar.

Em 1988, no processo de redemocratização do País, a Constituição Federal transformou os municípios brasileiros em entes federativos num grande processo de descentralização, como forma de possibilitar a cada comunidade gerir com autonomia seu território atendendo com maior eficiência às questões locais⁴⁴. Essa autonomia significa que os municípios não estavam mais subordinados a qualquer autoridade estadual ou federal no desempenho de suas atribuições exclusivas. Para garantir essa autonomia, os municípios passaram a contar principalmente com a participação de 25% do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias e

⁴³ Os princípios norteadores do programa partiam dos seguintes princípios: "de que todo bem cultural seja uma referência histórica necessária à formulação e realização do projeto humano de existência. (...)A condição necessária, para que este modo de atuação funcione plenamente é a de que as comunidades locais possam se assenhorar, não apenas de seus valores culturais, mas também, dos tributos que lhes escapam das mãos"; [...] "criação e o desenvolvimento de entidades locais, encarregadas do patrimônio local e sustentados pelas próprias comunidades, aparece como variável estratégica, capaz de equacionar o problema da deterioração do acervo cultural de Minas".[...] "Uma das metas, fundamentais da Política de Atuação com as comunidades do IEPHA/MG é, precisamente, a de fomentar a criação e o desenvolvimento daquelas entidades. Neste sentido, cumpre-lhe oferecer às comunidades locais subsídios para que possam se organizar de modo adequado." (IEPHA/MG. Política e ação com as comunidades – PAC- Documento Básico, 03 de out. de 1983, pp.1 a 10)

⁴⁴ A descentralização foi seguida pelo expressivo movimento de emancipação municipal em todo o território brasileiro. Durante essa década mais de 1.000 municípios foram criados, fazendo seu número total ultrapassar a casa dos 5.500. No caso de Minas Gerais, esse fenômeno também ocorreu com seus municípios, passando de 756 para 853.

serviços e 50% do imposto sobre a propriedade de veículos automotores, ambos arrecadados pelos Estados.

Em Minas Gerais, os municípios passaram a contar com um importante incentivo para a proteção do patrimônio cultural propiciado pela Lei nº.12.040/1995, ou Lei Robin Hood, que contempla com recursos financeiros as ações de preservação da memória e proteção de seu patrimônio, cabendo ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) definir o índice do ICMS Cultural a ser transferido para os municípios. O repasse obedece a critérios estabelecidos por esse órgão, sendo pontuados os municípios que comprovarem a existência de Núcleo Histórico, Conjunto Paisagístico, Bens Imóveis, Bens Móveis, planejamento da Política Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, atuação e investimentos realizados na preservação de seus bens culturais, incluindo atividades de educação patrimonial.

Com relação ao turismo, o patrimônio como recurso limita-se a poucos municípios, como Ipatinga, Divinópolis, Juiz de Fora, Nova Lima e Uberaba. Porém o relatório da Fundação João Pinheiro (FJP) constata que aqueles municípios, mesmo não dotados de boas condições financeiras como os citados, mas *“onde é forte a tradição e herança cultural, e histórica sua associação à atividade turística”* (FJP, 2007:41), recebem o apoio das administrações para a exposição da imagem e preservação de sua memória, como é o caso dos municípios de Itabira, Patos de Minas, Pirapora e São João Del Rei.

O patrimônio Cultural em Minas recebe a proteção da Constituição Estadual que em seu artigo 166 diz que cabe ao município *“estimular e difundir o ensino e a cultura, proteger o patrimônio cultural e histórico e o meio ambiente”*⁴⁵. As formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial em Minas são regidas pelo o Decreto 42505/2002. O Decreto Estadual estabelece que:

Art. 1º - Ficam instituídas as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural de Minas Gerais.

§ 1º - O registro dos bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural mineiro será efetuado em quatro livros, a saber:

⁴⁵ ALMG. Constituição de Estadual de Minas Gerais. Disponível em:< <http://hera.almg.gov.br/netahtml/coes.html>> Acesso em: 26 mai. 2007

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º- Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural mineiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo anterior.⁴⁶

A inovação foi a criação no seu art.9 do título de "Mestre das Artes de Minas Gerais". Esse título é dado pelo Conselho Curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, que o concederá "*a personalidades cujo desempenho notável e excepcional, em consagrada trajetória no campo do patrimônio imaterial, seja notoriamente reconhecido por sua excelência criativa e exemplaridade*". A valorização do patrimônio imaterial através do Registro permite que essas manifestações tornem-se amplamente acessíveis ao público, de modo eficiente e completo, mediante a utilização dos recursos disponíveis pelas novas tecnologias da informação.

No presente, em Minas, apenas um único registro sobre o patrimônio imaterial foi realizado e refere-se ao Queijo do Serro por ser um produto que é a expressão de tradição e cultura do município do Serro que hoje ultrapassa suas fronteiras. Com esse primeiro registro, o patrimônio cumpre seu papel de conferir "*identidade e personalidade própria (...) que reforçam a cidadania e os laços comunitários*". (IPHAN/MG, 2003).

⁴⁶ IEPHA/MG. Decreto 42.505/2002. Disponível em :em:< http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=79&Itemid=128> Acesso em: 26 mai. 2007.

No território mineiro encontra-se um patrimônio imaterial representado por tradicionais festas, cujos detentores são negros, pardos e brancos, recurso que deve ser trabalhado pelo turismo, atividade capaz de promover a sustentação e reinvenção dessas manifestações, que para Giddens (apud DIAS, 2006:59)⁴⁷ constituem tradições que “*evoluem ao longo do tempo, mas podem ser alteradas ou transformadas [...] inventadas ou reinventadas*” sem que isso implique em perda do vínculo com seus detentores. O caso que se analisa neste estudo é o da cidade de Jequitibá/MG, intitulada a “Capital Mineira do Folclore”, que conta em seus 21 distritos com dança, música e coreografia que podem tornar-se importante atrativo turístico e fator de sentido de identidade.

5.3 Jequitibá/MG: A capital mineira do folclore.

A cidade de Jequitibá/MG localiza-se às margens do Rio das Velhas, importante rota fluvial de penetração no território mineiro no período colonial. A região do Rio das Velhas foi explorada pela expedição de Fernão Dias, que penetrou no sertão das Minas Gerais à procura de ouro e pedras preciosas, e subiu o Rio das Velhas até Sabará. Essa região foi também percorrida pelo bandeirante Borba Gato, do qual se assegura que foi o primeiro povoador e minerador do Rio das Velhas na região da atual Sabará/MG. Atribui-se a José de Seixas Borges, participante da expedição de Fernão Dias, a criação de Jequitibá “*entranhou-se em 1680 pelo sertão do Uaimii e fundou Jequitibá, senhorando-se de vastas superfícies de terras entre aquele rio e o Paraupava*” (VASCONCELOS, 1974:257).

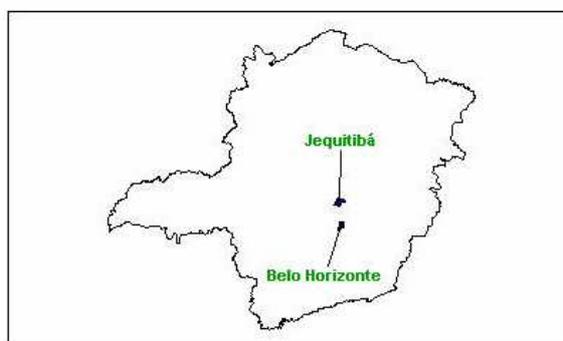


Figura 1

Localização de Jequitibá/MG

⁴⁷ GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000,p.51.

A cidade chegou a contar com um porto fluvial no Rio das Velhas porque durante a fase imperial (1822-1889) foram várias as tentativas de navegar pelo Rio das Velhas, inclusive a navegação a vapor⁴⁸. Apesar do entusiasmo com a navegação nesse rio, o projeto foi abandonado pelas dificuldades de navegabilidade, com grande prejuízo para o governo provincial (BARBOSA, 1979).

Em meados do século XIX, a cidade chegou a ser cogitada para sediar a futura capital mineira, projeto do deputado Padre Souza Paraíso, em 1867, que apontava duas razões para a mudança da capital de Ouro Preto: a situação topográfica desfavorável e a decadência da região mineradora. Essa mudança não se concretizou por ser onerosa para o governo provincial, mas os jequitibaenses, no início dos anos 1990, transformaram a cidade na capital mineira do folclore.

A cidade de Jequitibá pertenceu ao município de Sabará até 1869, quando foi incorporada ao município de Sete Lagoas. Em 1948, teve sua emancipação e a instalação aconteceu no dia 1º de janeiro de 1949. É composta de 21 povoados e um distrito chamado Dr. Campolina (ex-Lagoa Trindade), uma comunidade negra reconhecida pela Fundação Cultural de Palmares (2006) como remanescente da comunidade dos quilombos.

A cidade de Jequitibá/MG está situada na região central de Minas Gerais, integrando os municípios da bacia do Rio das Velhas, e faz divisa com os municípios de Santana de Pirapama, Cordisburgo, Araçaí, Funilândia, Baldim e Sete Lagoas. Seu IDH é de 0,692, ocupando no Estado de Minas Gerais a 581ª posição do *ranking*.

⁴⁸ O vapor “Saldanha Marinho” em 1869 realizou sua primeira viagem partindo de Sabará e descendo o Rio São Francisco ficando abandonado no porto de Guaicuí, em Pernambuco. O projeto foi abandonado pelas dificuldades da navegação, contrariando os diagnósticos favoráveis (BARBOSA, 1979).

Tabela 1

Arrecadação Municipal de Jequitibá-MG 2001-2004
(Reais Correntes)

ANOS	ICMS	OUTROS	TOTAL
2001	34.740	44.876	79.616
2002	57.541	60.115	117.656
2003	137.567	68.763	206.330
2004	117.586	84.785	202.371

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

Sua população atual, segundo o IBGE, é de 5.166 residentes (2000), sendo que na zona urbana residem 1.634 habitantes e na zona rural, 3.532 habitantes.

A Região Central mineira é montanhosa, rica em recursos minerais, com reservas de ferro, ouro, manganês e calcário, utilizado principalmente na produção de cimento. Nessa região tem crescido o número de hotéis-fazenda, condomínios de segunda residência e tem crescido a produção de cachaça em fazendas e alambiques da região.

A cidade integra também o Circuito das Grutas que é composto pelos municípios de: Caetanópolis, Capim Branco, Confins, Cordisburgo, Funilândia, Jequitibá, Lagoa Santa, Matozinhos, Paraopeba, Pedro Leopoldo, Prudente de Moraes, Santana do Pirapama e Sete Lagoas. A adoção do nome Jequitibá é de 1856 (Lei 757, de 2/5/1856) e as denominações anteriores foram: Trindade e Santíssimo Sacramento da Barra do Jequitibá.

Na zona rural, além das grandes propriedades, ocorre uma produção agrícola de base familiar, formada por pequenos produtores com até 80 hectares de terras cultivadas, além de meeiros e trabalhadores assalariados que produzem principalmente tomate, quiabo e milho. Conforme dados da Emater, de 2005, os três principais produtos do município são: tomate, com uma safra de 1949 toneladas, quiabo; com 1412 toneladas; e milho com 572 toneladas, comercializados a preço de R\$ 0,71 centavos o quilo em 2005.⁴⁹

⁴⁹ Entrevista com Marilene Martins Figueiredo Barbosa da EMATER, em 22 jun. 2007

Tabela 2

Principais Produtos Agrícolas 2003 (Jequitibá/MG)

Produto	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Arroz em casca várzea umida	10	30	3.000,00
Banana (2)	30	555	18.500,00
Cana-de-açúcar	140	9.100	65.000,00
Feijão (1a.safra)	20	18	900,00
Feijão (2a.safra)	50	60	1.200,00
Feijão (3a.safra)	30	87	2.900,00
Mandioca	50	725	14.500,00
Milho	500	1.600	3.200,00
Tomate (de mesa)	35	2.800	80.000,00

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

(1) Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha

(2) Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha

A cidade é a maior produtora de feijão de sua microrregião e tem no cultivo de tomate outra fonte de ocupação e renda. O município tem-se firmado como pólo de avicultura da região com uma produção estimulada pela COSSISA agro-industrial, de Sete Lagoas, que detém o monopólio da compra das aves para abatimento, congelamento e exportação para a Arábia Saudita.

A cidade de jequitibá/MG tem sua herança cultural ligada a celebrações que se manifestam nos cantos das folias, nas batidas dos tambores do congado, nas danças e seu artesanato, manifestações realizadas por mãos calejadas pelo trato com a terra. A manifestação dessa identidade ligadas às celebrações do catolicismo surgiu no final dos anos de 1988 graças ao empenho dos admiradores dessas manifestações populares⁵⁰ que perceberam a cultura popular como identidade e riqueza do município. A idéia surgida no final de 1988 não teve repercussão imediata junto ao poder público local nem mesmo junto à comunidade que consideravam a idéia desatino de alguns apreciadores das folias, guardas e do congado⁵¹.

Apesar da incompreensão, a idéia desses visionários concretizou-se com o lançamento do Governo do Folclore, ocasião em que foram indicados os

⁵⁰ Os folcloristas Geraldo Inocência de Souza e Carlos Felipe

⁵¹ Entrevista com o jornalista Carlos Felipe realizada pelo autor em 22 ago. de 2007.

representantes dessas tradições⁵². A cidade de Jequitibá/MG que foi cogitada para ser a capital política do Estado, e que estava esquecida à beira do Rio das Velhas, pela diversidade e pelo grande número dessas manifestações populares ligadas ao sagrado e ao profano, tornou-se conhecida como a capital mineira do folclore. Essa herança cultural ligada ao catolicismo assume importante fator de identidade nessa comunidade mineira às margens do Rio das Velhas.

No manifesto de fundação do “Governo Mineiro do Folclore” foram relacionados como herança cultural do município: o candombe, os congados, a marujada, a Folia dos Santos Reis, a Folia do Divino, as Folias de S. Sebastião, as Folias de N. S. do Rosário, a Folia de Santo Antonio, a Folia de S. Gonçalo, as Pastorinhas, as Encomendações das Almas, os fins de Capina, as danças de roda, os batuques, o Boi da Manta, os casamentos na roça, a Contra Dança, as rezadeiras, os curadores, os benzedores, os rezadores de Incelências, os raizeiros, os artesãos. A cidade passou a contar, a partir dessa iniciativa, com a sua cultura popular como identidade que a levou

⁵². Aos sete dias do mês de julho de 1991, presentes diversas autoridades locais e dos outros municípios: presentes os ilustres folcloristas – Frei Chico, grande cantor, compositor e animador – Saulo Laranjeiras e sua numerosa caravana; presentes os embaixadores do folclore mineiro José Teixeira e sua esposa Mazé: Grande equipe de fotógrafos e cinegrafistas; presentes ainda os diversos segmentos de nossa cultura popular representados por grupos das localidades e Lagoa de Sto Antônio — Lagoa da Trindade — Souza — Vera Cruz — Pindaibas — Perobas — e Sto Antônio do Baú, os professores universitários e folcloristas - Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Edmilson de Almeida Pereira, o Prefeito de Jequitibá — Geraldo Antonio Saturnino o vice –prefeito Sinval Batista Marques; o Presidente da Câmara — Geraldo Valeriano Saturnino; vereadores; o padre Gerardus Bernardus Smelle e grande massa popular, foi feita a leitura do DECRETO REAL 001, no qual o representante de Sua Majestade CHICO REI com a aprovação de todos os segmentos da Cultura Popular proclamou eleitos e empossados nos cargos de Governador do Estado Mineiro do Folclore, o Folclorista Frei Chico, e Vice-Governador, o nosso principal divulgador das raízes culturais — o cantor Saulo Laranjeira. A seguir, o Frei Chico, já na qualidade de Governador, tomou a palavra para nomear seus principais auxiliares, formando assim o seu gabinete: Prefeito da Capital Mineira do Folclore - Jequitibá -- o prefeito Geraldo Antônio Saturnino: Diretor e Redator-chefe da Imprensa - Carlos Felipe de Meio Marques Horta; Secretário Plenipotenciário de Segurança Pública e Preservação do Folclore - Geraldo Inocêncio de Souza; Reitora da universidade Folclórica de Sto Antônio do Baú - a Professora Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Vice-Reitor - Professor Edmilson de Almeida Pereira; Reitor da Universidade Folclórica de Jequitibá - o poeta Oswaldo Saturnino Lopes e Vice-Reitor Adib Reis. Após empossar seus auxiliares, o governador procedeu o tombamento da árvore - Jequitibá, existente na cidade, deslocando-se com todo o povo presente para o local e colocando uma faixa simbólica em seu tronco, para marcar devidamente o fato histórico. Encerrando a solenidade, ticou marcada a data de sete de julho de cada ano para as comemorações do Estado Folclórico de Minas Gerais. Jequitibá. Capital Mineira do Folclore, 7 de julho de 1991 - Governador do Estado Mineiro do Folclore: Frei Chico. Vice-Governador do Estado Mineiro do Folclore Saulo Laranjeira. Secretário de Segurança e Preservação do Folclore: Geraldo Inocêncio de Souza.

a ter divulgação na mídia e ser objeto de inúmeras monografias, e apresentar hoje grande potencial para o turismo.

Essa herança cultural ligada a setores subordinados acompanha a cidade desde suas origens, como conta o livro de memórias de Lanza(1997), que recordando sua infância na cidade afirma que os negros:

Dançam candombe todos os domingos na porta da Igreja do Rosário, porta do lado, até escurecer, e os negros batiam tambores, caixas e cuícas, bem rudes, feitos lá mesmo [...] iam repetindo a cantoria, o toque ia crescendo, crescendo, o batuque retumbando e a assistência juntando. Até parecia ser um pedaço do Congo, de Angola, tanta beleza e a negrada suave “divera”. A animação acabou depois que esse povo morreu. Às vésperas da Festa do Rosário, os caboclinhos iam para o arraial, cantando ao som da viola e da sanfona, naquele ritual bonito e puro, cantando até tarde. Só de meninos, mas podiam ser branco também.No outro dia, que era o da festa, vestiam roupa de pano (LANZA,1997:58)

Essas manifestações de canto e dança do catolicismo popular tradicional assumem uma dimensão cultural, social e religiosa com “a *preservação de valores éticos, estéticos e cosmológicos de grupos minoritários e oprimidos, de sorte a funcionar como canal de expressão da identidade grupal*” (CHAUI, 2003:73).

Se o “Governo do Folclore” não se sustentou, o símbolo criado permanece. Nele se encontram vários elementos ligados à história da cidade e a suas tradições como a coroa representando Nossa Senhora do Rosário a Rainha do Congado. A árvore relembra um antigo jequitibá situado à beira do Rio das Velhas. A figura do triângulo representa a Santíssima Trindade.



Figura 2
Símbolo do Folclore

Os três tambores: o Chama, o Santana e o Cambito representam os instrumentos do Candombe. A cor amarela (fundo para “Jequitibá/MG, capital mineira do folclore”) relembra o ouro do Rio das Velhas e as correntes, os escravos. Esse brasão caracteriza bem o sentimento de lugar que ressaltasse a presença das manifestações populares cujos atores são os trabalhadores rurais, pequenos proprietários, meeiros e parceiros. O símbolo do folclore representa a ligação entre o passado e o presente, caracterizando a continuidade da herança e a identidade da comunidade.

5.4 As Festas Tradicionais: entre o sagrado e profano.

Em Jequitibá/MG, as folias, as guardas, as danças essas celebrações ligadas ao catolicismo popular tradicional são agrupadas em ciclos.

QUADRO 3
CICLO DE FESTAS DE JEQUITIBÁ/MG

Ciclo	Características
Ciclo Junino	Festas ligadas aos santos do mês: Santo Antônio, São João, São Pedro onde se realizam as quadrilhas, simpatias fogueiras, cantigas etc.
Ciclo do Divino	Cortes do Divino, Almoço do Divino, Folia do Divino.
Ciclo do Rosário	Folguedos, Festas, Reinados dedicados a N. S. do Rosário, Sta. Efigênia.
Ciclo Natalino	Folias, Reisados e Pastoris.
Outros	Boi da Manta, Festa da Capina, Nicolina .

Fonte: Elaboração do autor, a partir de entrevistas com Neide Reis e Ronaldo Soares

As festas da cidade são acontecimentos que envolvem os cantos, as músicas, a dança, as crenças, os ritos, a culinária e o artesanato, constituindo-se numa herança transmitida por gerações, formando um vasto e singelo patrimônio imaterial que evoca o sagrado com atos comemorativos e rituais que fazem esses indivíduos, trabalhadores rurais e performáticos, darem à comunidade a identidade de “capital mineira do folclore”.

Entre as celebrações que ocorrem na sede do município, Jequitibá/MG, destacam-se as folias, cujo mestre é Nelson Jacó, e as Guardas comandadas por “Zé da Ernestina”

e cujos integrantes pertencem à sua família que tem como sua grande zeladora a esposa, Maria Justina.

As folias são grupos precatórios de inspiração religiosa católica integrada por cantores e instrumentistas que homenageiam os santos através de orações cantadas saindo às ruas e visitando as casas para pagamento de promessa. Conforme crença, quem canta o reisado uma vez terá que repeti-lo por um período de sete anos consecutivos, sob pena de desgraça. Esse “*é um pacto feito com o santo para se obter uma graça desejada: o fiel pede que se lhe resolva a dificuldade, prometendo dar, em troca do favor obtido, uma oferenda*” (GOMES, 1995:95). Existe na cidade a folia de São Benedito, de Nossa Senhora do Rosário, Santa Lúzia, São João, São Gonçalo, Santo Antonio, São Miguel, além das folias de Reis e do Divino. Cada povoado de Jequitibá tem sua folia e possui uma afinação de viola para cada tipo de folia.

A folia, quando se apresenta nas ruas da cidade, tem à frente a bandeira adornada com fitas com as cores do santo. Os devotos, com o passar do cortejo, se ajoelham e beijam a bandeira em sinal de respeito ou devoção. Logo atrás da bandeira vem o mestre, primeira posição na hierarquia da folia, conhecedor dos seus segredos e responsável ainda pela música e letra. A louvação ao santo é feita por uma polifonia de vozes na qual o mestre dá o tom e tem as respostas do contra-mestre, do “segundeiro”, e do “tercereiro” seguidas pela voz da “primeira requinta” e a “requintinha”. Nessas folias alguns cantam e tocam, outros integrantes da folia apenas tocam e os instrumentos utilizados são a viola, a caixa ou tambor, a rebeca, o cavaquinho, a sanfona, sendo que algumas vezes se utiliza o pandeiro. As folias de Jequitibá/MG contam com número variado de componentes entre sete a trinta integrantes, cujas apresentações se realizam nas ruas e nas casas onde o anfitrião solicita o comparecimento da folia como parte do pagamento de graça obtida, sempre seguido de um jantar para os convidados⁵³. Nas folias três membros vestem-se de Reis Magos, usando máscara e trajes, representando Gaspar, ancião com grande capacete e bengala; Baltazar, com trajes estampados de cores fortes e máscara preta com estrela no capacete; e Belchior, o mais jovem, com roupas de cores azul ou amarelo.

As folias ocorrem durante todo o ano em Jequitibá/MG e seguem o seguinte calendário:

⁵³ Entrevista com mestre de folias de Jequitibá, Sr. Nelson Jacó, realizada pelo autor em 26 mai. 2007.

- 6 de janeiro - Folia de Santos Reis;
 20 de janeiro - Folia de São Sebastião;
 28 de janeiro - Folia de São Gonçalo;
 A Folia do Divino Espírito Santo tem data móvel entre maio e junho (Pentecostes).
 13 de junho - Folia de Santo Antônio;
 24 de junho – Folia de São João;
 29 de setembro - Folia de São Miguel Arcanjo;
 7 de outubro - Folia de Nossa Senhora do Rosário;
 13 de dezembro - Folia de Santa Luzia.

As folias de Santos Reis e São Gonçalo são acompanhadas por canto e dança, as demais geralmente apenas de canto, tendo como local as ruas e casas quando solicitado para pagamento de promessa. Essas folias fazem parte da tradição da religião popular em Minas Gerais e se caracterizam pela presença masculina⁵⁴ cujos performáticos são os pequenos sitiantes e assalariados rurais que expressam sua fé e seus sentimentos através das orações cantadas das folias. Em vários distritos do município essa tradição de folias também está presente:

QUADRO 4

FOLIAS DO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ/MG

Localidade	Folia
Jequitibá	Folia de São Miguel, Folia de Reis, Capina de Roça, Dança do Serrador, Folia de São João, Folia de São Gonçalo e Folia do Divino. Presidente/Responsável: Nelson Jacob
	Folia de Reis e Congado Presidente/Responsável: Leomano
	Folia de Reis, Folia de Nossa Senhora Aparecida, Folia de São Geraldo, Congado, Folia do Divino, Dança de Roda, Batuque, Folia de São Sebastião. Presidente/Responsável: José Geraldo (Zé de Ernestina)

⁵⁴ Esse fato levou à criação, no Distrito de Vargem Bonita, das Pastorinhas, uma encenação sobre o nascimento do Menino Jesus. O grupo conta com vários personagens, o anjo que anuncia a chegada do Menino, a estrela que guia os Reis Magos a Belém, os Reis Magos, os caboclos, as ciganas, a libertina, e as borboletas que louvavam o Senhor. O grupo inicia as apresentações na noite de 24 para 25 de dezembro e finaliza no dia 06 de janeiro apresentando-se em casas e igrejas de vários lugares. As pastorinhas para a sua atual coordenadora, Maria Ângela, surgiram da necessidade de se colocar as mulheres nas festas natalinas já que a Folia de Reis é exclusiva dos homens. As pastorinhas surgiram neste distrito no início dos anos 1950, sendo a sua organizadora a Prof. Aracy Ribeiro de Matos que se inspirou em um livro de peças teatrais, hoje desaparecido. Entrevista com Maria Ângela realizada pelo autor em 8 set. 2006.

Dr. Campolina	Congado de Nossa Senhora do Rosário, Pastorinha e Presidente/Responsável: João Gualberto Folia de Reis e Folia de São Sebastião. Presidente/Responsável: José Leal Pereira (Zé Limão)
Lagoa Santo Antonio	Folia de Reis e Folia de São Geraldo.
Pindaibas	Folia de Reis e Boi da Manta.
Vera Cruz	Folia do Divino, Folia de Reis e Congado.
Bebedouro	Folia de Reis e Congado. Presidente/Responsável: Timbó
Onça	Folia de Reis.
Baú	Folia de Reis, Folia de Santo Antônio, Congado, Folia de São Sebastião e Folia do Divino. Presidente/Responsável: Zé Gomes
Perobas	Folia de Reis, Folia de Nossa Senhora, Congado, Capina de Roça, Folia do Divino e Folia de São Sebastião.

Fonte: Prefeitura Municipal de Jequitibá/MG

Na sede do município a Guarda do Santíssimo Sacramento, de José Ernestina, é outra tradição. Sua família é responsável pelas apresentações do Congo de Nossa Senhora do Rosário e pelas Folia de Reis, do Divino, de São Sebastião, de São Geraldo, de Nossa Senhora Aparecida; do batuque; e das danças Recortado; Dança de Fagote; Dança de Lundum. Segundo Martins (1991), estudioso dessas tradições mineiras, as guardas são manifestações populares de raízes afro-brasileiras que podem assim ser descritas:

A guarda (chamada terno, batalhão) é uma unidade religiosa ou grupo autônomo, com denominação particular e estandarte, conforme o modelo tradicional. Aspectos rítmicos, plásticos e funcionais caracterizam aquelas oito diferentes unidades, com maior ou menor número de representações em Minas. [...] Todas as referidas guardas ou unidades formam a Congada, que é a denominação genérica da grande família coreográfica em torno de Nossa Senhora do Rosário e dos Santos pretos. (MARTINS, 1991:57-59)

O ritual da Guarda começa com o cortejo que se exhibe nas ruas cantando, dançando e tocando as violas, as caixas, o xique-xique, os cavaquinhos e a rabeca. O mestre vai à frente com seu uniforme branco e espada símbolos de sua dignidade e sabedoria. O cortejo visita a casa do festeiro, onde todos, almoçam, e prossegue pelas ruas terminando a festa com o levantamento do mastro da bandeira no adro da igreja em homenagem ao santo celebrado.

Jequitibá/MG é, portanto, terra de congadeiros, foliões, batuqueiros, encomendadores de alma, pastorinhas, constituindo patrimônio imaterial disperso por seu território, contribuindo para o fortalecimento da identidade local. Esse patrimônio imaterial ligado às celebrações da igreja católica está espalhado por toda a Bacia do Rio das Velhas, demonstrando que “a cultura , assim como o sertão e a natureza, resiste, insiste e não desiste de sobreviver” (DINIZ, 2006:10). Ao lado desse patrimônio popular vivo existe o patrimônio edificado, como a Igreja do Santíssimo Sacramento, construída no século XIX, com muitos detalhes do século XVIII, e tombada pelo IEPHA/MG; um cemitério velho, do qual restam antigas paredes erguidas por escravos.

Jequitibá/MG celebra sua herança de festas obedecendo aos ciclos natalino, junino, do Rosário, e do Divino, sendo que em setembro ocorre o Festival do Folclore que reúne, em dois dias, os vários grupos do município para apresentação na sede. As festas, para Leyton⁵⁵ (apud MALLARINO,2004:20), “*são construções míticas simbólicas pelas quais se manifestam as crenças, mitos, concepções de vida e do mundo, e os imaginários coletivos*”. Elas são tão importantes para pequenas comunidades como Jequitibá/MG que muitas contam o tempo pelas festas do calendário religioso e aguardam a festa do padroeiro, as festas juninas, o carnaval. As festas de comunidades, sejam religiosas ou profanas, são para os habitantes do lugar a oportunidade de encontro e para o turista a vivência com os anfitriões e sua herança cultural. Em Jequitibá/MG as festas evocativas do sagrado são: a Semana Santa, a Festa do Santíssimo, que são celebradas pelas guardas de Nossa Senhora do Rosário, a Guarda do Santíssimo Sacramento, o Congado e as Folias de Santo Antônio, a Folia de São Gonçalo, a Folia de São Sebastião, a Folia de Nossa Senhora do Rosário, a Folia do Divino Espírito Santo, a Folia de Reis e as pastorinhas. No quadro 5 é apresentado um calendário das festas de Jequitibá/MG

QUADRO 5

CALENDÁRIO DE FESTAS DE JEQUITIBÁ/MG

CARNAVAL – fevereiro

Realizado na praça central da cidade e conta com a participação de vários blocos carnavalescos da cidade e de cidades vizinhas.

SEMANA SANTA - sexta-feira da Paixão

É comemorada com quarentena de orações, instituída pela Igreja Católica Apostólica Romana. É feita uma encenação da Paixão e Morte de Cristo com atores amadores moradores do município de Jequitibá.

FESTA DA NICOLINA

A festa da Nicolina abre o calendário das festas juninas, o evento conta com várias

⁵⁵ LEYTON, Pedro Querejazu. La apropiacion social del patrimonio. IN: *Somos Patrimonio* 3, Bogotá, Convenio Andrés Bello, 2003.

atrações, comidas típicas, quentão, canjica, vaca atolada, milho verde, música ao vivo, gente bonita e muito mais. A renda é revertida para as Igrejas e instituições beneficentes. A festa é realizada na Rua da Esperança em frente a casa de seu idealizador o “Nozinho”.

FESTA DO SANTÍSSIMO (3º domingo de julho) — 06 a 15 de julho

O Santíssimo Sacramento é o protetor da cidade. A festa é acompanhada de ritos católicos e tem a participação de folias e guardas.

FESTA DO FOLCLORE — Setembro

Todas as apresentações são voltadas para a igreja católica e dividem-se em dança, música e canto. A festa é realizada durante dois dias.

FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E DO DIVINO ESPÍRITO SANTO (data móvel) São realizadas em todas as comunidades do município (21 povoados), cada um com sua característica folclórica e religiosa. No município sede, a festa do Divino e de N. Sra. do Rosário são realizadas juntas, porém nas comunidades são realizadas separadamente, cada uma tem o seu dia.

FESTA DO CAVALO — 11 a 14 de outubro

Esta, que é uma festa desportiva, cultural e de confraternização acontece durante três dias: sexta, sábado e domingo.

Fonte: Prefeitura Municipal de Jequitibá/MG

A diversidade de cantos e danças constitui a maior riqueza dessas festas nas quais o profano e sagrado se embaralham porque:

toda festa, quando, por suas origens, é puramente leiga, apresenta determinadas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência [...] que não deixa de ter parentesco com o estado religioso (DURKHEIM, 1989:456)

As festas renovam os laços familiares e sociais e a cidade recebe turistas principalmente de cidades vizinhas, como Sete Lagoas, e os jequitibaenses ausentes que encontram nas festas a oportunidade de reencontros, recordações e lembranças como aquele local, rua, casa, a culinária, os seus lugares de memória, numa forma de viagem que busca lembranças nostálgicas⁵⁶.

Para Durkheim (1989), a função do rito é a manutenção e revitalização da tradição, para impedir que ela se apague da memória, portanto, através do rito, o “*grupo reanima periodicamente o sentimento que tem de si mesmo e de sua unidade; ao mesmo tempo, os indivíduos são reafirmados na sua natureza de seres sociais [...] fica-se mais seguro da própria fé*” (DURKHEIM,1989:448). Essas manifestações coletivas, ao se apresentarem nas ruas e praças como rituais sagrados ou profanos

⁵⁶ Em depoimento dos proprietários do Hotel Serra Verde, eles afirmaram que estavam com reservas confirmadas para os dias 13 e 14 de julho de 35 membros de uma família cujos avós viveram na cidade e hoje encontram-se em Belo Horizonte e Sete Lagoas. Depoimento ao autor ocorrido no dia 12 jul 2007. Durante a festa do Divino no dia 14 jul. de 2007, observação direta do autor, a presença do excursionista e turista de Sete Lagoas fica evidente no número de carros estacionados no largo da Matriz do Santíssimo com placa dessa cidade.

reforçam os grupos de performáticos, uma vez que segundo Durkheim (1989), as festas quanto mais valorizadas e freqüentadas mais reforçam a fé dos grupos, revitalizando suas crenças, reforçando os laços pessoais. Para Durkheim, *“a religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas [...] os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou a refazer (grifo nosso) certos estados mentais desses grupos [...] também elas seriam coisas sociais, produtos do pensamento coletivo”* (DURKHEIM: 1989: 38)

Para Geertz (1989), é no ritual, isto é, no comportamento consagrado *“que se origina, de alguma forma, essa convicção de que as concepções religiosas são verídicas e de que as diretivas religiosas são corretas”* (GEERTZ,1989:82). O turismo, desse modo, pode contribuir para a manutenção do rito nessa comunidade e, colaborar para a conservação de seu sentido lúdico ou de seu sentido sagrado. Uma fé que não se coloca em exercício irá se enfraquecendo como fundamentação mítica isolada (GOMES, 1995).

Os grupos performáticos de Jequitibá/MG, ao comemorar o Divino ou os Santos, o fazem como sinal de devoção e, para esses devotos, a presença de público⁵⁷ não interfere nas celebrações, ao contrário, é motivo de orgulho e reconhecimento. Para Zé da Ernestina, representante oficial do Congo em Minas Gerais e morador de Jequitibá, a presença do público é bem-vinda. Alerta para o fato de que se existem manifestações como as danças que podem subir no “tabuado” como o batuque, o recortado, há aquelas que não sobem no “tabuado”, como Reisado de Nossa Senhora do Rosário, as Folias do Divino, que por terem um sentido sagrado não se prestam a esse tipo de “moldura”,⁵⁸ ficando sua música, dança e seu canto somente no chão com presença de público ou não, afinal, dança-se para os santos. Dessa forma, pode-se concluir com Bouthoul (1996) que profano consiste naquilo *“que podemos manejar sem remorso. Podemos trocá-lo, vendê-lo”* e o sagrado, *como diziam os romanos, “é formado pela res extra commercium, cercado a reverência e é objeto de proibições”* (BOUTHOU,1996:95).

⁵⁷ Em observação direta do autor, na festa do Santíssimo em Jequitibá/MG, ocorrida em 14 jul. de 2007, a saída da bandeira do Santíssimo e das guardas em destino à Igreja Matriz contou com uma dezena de espectadores, à parte os componentes das Guardas no total de aproximadamente 21 integrantes.

⁵⁸ Entrevista com Zé da Ernestina, Rei do Congo de MG, 11 junho 2007.

As festas de maior expressão de fé da cidade são as de Nossa Senhora do Rosário e a do Divino Espírito Santo⁵⁹. Essas festas incluem novenas, as promessas e as rezas encerrando-se no Domingo com alvorada de sinos, fogos e missa solene. Essas festas são organizadas com a participação da Igreja, do poder público e da comunidade através dos festeiros da qual participam todos os segmentos sociais contando com bandas, guardas de Congo e Folias. A autoridade eclesiástica participa da coordenação das festas, uma vez que sem esse abono oficial as folias e as guardas perdem sua legitimidade no entendimento dos integrantes das mesmas.

A Festa do Santíssimo, padroeiro da cidade, tem uma intensa programação com dez dias. As festividades se iniciam na sexta-feira, o primeiro dia da novena, com repique de sinos às 6h, fogos e missa solene. Os dias da novena são acompanhados pelos procuradores e responsáveis de todas as comunidades ao longo dos nove dias. Após a missa do dia seguem-se as barraquinhas com leilão, dança e música. No nono dia da novena às 18.00 horas ocorre a procissão do Santíssimo Sacramento, com a participação das Guardas do Santíssimo e de Nossa Senhora do Rosário no largo da matriz, missa e o levantamento da Bandeira do Santíssimo seguida de fogos.

Quanto às festas “profanas”, essas remetem ao trabalho na lavoura, ao corte da madeira ou à tecedura no tear manual, como é o caso do “Fim da capina”, realizado no distrito de Baú. Nessa festa o ritual é a dança representando o fim da preparação da roça feita em mutirão na comunidade. Outro exemplo é a “Dança do tear”, com letra que lembra os movimentos usados por antigos instrumentos de fiar quando era fabricado o tecido chamado Seringuia, que se usava em vestes. Esse trabalho era realizado em Pindaibas, desde o plantio do algodoeiro até a fabricação do vestuário. Faziam-se as roupas que na maioria das vezes eram tingidas com casca de pequiheiro, barbatimão, erva-teiú e outras ervas.

Na cidade foi criada recentemente a Festa da Nicolina, a mulher do Judas⁶⁰. A Nicolina é simbolizada por uma boneca feita de material reciclável e, em 2007, a personagem foi encarnada por uma das mulheres da família do criador da festa, “Sr.Nozinho”. A

⁵⁹ De acordo com a doutrina católica, o Divino Espírito Santo é uma das pessoas da Santíssima Trindade que representa um único Deus. A Trindade é a doutrina acolhida pela maioria das igrejas cristãs que acredita no único Deus preconizado em três pessoas distintas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

⁶⁰ Segundo seu idealizador o Sr Nozinho, a Nicolina, mulher do Judas, saiu à procura do marido e acaba chegando a Jequitibá/MG. A festa é o momento em que ela esquece o marido desaparecido e dança com os rapazes presentes na festa realizada na Rua da Esperança.

festa tem elementos juninos com bandeirinhas, quentão, comidas típicas como caldos, pastéis, churrasquinhos, cerveja, refrigerantes. A música fica por conta de artistas contratados em Sete Lagoas que tocam diversos ritmos incluindo rock, sertanejo e forró. Essa festa é realizada com doações, trabalho voluntário da comunidade e a renda é destinada às Igrejas ou entidades filantrópicas da cidade. Festa exclusiva de Jequitibá/MG, representa essa mistura de profano e sagrado, difícil de separar nessa comunidade. Pela gastronomia, música e dança e pelo caráter filantrópico, atrai gente das cidades de Sete Lagoas e Belo Horizonte⁶¹ e tem grande potencialidade turística.

Apesar da tradição local, nem todos os segmentos da comunidade participam dessa herança, como os neopetencostais que consideram que essas manifestações para os santos não encontram apoio na bíblia, sendo portanto, idólatras⁶². A tentativa de conversão de congadeiros ocorreu com Zé da Ernestina, que declarou ter recebido várias visitas de pastores neopetencostais que iam a sua residência para “tirar sua coroa” de Rei do Congado, mas sem êxito porque, segundo ele, a sua coroa tinha sido dada pelo Santíssimo e somente ele a poderia tirar dele.⁶³

Essa herança cultural ligada à tradição negra e ao catolicismo tradicional constitui-se na identidade daqueles que têm as mãos calejadas pela enxada, trabalhadores rurais e pequenos proprietários, e também em recurso turístico da cidade podendo se transformar em atrativo para aquele turista motivado pela tradição, de motivação nostálgica de tempos passados nessa localidade, muitas vezes mais idealizados do que vividos. O turismo pode representar para essas festas e folguedos de Jequitibá “*calor e vida. [...] o aplauso do turista entusiasma o povo, dá-lhe prestígio*” (MARTINS, 1991:78). Essa herança cultural é importante para a localidade, pois valoriza a cultura, a arte, a religiosidade, a auto-estima desses atores sociais de camadas tradicionalmente desfavorecidas da população. Essas celebrações são portadoras de valor de mercado e podem oferecer alternativa de desenvolvimento socioeconômico da comunidade, identidade e inclusão cultural e cidadania. Dessa forma, as danças, os folguedos, os cantos, o artesanato e a culinária geram renda e a auto-estima e

⁶¹ Observação do autor no dia 10 de jun. de 2007. A presença de visitantes de Belo Horizonte e Sete Lagoas pode ser constatada conferindo-se as placas dos veículos estacionados nas ruas vizinhas.

⁶² Em pesquisa de demanda realizada pelos alunos do Centro Universitário Newton Paiva, os representantes dos grupos folclóricos ao ser perguntado sobre o que não gostam em Jequitibá/MG, 43% gostavam de tudo 14% das enchentes, 14% responderam que a proximidade de crentes e católicos, num total de sete respostas, entre as respostas totais.

⁶³ Por informações indiretas sabe-se que um dos filhos de Zé da Ernestina abandonou a guarda por ter se convertido ao novo credo, afastando-se também da família.

proporcionam ao turista “*elementos vivos de beleza, o qual não se limitaria à contemplação estática*” (MARTINS, 1991: 81) do patrimônio edificado.

5.5 A festa do folclore em Jequitibá/MG: perspectivas turísticas

O processo de valorização das manifestações populares da cidade de Jequitibá/MG iniciado no final dos anos 1980, teve início com a sua proclamação simbólica de capital mineira do folclore (1991) e com a criação, em 1993, da festa do folclore que se realiza até hoje nas ruas centrais da cidade. Seu idealizador, Geraldo de Souza, narra que a festa do folclore começou:

na frente de casa mesmo, como nos velhos tempos. Na época, lá por 1988, eu era o festeiro do Santíssimo Sacramento e pensei ‘vou mudar essa festa aqui’. Festa que ninguém nem sabia mais, mas o seu Nelson Jacó sabia. A alma de tudo é o Nelson. Ele ensinava pros meninos e aí a gente fazia a festa. Eles tocavam de tudo. Cavaquinho, banjo, pandeiro, caixa, viola e violão. Um dia estava sentado na varanda da minha casa com o Frei Chico vendo a festa. Aí disse pra ele: ‘tô querendo pôr Jequitibá como a capital mineira do Folclore’. Aí o Frei Chico respondeu: ‘Geraldo, Geraldo, você não sabe o que tá falando. Você conhece o vale do Jequitinhonha, Geraldo? ‘Bom, lá até tem muito, mas aqui tem muito mais e tudo em um só lugar’. No início, o povo achava que eu era um doido. Mas não desisti não e só parei dois anos atrás por causa da doença. E hoje a festa taí. Grande, né?”⁶⁴

A criação dessa festa foi motivada pela preocupação em não permitir que essas tradições de folias, congados e guardas fossem abandonadas. A sua apresentação ao público local era a forma de manter a tradição e de valorizar essas manifestações. A festa atualmente denominada Festival do Folclore reúne na sede do município, no mês de setembro os grupos de folias, congado e outras manifestações populares ligadas ao catolicismo tradicional popular dos diversos distritos, como as folias de Nossa Senhora do Rosário, do Divino, as Folias de Reis e apresentações do Boi da Manta, Incelência para Chuva, Encomendação das Almas, Batuque, Pastorinhas, Dança do Tear, Contra – Dança, Fim de Capina, Dança da Vara, Dança do Serrador e Cantigas de Roda. A culinária e o artesanato também se fazem presentes no festival, cuja atração atual é a reunião de todos os grupos do município.

⁶⁴ Depoimento de Geraldo Inocêncio de Souza. *Revista Projeto Manuelzão: saúde, ambiente e cidadania na Bacia do Rio das Velhas*. Ano 10, no. 41, ago. 2007 p.19

Em razão de ser conhecida por seus festejos, a cidade em 2007 foi escolhida para sediar o “FestiVelhas Jequitibá”, evento idealizado pelo “Projeto Manuelzão”⁶⁵, que dá a Jequitibá a oportunidade de divulgar seu patrimônio imaterial em bases estaduais, uma vez que reunirá artistas, artesãos, agentes culturais, ambientais e todos aqueles mobilizados pela melhoria das condições da bacia do Rio das Velhas. Para o Projeto Manuelzão, a cultura tem um lugar de destaque na Bacia do Rio das Velhas e “*vamos olhar para festas como a Dança das Fitas e o Congado, instrumentos como a viola e o tambor, ritmos como o batuque e a contradança*”⁶⁶ como elementos da vida cotidiana.

Para o Projeto Manuelzão, os patrimônios cultural e ambiental têm uma ligação essencial nessa região e investir em cultura seria a forma de quebrar uma visão conservadora que não enxerga na cultura uma “*ação pela transformação social e da mentalidade*”(DINIZ, 2006:9). O “FestiVelhas Jequitibá”, ao reunir as tradições de música, poesia, artesanato, danças, cinema e vídeo, circo, literatura e teatro da bacia do Rio das Velhas, pretende “*tocar imaginários, difundir novas posturas, construir relações*”⁶⁷, contribuindo para a recuperação da região, uma vez que a cultura caminha ao lado do desenvolvimento e da preservação da natureza.

Esse encontro cultural traz um impacto positivo para a localidade que se prepara para receber os turistas, artistas e organizadores do evento. A cidade organiza sua infraestrutura de hospedagem, organiza os expositores de artesanato e comidas típicas. O festival mobiliza os grupos performáticos do município. Entre os que se apresentam estão expoentes da música mineira, como: Chico Lobo, Fernando Sodré, Tavinho Moura, Rubinho do Vale, Fernando Brant. Da cidade apresentam-se: a Dança do Tear, Inelência para a Chuva, Dança do Fim da Capina, Dança do Serrador, Dança da Vara, Cantiga de Roda, Batuque, Quadrilha Folclórica, Pastorinhas, Guarda do Congo de Jequitibá, Folia do Divino, Folia de São Sebastião, Folia de Reis. Um dos mestres de arte popular da cidade, Nelson Jacó, se apresenta com Chico Lobo, ex-integrante do grupo Aruanda de Danças Folclóricas e violeiro, e o português Pedro Mestre, especialista em música tradicional alentejana.

⁶⁵ O Projeto Manuelzão é um projeto da Universidade Federal de Minas Gerais que tem por objetivo promover a revitalização da bacia do Rio das Velhas. Suas atividades tiveram início em 1997 na Faculdade de Medicina, pela iniciativa de um grupo de professores que perceberam que saúde está diretamente relacionada às condições sociais e ao meio ambiente em que as pessoas vivem. Disponível em <http://www.manuelzao.ufmg.br/>. Acesso em: 11 de jul. 2007.

⁶⁶ Festivalhas Jequitibá. Disponível em <<http://www.manuelzao.ufmg/>>. Acesso em: 11 jul. 2007

⁶⁷ Festivalhas Manuelzão, Morro da Garça, Belo Horizonte: Rona Editora, 2005

A perspectiva de maior visibilidade para a cidade advém de ser o FestiVelhas um evento envolvendo os 51 municípios da bacia do Rio das Velhas. Ele se apresenta para a comunidade de Jequitibá/MG como oportunidade de a cidade se firmar como centro de referência de manifestações ligadas ao catolicismo tradicional popular, em razão de maior exposição na mídia, e da credibilidade das instituições envolvidas, como o Projeto Manuelzão ligado à Universidade Federal de Minas Gerais⁶⁸. Para um dos responsáveis pela vinda do FestiVelhas para Jequitibá/MG, Nivaldo dos Santos, o turismo deve crescer na cidade após o evento. O desenvolvimento cultural da cidade é impossível se não se levar em conta esses espetáculos, sem considerar o mercado regional, nacional e internacional, e conseqüentemente, essa relação entre o cultural e o econômico.

Assim, o Festival do Folclore que se realiza em âmbito local tem a oportunidade de ter maior alcance e visibilidade com sua inserção no mercado através da mídia de alcance estadual e nacional, divulgando os recursos endógenos culturais e ambientais do município⁶⁹. O FestiVelhas é visto como “um prêmio para Jequitibá, pois as apresentações artísticas e culturais ficam muito restritas ao município”⁷⁰. O “FestiVelhas Jequitibá” tem todos os componentes de um atrativo turístico, reunindo dança, canto, arte, oficinas e debates, atraindo turistas, gerando benefícios econômicos para a comunidade local e mostrando a importância da cultura como fator de desenvolvimento. Esse tipo de Festival:

promove a imersão coletiva dos participantes num universo de produções artísticas e intelectuais – como obras literárias, composições musicais, informações históricas e contemporâneas - necessárias à construção dos papéis e participações na produção cultural idealizada. Um processo que leva muitos participantes de projetos artísticos-sociais a transitarem, a um só tempo, pelas esferas cultural, educacional e social, até então distantes de suas vidas. (CÔRREA, 2004:165)

⁶⁸ Os primeiros resultados, ao sediar o FestiVelhas, estão acontecendo com a cidade sendo mais uma vez cenário para um programa para TV Cultura de São Paulo com a participação do Grupo de Folia do Divino que cantou à beira do Rio das Velhas, e a presença do Sr. Sinéas Campello, memória viva da cidade, que contou histórias sobre o Rio das Velhas. O programa da TV Cultura de São Paulo é o “Repórter Eco”, uma revista semanal, atual, especializada em meio ambiente. Ao atingir um público interessado na preservação do patrimônio ambiental será oferecido a ele o patrimônio cultural dessa cidade mineira, o que divulga a imagem do município além das fronteiras do Estado.

⁶⁹ A cidade de Jequitibá recebeu a cobertura da Rede Globo Minas de Televisão, focando o artesanato de D. Dejanira, em reportagem do programa Terra de Minas de 07/10/2006 e reportagem no jornal Globo Minas sobre o FestiVelhas Jequitibá em 08/09/2007.

⁷⁰ Depoimento de Nivaldo dos Santos, integrante do Núcleo Manuelzão de Jequitibá/MG e um dos responsáveis pela cidade sediar o FestiVelhas em 2007.

A recuperação ambiental do Rio das Velhas e a valorização da cultura tradicional da região são oportunidades que podem mobilizar o poder público e a comunidade para possibilitar o desenvolvimento local sustentável, oferecendo ao visitante cultura, lazer, arte, ambiente limpo e seguro, ingredientes que contribuem para o turismo, constituindo em atividade propiciadora desse encontro entre homem, natureza e cultura, que são os fatores capazes de alavancar o desenvolvimento socioeconômico da localidade e a valorização do patrimônio por meio do binômio cultura e turismo.

5.6 A Gestão do patrimônio e o turismo em Jequitibá/MG

A cidade de Jequitibá/MG, com uma população de pouco mais de 5.166 habitantes (IBGE-2000) confirma uma tendência geral dos municípios mineiros cujas ações culturais mais citadas são os programas que valorizam a cultura popular e local, diretriz destacada por 61,3% dos municípios⁷¹. Essas iniciativas compreendem o *“resgate dos fazeres e das tradições artísticas identificados com a identidade e as memórias locais e suas raízes históricas. Abrangem também o cadastro e apoio ao artista local e o incentivo a festas populares, grupos e manifestações folclóricas”*⁷². (FJP, 2007:93).

Esses programas de valorização das tradições ligadas a manifestações populares revelam uma nova dimensão e um olhar dos municípios para o patrimônio imaterial, um recurso emergente para o turismo cultural. Essa herança cultural deixa de ter unicamente significado simbólico para as comunidades e adquirem um valor de mercado capaz de contribuir para a revitalização e recuperação de manifestações ameaçadas de desaparecer. A comunidade atualmente é a grande responsável pela conservação de seu patrimônio e o turismo pode ser uma das ferramentas importantes na salvaguarda das tradições do lugar, cabendo ao gestor público a promoção em parceria com a comunidade de sua cultura tradicional.

⁷¹ Essa tendência foi avaliada pela Fundação João Pinheiro, através do Centro de Estudos Históricos e Culturais (CECH) que aplicou, em 2005, um questionário nos municípios mineiros com população superior a 50 mil habitantes, totalizando 64 municípios, para levantar as prioridades da política cultural.

⁷² A pesquisa indica como segunda prioridade dos municípios o *“resgate, preservação e proteção do patrimônio histórico e cultural”* (FJP, 2007, 93) envolvendo: revitalização de núcleo histórico; restauração de espaços culturais, imagens religiosas e bens tombados pelo município; monitoramento do patrimônio cultural por meio de inventários, laudos técnicos e dossiês; inventário do patrimônio ambiental urbano; revitalização de espaços públicos e ações de tombamento. Esse resgate, a preservação e a proteção do patrimônio foram citados por 48,4% dos municípios mineiros.

Em Jequitibá/MG essa gestão da cultura tradicional se apresenta num arranjo unicamente local com a prefeitura financiando adereços e uniformes e divulgando as festas através de jornais regionais, boletins e pelo seu portal na internet⁷³. Esse nível de envolvimento precisa avançar para um segundo estágio que consiste na busca de recursos provenientes da Lei no. 12040/95, ou “Lei Robin Hood”, que promove a distribuição de parte da arrecadação do ICMS para os municípios que comprovem ações na área cultural. Essa lei estadual determinou que o município que investir em educação, meio ambiente, patrimônio cultural, dentre outros critérios, receba repasse financeiro referente a cada uma dessas ações culturais.

Os bens tombados foram os grandes beneficiários da lei até a Resolução 01/2000, que mudou critérios para pontuação e repasse de verbas favorecendo e incluindo os municípios com “*atuações na manutenção e proteção de manifestações culturais como folclore e festas tradicionais*”⁷⁴. Em 2005 o IEPHA/MG, em norma que trata da proteção ao patrimônio cultural dos municípios mineiros (Deliberação nº 01/2005), determinou a redistribuição dos pontos da política cultural para valorizar a educação patrimonial, agora com pontuação própria que juntamente com o Inventário passou a valer 50% dos três pontos da política cultural local (PCL).

Para atender às exigências das resoluções do IEPHA/MG os municípios contratam consultorias, pois muitos não dispõem em seus quadros funcionais de arquitetos e historiadores. Isso favoreceu o aparecimento em Minas de empresas de consultoria técnica que atuam junto às prefeituras para atender às exigências do IEPHA/MG ocasionando que, se por um lado elas divulgam a política do ICMS em relação ao patrimônio cultural por outro “*elas adiam a auto-suficiência dos municípios para promoção e desenvolvimento da gestão de seu patrimônio cultural*”⁷⁵. A obtenção de recursos para a conservação do patrimônio cultural local depende de uma gestão profissional e é alternativa que se apresenta ao município e à comunidade que sempre esbarra na escassez de recursos para projetos culturais. Geralmente o gestor público está envolvido com demandas na educação e saúde que recebem prioridade desses

⁷³ A página oficial do município pode ser acessada no endereço eletrônico: <http://www.jequitiba.mg.gov.br>.

⁷⁴ IEPHA/MG. A descentralização da proteção do patrimônio cultural no Estado de Minas Gerais. Rangel, C.H e GUIMARÃES, K.P. Disponível em: <<http://www.iepha.gov.mg.br>> Acesso em 29 jun 2007.

⁷⁵ *ibidem*

administradores em razão das carências da população e do peso político dessas ações.

Além da captação de recursos provenientes das leis de incentivo, o turismo se mostra como uma resposta para a conservação do patrimônio cultural por trazer, como defende Arantes (2000), “sustentabilidade social” porquanto “*mobiliza recursos materiais e gera investimentos voltados para o agenciamento de espaços e para a prestação de serviços que são dirigidos para consumidores em trânsito*” (ARANTES, 2000:66). O turismo, dessa maneira, se coloca como uma resposta capaz de valorização e promoção do patrimônio evitando que a comunidade fique na dependência do paternalismo estatal tão presente na sociedade nacional brasileira.

Em Jequitibá/MG a ação pública de conservação e promoção da cultura mais efetiva é o patrocínio ao Festival do Folclore, com investimento em infra-estrutura, transporte e na aquisição de tecidos para os adereços e uniformes dos grupos. Contudo, ações para solucionar a falta de sinalização turística e de um programa de autonomia dos grupos e sua dinamização ainda apresentam-se como desafio para a comunidade e o poder público municipal. Outra carência na gestão do patrimônio local é a não existência de dados sobre a presença de excursionistas ou turistas em seu município demonstrando que a administração pública e o setor privado ainda não avaliaram corretamente as potencialidades do turismo cultural no município.

Para se ter uma dimensão aproximada da demanda turística da localidade buscou-se através entrevistas com os proprietários de dois hotéis e duas pousadas verificar o impacto das festas e dos folguedos na ocupação de vagas dos hotéis e pousadas⁷⁶. O resultado evidencia o seguinte:

- a) Os turistas que se hospedam na cidade são formados por grupos familiares que aproveitam as férias escolares e os feriados prolongados;
- b) Os proprietários dos estabelecimentos afirmam que o maior atrativo da cidade é seu bucolismo e a infra-estrutura da pousada⁷⁷;

⁷⁶ Pesquisa realizada em dezembro de 2006 pelo autor. Os estabelecimentos visitados foram: o Recanto do Jequitibá, Hotel Serra Verde, a Área de Lazer Alvorada, e o Hotel Jequitibá.

⁷⁷ Em levantamento realizado em 2003 por alunos do Centro Universitário Newton Paiva, os próprios moradores da cidade ao ser perguntado sobre o que mais gostam em Jequitibá, dos 100 entrevistados 55% responderam a tranquilidade da cidade e 11% dos entrevistados ficaram com as festas.

- c) A cidade recebe hóspedes que permanecem por um pernoite geralmente, representantes comerciais;
- d) A cidade é procurada por jequitibaenses ausentes que retornam à cidade durante festas como a do padroeiro e a Festa do Cavalo⁷⁸;
- e) O período de maior demanda são os meses de janeiro, fevereiro e julho, semana santa e o carnaval;
- f) O turista é de base regional (Belo Horizonte, Sete Lagoas, Pedro Leopoldo, Matozinhos).

Verifica-se uma assimetria entre o discurso do patrimônio cultural imaterial como fator de identidade local e a percepção dos donos das pousadas e hotéis, que somente se manifestam com relação às festas tradicionais quando se pergunta de forma direta se elas atraem os turistas. Esse esquecimento reforça o importante papel da educação turística como a ferramenta que possibilitará que *“a comunidade de alguma forma, engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva [...] até mesmo, que muitos membros dessa comunidade adquiram pela primeira vez, consciência do papel que sua cidade”* (BARRETTO, 2000:49) representa na região e no Estado em razão de sua herança cultural. Segundo Dias (2006), para os residentes o patrimônio faz parte de sua realidade:

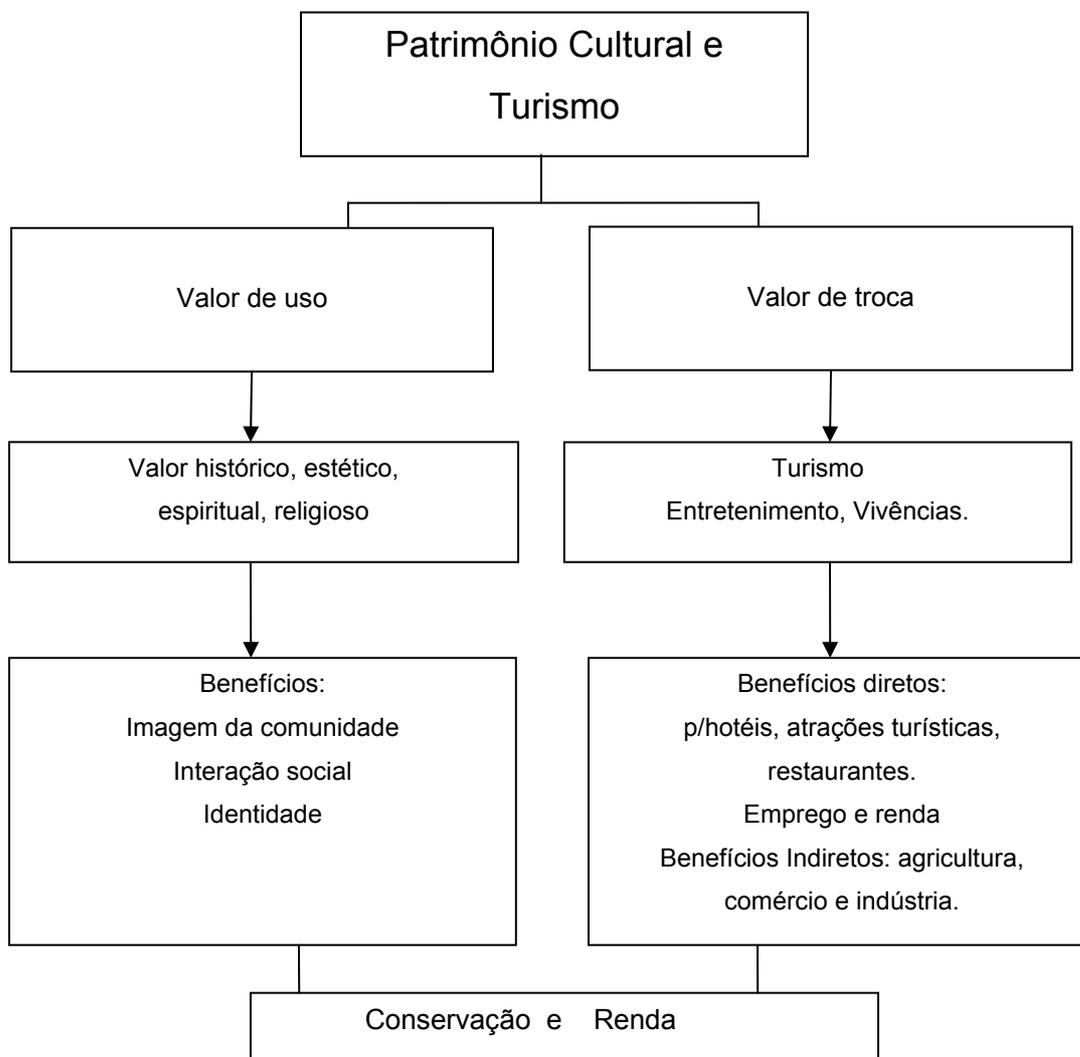
de modo que, na maioria das vezes, passa-lhes despercebido; assim, aqueles lhe outorgam um valor muito diferente daquele que os turistas outorgam-lhe. Dessa maneira, o patrimônio tende a integrar-se em seu espaço cotidiano, perdendo a condição de algo excepcional; isso não ocorre com o turista, que encontra em um espaço que não é habitual, em que tudo é novo, atraente, interessante e, principalmente desconectado de sua rotina. – ou seja, um espaço no qual tudo pode ser consumido.(DIAS, 2006:24)

O potencial turístico de Jequitibá está em seu patrimônio cultural e ambiental, o primeiro responsável pela identidade do lugar e que pode promover a inclusão dos diversos grupos sociais que compõem essa comunidade. O patrimônio deixou de ser apenas momento de lazer, um bem em si mesmo, para tornar-se um instrumento de cidadania e reconhecimento social e, quando devidamente utilizado pela comunidade oportunidade para melhorar a qualidade de vida e a auto-estima. O turismo se apresenta como ferramenta capaz da concretização desse desenvolvimento do

⁷⁸ Em entrevista com proprietários do Hotel Serra Verde, esses afirmam que na Festa do Santíssimo (2007) o Hotel estará completamente lotado nos dias 14 e 15 de julho, ocupado por membros de uma família (35 pessoas) cujos avós residiam em Jequitibá. Entrevista realizada pelo autor em 12 jul. 2007.

município pelos seus efeitos diretos e indiretos como se pode observar no quadro a seguir:

QUADRO 6



Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Com base nas entrevistas com os gestores públicos, proprietários de pousadas e hotéis e observações do autor, apontam-se os possíveis arranjos para gestão municipal da herança cultural da cidade:

- Formação de equipe técnica ou contratação de consultoria que permita à cidade inventariar seu patrimônio imaterial e solicitar junto ao IEPHA/MG seu Registro, importante para auto-estima dos grupos e fator de verbas para o município.

- Continuação dos programas de capacitação da mão-de-obra local, através de cursos profissionalizantes, para melhor posicionamento dos produtos locais no mercado e para absorção pelo mercado turístico do município.
- O levantamento de dados sobre a demanda turística do município.
- Um programa de educação patrimonial nas escolas com a promoção de aspectos da história local, e dos patrimônios cultural e ambiental.
- Providenciar a sinalização e interpretação do patrimônio cultural do município.
- Programa de capacitação turística do setor hoteleiro e de serviços no sentido de reforçar a importância das manifestações populares do município.
- Parceria com a iniciativa privada para preparação de infra-estrutura que possibilite a utilização do patrimônio ambiental da região.
- A promoção do turismo na zona rural, no qual o visitante depara com pequenas e grandes propriedades que têm produtos comercializáveis, como produtos suínos, derivados de leite, produção de aguardente, mel, flores exóticas, pássaros desconhecidos muitas vezes pela própria comunidade.

Pode-se concluir com Dias (2006), que atribui aos municípios, desde a Constituição Federal de 1988, a responsabilidade de um novo papel para o desenvolvimento. Esse papel passa pela captação de recursos junto aos organismos estaduais, regionais e internacionais para a cultura e o patrimônio, passa ainda pela promoção dos recursos endógenos que não estão sendo ou são pouco utilizados. O poder público, a iniciativa privada e a comunidade podem elevar a qualidade de vida do lugar. Sob o aspecto socioeconômico, com geração de ocupação e renda; sob a perspectiva cultural, a valorização da cultura tradicional e sua revitalização; e do ponto de vista ambiental, com uma exploração sustentável de seus recursos.

5.7 Jequitibá patrimônio e turismo: possibilidades e desafios.

5.7.1 Possibilidades

A cidade de Jequitibá/MG, ao se identificar como um centro de manifestações populares tradicionais, conseguiu configurar uma imagem geral da localidade que auxiliou a cidade a obter um bom posicionamento na região o que lhe dá vantagens

em relação a cidades vizinhas cujas heranças de festas são similares às suas como, por exemplo, Baldim/MG, Santana do Pirapama e outras⁷⁹.

As possibilidades de Jequitibá/MG tornar-se um centro de referência de cultura popular com um fluxo maior de excursionistas e turistas culturais está vinculada à gestão, ao planejamento e ao investimento. O Festival do Folclore que foi criado para preservar as tradições ligadas a folias e congados se apresenta atualmente com um formato que mais se aproxima de um atrativo turístico por duas razões:

- a) Tem cobertura da mídia regional e estadual, entre os quais o “Jornal Primeira Linha” e a Rádio “Musirama”, de Sete Lagoas, e, em âmbito estadual e nacional, destaca-se no caderno de Turismo do Jornal “Estado de Minas de Belo Horizonte”, e no Jornal “Hoje em Dia”, contando nos últimos anos com a cobertura da TV Minas e da TVSL de Sete Lagoas.
- b) Reúne em dois dias do final de semana do mês de setembro os vários grupos de folias e congados e danças do município, contando com patrocínio público que fornece a infra-estrutura como montagem de barracas, palco etc. Além da música, do canto e da dança ocorrem a exposição e a venda do artesanato e da culinária local.

Apesar dessas qualidades, o Festival do Folclore mantém seu alcance limitado à própria cidade e outras vizinhas, como Sete Lagoas. A promoção do Festival Jequitibá (2007) dará à cidade experiência para nos próximos eventos ampliar a programação com a incorporação de grupos de outros municípios e uma programação de atividades como oficinas, palestras sobre o patrimônio cultural e ambiental com a participação de especialistas, universidades para debater as questões ligadas a patrimônio cultural e ambiental. Isso dará ao festival maior amplitude e, para a cidade, uma maior projeção como ocorre nos festivais de inverno espalhados por várias cidades mineiras. Esse formato ampliará o público interessado nas questões ambientais e culturais e *“pode levar a conservação e revitalização do patrimônio cultural e local [...] ao aumento do status social e auto-estima da população local e à reafirmação da sua identidade cultural”* (VIEIRA FILHO, 2002:19).

⁷⁹ Pesquisa dos alunos do Centro Universitário Newton Paiva com 100 moradores da cidade que ao ser perguntado o que eles achavam de Jequitibá ser considerada a capital mineira do folclore, para 41% fazia com que a cidade fique mais conhecida, 29% acham que não mudou nada, 15% considera que a vinda de turistas deixa o povo mais feliz e 13% consideram importante para manter a tradição do folclore.

Esse tipo de festival demonstra que as localidades, diante da globalização, têm buscado um retorno às origens valorizando-se o patrimônio histórico-cultural, que assume papel fundamental como fator gerador desta identidade ameaçada, daí a revalorização de bandas, recuperações de seus centros históricos, realização de festas, fazendo com que estes lugares diferenciados tornem-se recursos turísticos, produzindo, assim, valores de mercado. (CARSALADE, 2006)⁸⁰. Essa oportunidade deve ser aproveitada por cidades como Jequitibá/MG que através de sua cultura tradicional podem “*recuperar ou manter a identidade e cor local*” (BARRETTO, 2002:45), que se tornou uma necessidade e um recurso turístico no mundo globalizado.

A cidade dispõe ainda de outros recursos que podem ser apropriados pela atividade turística, como:

- As grutas do município que não são exploradas por não existir nenhuma infraestrutura de acesso, mesmo com a cidade integrando o Circuito das Grutas.
- O município conta com atrativos rurais representados por grandes e pequenas propriedades de criação de pássaros exóticos, cultivo de plantas ornamentais e propriedades que se dedicam à criação de peixes, abelhas, à produção artesanal de aguardente e derivados de leite e suínos.

Como o turismo é uma atividade que pode aproveitar tudo do município pode incluir como recurso as histórias de aparições de Discos Voadores na região que têm suscitado discussões, relatos, confirmações e desmentidos que atraem também o visitante do chamado turismo ufológico. Do ponto de vista prático, atividades de capacitação de recursos humanos estão em andamento na cidade, através de cursos⁸¹ para a agregação de valor a seus produtos, promovendo alternativa de renda

⁸⁰ CARSALADE, Flavio de Lemos, *Cultura como chave de compreensão da realidade*, Disponível em: <http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/artigos/culturachave.shtml>. Acesso em 2 de out. de 2006.

⁸¹ Cursos contam com apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER - que juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - a Prefeitura do Município a Associação dos Artesãos de Jequitibá/MG – AARJE - e dos sindicatos rurais tem investido na qualificação profissional dos pequenos produtores e artesãos. Em 2007 foram realizados os cursos: Cantineira, povoado do Onça; Avicultura, povoado de Bebedouro; curso de pintura em tecidos, povoado de Campo alegre; curso de inseminação artificial de bovinos, fazenda Caraybas, curso de fabricação de cachaça, fazenda Guará; curso de derivados do leite, Pousada Recanto do Jequitibá; pintura em cerâmica, povoado do Onça; curso de artesanato de sementes, cascas e flores, povoado de Dr. Campolina; curso de produção de conservas vegetais, compostas, frutos cristalizados e desidratados, povoado de São Vicente,

dos agricultores familiares do município e favorecendo uma melhor inserção dos produtos no mercado.

Essas ações, combinando os recursos culturais, ambientais e humanos favorecem a atividade turística, visto que o turista, ao se deslocar para apreciar as festas, as tradições, o artesanato, a culinária, quer encontrar um ambiente limpo e tranquilo. Do mesmo modo o turista que procura a cidade por seu bucolismo e tranquilidade pode se deparar com a cultura e as tradições locais representadas nas festas, aumentando sua satisfação e divulgação da localidade.

A cidade tem um bom acesso através da MG 010, MG 323 e a telefonia móvel entra em funcionamento no ano de 2008, facilitando a presença dos excursionistas e turistas. Se o acesso por estradas está em boas condições, falta uma sinalização que identifique Jequitibá/MG por seus atrativos culturais e ambientais. Na própria sede do município não existe uma sinalização identificando seus patrimônios cultural e ambiental. A cidade dispõe de razoável estrutura de hospedagem que oferece bons preços e instalações capazes de atender o turista.

A promoção do município, que conta com a imprensa regional e estadual, dispõe de portal *web* oficial do município atualizado semanalmente, com boa apresentação, navegabilidade e farto material sobre a cultura do município. Através desse portal o visitante pode ter acesso aos principais eventos da cidade e a um acervo de fotos representativas das manifestações culturais sociais e políticas do município.

Para Dias (2006), a administração municipal deve buscar formas de promover o aproveitamento dos recursos do município e adotar uma nova postura com relação à produção local, incentivando o empreendedorismo. O mesmo autor aponta como solução para os desafios que envolvem os municípios:

incentivar o surgimento de iniciativas empresariais que visem à exploração dos recursos endógenos que, no passado recente, não despertavam interesse, do ponto de vista econômico. Um outro aspecto referente a esse papel dinamizador das administrações municipais é a realização, por iniciativa própria ou em parcerias, de ações de formação e de capacitação profissional, apoio e promoção de micro e pequenas empresas que buscam integração entre os diversos fatores. (DIAS. 2006:182)

A integração dos recursos turísticos como o patrimônio cultural e o ambiental agregam mais valor ao produto turístico oferecido, aumentando a atratividade turística da cidade. Se a tarefa não é fácil, também não é impossível e:

pode ser obtida não só pela apresentação de um mix atraente de produtos, mas também por uma gestão coordenada de marketing, que integre os setores privado e público, os quais deverão considerar a cidade um produto turístico global, cuja marca assume a condição de prioridade na construção de uma identidade positiva da localidade (DIAS, 2006:208)

Diante disso, o turismo se apresenta para Jequitibá/MG como promessa e, ao mesmo tempo, um desafio de gestão, reinvenção da cultura tradicional local.

5.7.2 Desafios

A cidade tem sido despertada para o turismo em razão dos estímulos externos, como convites para apresentação de seus artistas em outras cidades e Estados, a presença de estudantes universitários e pesquisadores de suas tradições, e com o evento do FestiVelhas Jequitibá/MG.

A despeito da tradição de suas manifestações, a cidade encontra-se diante de desafios envolvendo a gestão para a busca de recursos financeiros e o interesse da própria população em zelar pela suas tradições. A adesão dos mais jovens aos folguedos ainda é baixa e os que permanecem é pela persistência dos mais velhos. Uma das razões disso ocorrer é o:

êxodo rural, a redução da família e seu caráter nuclear nas formas de convivência urbana, estas memórias de continuidade já não podem apoiar-se em estruturas tradicionais. Os sistemas educativos, os meios de comunicação de massa, as religiões, os grupos onde acontece a socialização do jovem, até os partidos políticos em alguns países, propõe outras versões da história coletiva, às vezes sem nenhuma relação com as memórias tradicionais. (OLLIVIER, 2005:64)

A sobrevivência de culturas tradicionais, como é o caso de Jequitibá/MG, necessita para sua conservação produzir-se regularmente sob a forma de rituais como cerimônias e festivais. Nesse sentido, o turismo, ao incentivar a apresentação dos grupos pelas ruas da cidade, contribui para a salvaguarda dessas manifestações tanto pelo seu caráter sagrado como profano. Para o secretário de cultura de Jequitibá/MG,

quando o turista valoriza a cultura da cidade, o jequitibaense aumenta sua auto-estima.

Entretanto, para que as celebrações passem de recurso para atrativo turístico, essas festas e folguedos precisam, conforme observação do autor⁸², que seus performáticos disponham de tempo para as performances fora do distrito de origem; necessita que os adereços e uniformes sejam utilizados por todos os performáticos e que o número de integrantes do grupo seja correto para que a música e a coreografia tenham apelo visual. Essa qualidade cênica nem sempre acontece na cidade devido à carência de recursos dos grupos que mantêm com muita perseverança essas manifestações, sempre dependentes de filantropia que nem sempre se efetiva.

Esse desafio apareceu na preparação para o “FestiVelhas Jequitibá” (2007), quando os grupos se reuniram na câmara municipal, para traçar estratégias de participação no festival. As discussões ocorreram em torno de três assuntos: o primeiro, a necessidade de novos uniformes para os grupos; o segundo, a necessidade da organização de uma associação das folias e congado; e o terceiro foi a questão da disponibilidade de tempo dos grupos para as apresentações fora dos fins de semana, pois nem todos podem se afastar de seus sítios que precisam de cuidados diários como ordenha, o cuidado com os animais, com a rega das plantas.

Os representantes da prefeitura, nesse encontro, asseguraram o transporte e tecidos para os grupos. Quanto ao tempo da apresentação ficou estabelecido o compromisso de as apresentações dos grupos locais ocorrerem no final de semana. Um evento como o FestiVelhas rompe com o costume de obedecer ao ritmo da comunidade com festas realizadas aos finais de semana e impõe desafio de organização da comunidade. Nesse sentido, os arranjos deverão ser feitos para que os grupos locais superem a falta de tempo e providenciem as alegorias e as vestes adequadas.

A comunidade e o poder público terão que dar resposta para esses desafios, cabendo aos performáticos ainda a responsabilidade de apresentar seus cantos e danças com qualidade cênica e plástica, pois o turista que se desloca para uma festa ou festival está à procura de um espetáculo para ser visto e admirado. Assim, considera-se que a reinvenção da herança cultural da cidade passa por sua tradição, mas também pela

⁸² Reunião que ocorreu na Câmara Municipal no dia 11 de junho de 2007 e em cujo convite constavam três assuntos: O FestiVelhas, Uniforme para os grupos e a Associação dos Grupos Folclóricos. Observação direta do autor

qualidade cênica e plástica, porquanto como afirma Falcão (1984), o patrimônio cultural será sempre “feito” no presente. Para Veloso (2004), é importante a reinvenção dessas manifestações e onde a idéia de autenticidade pode ser substituída pela de singularidade. Dessa forma, a comunidade estará dando continuidade a sua tradição, o que implica reinvenção em razão da interação com o momento presente, confirmando uma das características do patrimônio imaterial que é o de seu caráter dinâmico

Essa adaptação decorre ainda do incentivo de se incrementar nas escolas a educação patrimonial, do incentivo aos jovens ligados a essas tradições, da formação de grupos para aprender as danças e os folguedos com objetivo de apresentações na cidade ou fora dela⁸³. Em Jequitibá/MG existe um embrião desse modelo que é o balé do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)⁸⁴. Esse recurso pode se constituir numa alternativa, com raízes na comunidade, para a divulgação de sua herança cultural, adquirindo aspectos de educação patrimonial e turística. Esses grupos possuem uma maior flexibilidade, pois não estão presos ao tempo cíclico das festas da cidade podendo apresentar-se quando chamados, e podem se converter em atrativo para os mais jovens que não se submetem ao antigo consenso de dançar para os santos ou divino. A apresentação dos grupos deverá, sempre que possível, ser a abertura que antecede as apresentações dos grupos “autênticos”, possibilitando ao visitante em sua fruição fazer a ligação entre o passado e o presente.

Com sua apropriação pelo turismo essas manifestações podem ser revitalizadas e reinventadas evitando-se as perdas desses cantos e ritos antigos, das cantigas de roda, e dando mais brilho aos leilões, às barraquinhas, aos fogos e fogueiras. As festas da cidade têm por efeito aproximar os indivíduos, o intercâmbio entre visitantes e anfitriões solidificando a fé e a manutenção de costumes da comunidade. Essas festas revitalizadas propiciam um maior contato da comunidade com sua herança e identidade cultural. O turismo e o mercado, portanto, como lembra Arantes (2004),

⁸³ Carta do Folclore Brasileiro de 1951 define esses grupos como parafolclóricos “grupos que apresentam folguedos e danças folclóricas, cujos integrantes, em sua maioria, não são portadores das tradições representadas, se organizam formalmente, e aprendem as danças e os folguedos através do estudo regular, em alguns casos, exclusivamente bibliográfico e de modo não espontâneo Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br> Acesso em. 22 ago. 2007.

⁸⁴ Em entrevista com a Prof. Dardania Gonçalves, que ministra no CRAS aulas de dança ela afirmou que ficou admirada com a identificação das crianças da cidade com as manifestações culturais da localidade. Em razão disso ela desenvolveu com as crianças na faixa etária de oito a onze anos um trabalho em que as cores, as batidas rústicas, as danças da cidade estivessem presentes. A primeira apresentação em público da coreografia foi no Café com Cultura de Sete Lagoas, em abril de 2007.

“longe de simplesmente criar homogeneidade, [...] estimula a geração e circulação de todo tipo de recursos capazes de produzir sentidos de lugar e diferença” (ARANTES, 2004:10). Para Moreno (2000), a cultura tradicional deve sofrer metamorfose em busca de inclusão social, e atualmente não é mais autêntico como se pensava antes, *“segue existindo como espaço de reconstrução de identidade e além disso, é pleito de reconhecimento social não incompatível com a modernidade”* (MORENO, 2000: 77).

5.8 Patrimônio e o turismo em Jequitibá/MG.

A cidade de Jequitibá/MG caracteriza-se por celebrações de caráter religioso e profano que ocorrem durante todo o ano nos distritos e na sede do município. A cidade recebe excursionistas e turistas e tem atraído estudantes de turismo, sociólogos, historiadores, antropólogos que se interessam em estudar comunidades que mantêm crenças e práticas ligadas à formação da sociedade mineira. A cidade em razão dessa tradição cultural, recebeu em 2007 o FestiVelhas, que reúne a cultura de 21 municípios da bacia do Rio das Velhas.

O turismo tem papel fundamental para essas comunidades marcadas por carências econômicas e poucas oportunidades de emprego. Devido ao relativo isolamento do município, essas comunidades configuram aquilo que Berger (1973) chama de minorias cognitivas, ou seja, um grupo formado ao redor de um corpo de conhecimentos em que o sobrenatural ainda é cheio de sentidos, o que significa que manifestações como as folias, as guardas e os congados são atrativos para os visitantes do lugar, pois no contexto da pós-modernidade:

crece a importância dos agrupamentos que ainda mantêm crenças e práticas características de épocas passadas: eles constituem conjuntos minoritários, situados num contexto mais amplo cujo modelo cultural, bastante diferente do deles, tem uma relação de distanciamento do sagrado. (GOMES, 1995:21)

A valorização dessas manifestações configuradas nas folias e nos congados possibilita uma inclusão concreta desses valores ligados ao catolicismo como uma herança cultural que deve ser conservada pela comunidade e como fonte de renda para seus detentores. O uso da cultura possibilita a *“continuidade da produção de artesãos, músicos, bailarinos e poetas populares, interessados em manter sua herança e em renová-la [...] por razões culturais, mas também por interesses*

econômicos dos produtores que tentam sobreviver ou aumentar sua renda” (CANCLINI, 1998:217).

O turismo é a ferramenta que coopera para a reinvenção dessas manifestações contribuindo para a salvaguarda das mesmas, que resistem graças à perseverança dos grupos de dançantes, foliões, congadeiros originados das camadas mais empobrecidas das periferias das grandes cidades ou de cidades do interior. Essas manifestações populares, esse legado cultural afro-brasileiro, não podem sobreviver na dependência da filantropia ou do paternalismo que fornece em algumas oportunidades o tecido para as vestimentas, os adereços e instrumentos ou o transporte.

A relação entre patrimônio e turismo deve ocorrer para a valorização do legado cultural da cidade, contribuindo para a conservação e a reinvenção dessas tradições, e possibilitar a geração de renda para esses atores sociais e a comunidade em decorrência da exploração do artesanato, da culinária e da permanência do turista na localidade. Se o patrimônio imaterial é vivo, nada mais natural que se possa viver e auferir rendimentos dessa herança independentemente do seu caráter profano ou sagrado.

A valorização do patrimônio cultural está de acordo com diversos autores e órgãos internacionais que proclamam que o patrimônio é história, fruição, identidade e recurso gerador de desenvolvimento. O patrimônio e o turismo devem estar integrados aliando o valor simbólico ao valor de mercado desse patrimônio representado nas folias, no artesanato e na culinária local. Ainda pouco utilizado pelo município, o patrimônio cultural pode vir a ser *“determinante nos rumos de seu desenvolvimento, que deve ser baseado nas características culturais locais”* (DIAS, 2006:199).

O turismo é ainda hoje percebido por muitos como uma ameaça às identidades locais, pois pode promover na visão dos críticos o desvirtuamento das manifestações culturais locais, sua aculturação, introduzindo novos valores e ameaçando a identidade do lugar. Nesta dissertação verifica-se que o turismo é capaz de valorizar o patrimônio cultural de localidades porque se busca cada vez mais a diversidade cultural, outros costumes, hábitos alimentares, festas, rituais e celebrações de diversos grupos e etnias que adquirem grande importância hoje no mercado cultural, fazendo do patrimônio cultural um dos pilares do turismo. Para Canclini (1998), a importância do turismo está justamente em promover a incorporação desses bens aos

circuitos comerciais, o que não suprime as culturas tradicionais. Ao contrário, muitas se desenvolveram e se transformaram em razão da promoção das indústrias fonográficas às feiras e aos festivais.

Com relação à autenticidade e à pureza, esses são conceitos escorregadios, uma vez que *“a preservação pura das tradições não é sempre o melhor recurso popular para se reproduzir e reelaborar sua situação. [...] às vezes ocorre o oposto”* (CANCLINI, 1998:236). A renovação do ofício artesanal e a adaptação com a modernidade conseguem melhores resultados que o isolamento da tradição, conclui o autor. Com relação ao caráter sagrado das festas o turismo não se constitui em elemento dessacralizador dessas crenças, mas, ao contrário, se apresenta como um meio que pode valorizar e salvaguardar essas práticas religiosas, na medida em que sua repetição e apresentação, como diz Durkheim (1989) reforçam a fé, revitalizam a tradição.

As culturas tradicionais, como Jequitibá/MG, que se mantinham vivas em razão do isolamento das mesmas se enfraquecem diante das novas mídias como televisão, rádio que podem levá-las a uma situação de fragilidade por serem encaradas como manifestações exóticas, primitivas desprovidas de sentido seja cultural ou religioso. O risco vem do interior da própria comunidade com o abandono pelos mais jovens dessas manifestações⁸⁵, entre outras causas, por não se sujeitarem mais ao antigo consenso que colocava esses ritos como essenciais para a manutenção da comunidade e propiciadora da subsistência do grupo pela intervenção do Divino e dos Santos. Esses jovens procuram agora outras formas de entretenimento proporcionado pela indústria cultural ou migram para centros maiores em busca de oportunidades de emprego. O rei do Congo de Minas Gerais, o Zé da Ernestina, declarou, em entrevista ao autor, que fez grande esforço para que os filhos não se afastassem de Jequitibá e abandonassem as folias. No campo das crenças o desafio está na presença das igrejas neopetencostais, que não aceitam essas manifestações, acusando-as de falsas e idólatras, que não encontram apoio na Bíblia Sagrada.

A conservação das culturas tradicionais passa pelas adaptações que são irreversíveis e legítimas quando contam com o consentimento dos grupos responsáveis pelas

⁸⁵ Em entrevista no jornal Hoje em Dia em 1988, João Alves importante violeiro da cidade afirma que nenhum dos seus 11 filhos participa dos grupos de folias “ninguém gosta disso. Isso é coisa de gente velha, de mulher da saia comprida”. Folclore é a paixão de uma pequena cidade. Jornal Hoje em Dia, 5 de jan. 1988, Minas, p.4

celebrações. A cultura, segundo Laraia (2006), está submetida a dois tipos de mudança: *“uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com outro”* (LARAIA, 2006:95).

O turismo, portanto, ao incentivar essas manifestações tradicionais do sagrado se constitui numa apropriação sustentável capaz de contribuir para a manutenção das crenças e da transmissão dessa herança. Os valores culturais, conforme as Normas de Quito (1967) *“não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância”*.

O turismo, considerado neste trabalho como um fato social, econômico e cultural, é capaz de exercer um efeito positivo sobre o patrimônio porque contribui para a sua conservação, por ser capaz de oferecer ao turista uma fruição prazerosa e à comunidade, um sentido de pertencimento e oportunidade de renda, promovendo, além da atividade econômica, uma atividade de desenvolvimento cultural e inserção social e cidadã.

6. RESULTADOS E ANÁLISES.

A cidade mineira de Jequitibá, um centro de cultura tradicional e popular ligadas ao catolicismo, foi o objeto deste trabalho no qual se discutiu a relação entre o patrimônio imaterial e o turismo. O patrimônio imaterial se apresenta como patrimônio vivo e importante instrumento de identidade, auto-estima de uma localidade, e representa a democratização da memória. Atualmente é um recurso cada vez mais incorporado aos circuitos comerciais gerando benefícios materiais e simbólicos, ganhando adeptos e apoios, mas que não é visto sem controvérsias por trazer, segundo os críticos, alterações de usos e funções que provocariam a perda de sentido ao se transformar em mercadoria.

O turismo em Jequitibá/MG, ao se apropriar do patrimônio imaterial dessa localidade pode revelar e valorizar um dos componentes essenciais desse patrimônio: a identidade da comunidade, processo de construção em que o passado é uma referência propiciadora de identidade, mas que igualmente possibilita a construção do presente, tornando-se um recurso com valor de mercado, gerando benefício para seus detentores. A valorização pelo turismo da cultura tradicional de Jequitibá/MG pode se constituir em alternativa de renda e emprego para a comunidade, fator de auto-estima e fortalecimento da cultura local. Isso ficou demonstrado através da observação pelo autor do “FestiVelhas Jequitibá”, das entrevistas com os gestores públicos da cidade e os atores sociais que vêm na atividade turística uma oportunidade de renda e de valorização de suas manifestações.

Com base nas entrevistas e observações do autor, percebeu-se que em relação à gestão pública desse patrimônio a ação mais concreta de promoção da herança cultural da localidade é o patrocínio do festival do folclore feito pela prefeitura que fornece a infra-estrutura necessária para o evento e transporte para os grupos performáticos. O poder público de Jequitibá ainda não recebe repasse de verba específico para seu patrimônio imaterial. A verba para a cultura de que o município dispõe vem de seu patrimônio tombado representado pela Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. Isso ocorre no município por falta de gestores ou empresas de assessoria capazes de atender a exigências do IEPHA/MG, órgão responsável pela gestão do patrimônio cultural mineiro e que disponibiliza as verbas de acordo com a legislação de incentivo à salvaguarda do patrimônio cultural existente em Minas Gerais.

O poder público de Jequitibá/MG divulga a imagem do município como um centro de manifestações populares, através de seu portal. Nesse portal o internauta pode opinar sobre acontecimentos na cidade. A última consulta foi sobre o FestiVelhas Jequitibá na qual 71,19% dos que opinaram o consideraram muito bom.

Com relação à iniciativa privada, a participação dos proprietários de pousadas e hotéis na promoção do turismo na cidade se limita, como se constatou pelas entrevistas realizadas, a divulgar nos *folders* dos hotéis unicamente o bucolismo da cidade ou as qualidades da pousada e seus equipamentos. Urge com a coordenação do conselho do patrimônio da cidade um trabalho de educação turística, para que esse setor valorize mais a herança cultural da região e não apenas a sua tranquilidade. Também não entra na promoção turística da cidade seu patrimônio espeleológico, recurso que continua inexplorado, mesmo com a cidade integrando o Circuito das Grutas de Minas Gerais.

Esses empresários devem perceber que o turista procura nos locais para onde se desloca uma experiência a mais completa possível. Se ele busca a cidade por seu bucolismo, pode apreciar também suas festas que por não fazerem parte de sua rotina aumentam as chances de uma experiência agradável, divulgando a cidade e prolongando a sua estadia na localidade.

Quanto aos impactos negativos, como a espetacularização, a dessacralização dessas manifestações com base nas observações da Festa do Santíssimo, do FestiVelhas Jequitibá e em entrevistas do autor com os mestres das folias e guardas, percebeu-se que para esses grupos performáticos a presença do excursionista ou turista não interfere em suas crenças e rituais, pois, afinal, são eles que cantam, tocam, dançam levantam, os mastros, são os detentores do segredo dos ritos que consolidam a fé. A presença do excursionista ou turista é positiva, traz calor e ajuda a reforçar os ritos trazendo maior motivação para esses atores sociais. De acordo com as premissas durkhemianas, o rito repetido revitaliza as crenças dos grupos mantendo sua vitalidade. Assim, a presença do excursionista ou turista estimula os ritos, as crenças, garantindo sua permanência e reforçando a fé e estimulando a dança e o canto que antes ficavam confinados à comunidade.

Como recurso turístico a cidade tem nas guardas e folias os seus principais atrativos culturais que se apresentam durante o ano obedecendo ao ciclo das festas na cidade

e durante o Festival do Folclore, principal evento da cultura local. Baseado ainda em observações do autor considera-se importante a implementação de ações para reinvenção dessas manifestações que se mantêm hoje em dia pela persistência dos mestres. Estes tentam contornar as dificuldades de manutenção, como a falta de recursos financeiros, a pouca renovação dos performáticos, pela liderança entre os integrantes dos grupos geralmente familiares.

Com isso, a renovação dos quadros é lenta ou inexistente, ocorrendo apresentações sem apelo visual com os grupos desfalcados de seus componentes por doenças ou pelas exigências do trabalho diário. Outra limitação dos grupos consiste em que muitos performáticos se apresentam sem uniformes típicos com suas cores, fitas e outros adereços. Se essas carências materiais, por um lado, não diminuem a fé, deixam de proporcionar qualidade cênica capaz de fornecer uma experiência satisfatória aos moradores e turistas, por serem bastante singelas como pode ser observado na Festa do Santíssimo, padroeiro da cidade.

A atividade turística em Jequitibá/MG poderá ser um agente externo de transformação, pois pode promover com a concordância dos detentores dessas celebrações, a reinvenção dessas tradições, cuja riqueza cultural pode mesclar-se com a incorporação de novos componentes, novos formatos e coreografias, recriações que não tiram sua autenticidade, pois estariam baseadas na continuidade cultural das manifestações. Essas adaptações podem motivar e atrair os mais jovens a realizarem as performances na cidade e fora dela, contribuindo para a divulgação da imagem de Jequitibá e colaborando para a continuidade dessa herança de danças e cantos tão presentes nessa localidade.

Dessa forma, considera-se que a reinvenção das guardas e folias será um arranjo capaz de manter a tradição do ritual sagrado/profano e incorporar qualidade cênica com adequações aos dias atuais, de modo a oferecer aos próprios atores sociais, aos moradores e turistas uma experiência satisfatória. A herança cultural da cidade necessita de ações no sentido de revitalização de grupos performáticos com espaço para inventar, recriar e promover a integração da tradição com o presente numa releitura saudável dos saberes, valores e crenças. Essas iniciativas estariam acopladas a um programa de educação patrimonial nas escolas com as crianças ensaiando coreografias, aprendendo o sentido simbólico das festas e da história local de uma forma lúdica, contribuindo deste modo para a conservação do patrimônio cultural imaterial.

O posicionamento de Jequitibá/MG como a “capital mineira do folclore” tem fornecido visibilidade, atraindo estudantes e pesquisadores interessados nas tradições e festas do lugar e, em razão dessa tradição, recebeu em setembro de 2007 o “FestiVelhas Jequitibá”. O festival propiciou renda aos artesãos, comércio local, hotéis e pousadas e ao mesmo tempo aumento da auto-estima dos atores jequitibaenses, reforçando a identidade do lugar ao valorizar a música e as coreografias dos grupos precatórios e de danças do município, que tiveram espaço especial na programação do festival. A leitura dos boletins diários do FestiVelhas, realizados pela equipe de comunicação do projeto Manuelzão dá a dimensão do impacto do evento na cidade. Nesses boletins⁸⁶ lê-se: *“quem faz artesanato esta produzindo mais”, “estabelecimentos comerciais promovem melhorias, hotéis aumentam vagas”, “muitas pessoas estão pintando os muros e enfeitando as calçadas das casas”*. Dessa forma, o patrimônio cultural de Jequitibá apropriado pelo turismo se constitui em fator de desenvolvimento cultural e econômico, sendo improvável pensar em desenvolvimento cultural e econômico de Jequitibá, a “capital mineira do folclore” sem essa relação entre cultura e turismo. O turismo, ao valorizar e revelar a cultura popular, dá uma contribuição para sua sustentabilidade social, pois promove a emergência dos saberes chamados populares ou tradicionais.

As oportunidades se apresentam para o município e as possíveis adaptações dessa interação entre patrimônio e turismo não irão trazer riscos de desnaturalização como julgam os tradicionalistas. A pureza, a autenticidade das manifestações populares, como demonstram os antropólogos, são aspectos que apresentam dinâmicas adquirindo novos sentidos simbólicos e de uso no decorrer do tempo. O patrimônio cultural sempre foi o resultado de dilemas, disputas e escolhas, e o turismo é apenas mais um desses dilemas com que o patrimônio se depara. Rejeitar as mudanças dessas manifestações representa um anacronismo e a condenação da herança a uma sobrevivência improvável num patrimônio que se quer vivo. Se a renovação não ocorrer, significa condenar determinados grupos a permanecer ancorados na tradição, “museus vivos” de passado idealizado, que sem a renovação correm riscos reais de perdas e de esquecimento na medida em que as vozes dos atores tradicionais dessas manifestações se calem. As manifestações mantêm os mesmos sentidos sagrados e

⁸⁶ Boletim “de mão em mão”, entre os dias 06 e 09 de set. de 2007. Redação e edição: Elton Antunes, Carolina Silveira, Carlos Jáuregui, Humberto Santos, Filipe Motta, Mariana Garcia, Matheus Jasper, Sâmia Bechelane, Taís Ahouagi, Vanessa Veiga e Victor Guimarães. Rádio: Lívia Aguiar, Vetrô Gomes, Gilberto Correa. Fotos: Daniel Iglesias.

profanos, todavia transformadas para atender às aspirações do presente da comunidade e do mercado.

A atividade turística em Jequitibá/MG tem uma característica regional atraindo excursionistas e turistas das cidades da região, principalmente de Sete Lagoas, que atua como uma capital dessa região central de Minas Gerais. Os turistas buscam o bucolismo da cidade segundo os proprietários das pousadas e hotéis, mas existem em menor número os turistas culturais, grupo formado por estudantes universitários, pesquisadores interessados nessas manifestações.

A cidade ganhou com o FestiVelhas Jequitibá a oportunidade de maior ocupação e renda para a população local e ainda a promoção de suas manifestações espalhando pela região da bacia do Rio das Velhas e para outras regiões um atrativo cultural representado por celebrações ligadas ao catolicismo que se mantiveram nessa localidade pelo isolamento do município e pela necessidade de setores da população em expressar a fé com rituais sagrados e profanos.

Atualmente essas manifestações são recursos culturais capazes de incrementar o turismo nessa localidade, o que requer gestão pública, privada e envolvimento da comunidade. As palavras de uma moradora da cidade, com 70 anos⁸⁷, durante o FestiVelhas Jequitibá revelam a importância da relação entre patrimônio e turismo, ocorrida nessa comunidade. Ela assegura que correu tudo bem, os turistas foram educados e os anfitriões fizeram tudo para servir bem a todos, os artistas são ótimos e o espaço é pequeno para tanta cultura. Essa é a relação de equilíbrio que se busca entre patrimônio, turismo e comunidade.

⁸⁷ FELIZARDO, Maria Francisca. Boletim “de mão em mão”. 09 de set. 2007, no. 5.

7. CONCLUSÃO.

O patrimônio cultural, como gerador de auto-estima e recursos materiais, ainda não é percebido por muitas comunidades que lhe atribuem exclusivamente um papel suplementar de espetáculo ou lazer envolvendo o sagrado e o profano e não um recurso capaz de gerar emprego e renda. A possibilidade do turismo na cidade mineira de Jequitibá está condicionada à gestão desse patrimônio imaterial, o que significa o envolvimento da administração pública, da iniciativa privada e da comunidade, coesas no sentido de utilizar econômica e simbolicamente o potencial cultural de Jequitibá/MG, a “capital mineira do folclore”. Esse emprego dos recursos culturais deve ter por objetivo garantir o desenvolvimento e a conservação desse patrimônio vivo gerador de identidade e auto-estima para a população local e, ao mesmo tempo, propiciador de recursos mediante o turismo cultural.

O resultado do trabalho aponta que para o desenvolvimento cultural pelo turismo em Jequitibá é imperativo que os detentores dessa herança e os gestores públicos empreendam ações de instrumentalização de seu patrimônio como um recurso simbólico e econômico, nas quais a comunidade tenha controle sobre sua herança, para usufruir de seus valores cognitivos, afetivos e materiais. Isso implica promoção e reinvenção dessas manifestações populares para que tenham maior visibilidade, como ocorreu durante o FestiVelhas Jequitibá. Essas adequações podem garantir a conservação dessas tradições que necessitam de qualidade cênica com a revitalização de suas coreografias, de adereços e performáticos, como, por exemplo, o incentivo à maior participação da juventude jequitibaense com liberdade para recriar e adaptar suas tradições com base nas necessidades do presente.

Essas transformações não afetam a autenticidade das tradições, pois são realizadas pelos detentores da herança cultural atendendo às novas demandas socioeconômicas e culturais, não podendo ficar cristalizadas, presas imutáveis do passado. O patrimônio imaterial acompanha a dinâmica cultural, uma construção humana que pressupõe continuidade por meio da transmissão oral de valores espirituais, de narrativas, de festas, transmitidas de geração em geração. Assim, ocorre uma recriação permanente, já que os homens não absorvem pacificamente as transformações do seu mundo social em que o passado e o presente se entrecruzam gerando renovados produtos culturais que podem ainda facilitar sua penetração nos canais de comunicação e chegar ao mercado.

Essas transformações serão capazes de revigorar os múltiplos valores dos bens culturais, seja seu valor afetivo, espiritual, estético, social, histórico, simbólico, seja o seu valor econômico. Sendo essas adaptações realizadas pelos seus detentores, fornecerão à comunidade uma sensação de continuidade, respeito às gerações anteriores, processo importante para a identidade cultural e para a conservação da cultura local.

Esses arranjos fazem a relação entre patrimônio e turismo propiciar benefícios diretos e indiretos para a comunidade jequitibaense e revitalizar suas manifestações de dança e canto. Assim, o envolvimento e o comprometimento da comunidade como principal guardiã de seu patrimônio garantem uma arrumação equilibrada dos bens e serviços culturais que têm valor cultural, simbólico, afetivo e valor econômico, com a geração de recursos econômicos para as demandas da comunidade de Jequitibá/MG.

Patrimônio, turismo e identidade são categorias complexas e a revisão da literatura e o trabalho de campo revelam que a identidade se conserva não como manifestação ancorada num passado histórico, mas fundamentada na continuidade da dinâmica cultural, o que implica perdas e a inclusão de novos elementos. Assim, como os bens imateriais se renovam, a identidade também sofre transformações na medida em que se vai construindo, caminhando para o futuro sem esquecer o passado.

A relação entre o patrimônio e o turismo em Jequitibá é um importante fator de valorização e conservação do patrimônio imaterial, por trazer benefícios econômicos para a comunidade e promover o interesse da mesma na sua salvaguarda. Essa aproximação entre o patrimônio e o turismo pode promover a fruição dos excursionistas e turistas ao vivenciarem prazerosamente as celebrações expressas nos cantos, nas danças e na música da cidade. O turismo, ao promover o encontro entre os visitantes e os anfitriões, contribui para o fortalecimento da identidade cultural do lugar e atua como elemento externo de transformação, com essa herança se adaptando à prática cotidiana, do presente e não apenas do passado. Aí, então, como afirma Falcão (2001), *“a preservação do imaterial é a preservação do presente e do futuro, muito mais do que a do passado. Muito mais esperança do que saudade”*⁸⁸. Cabe aos gestores e agentes do turismo criar uma relação equilibrada entre o valor

⁸⁸ FALCÃO, J. Patrimônio imaterial: um sistema sustentável de proteção. *Revista Tempo Brasileiro*, n.º. 147, out/dez, 2001, p.163-180

econômico do patrimônio cultural e a identidade do lugar, processos que não são conflitantes e, sim, promotores de benefícios materiais e afetivos.

A atividade turística deve ser complementada pela ação do poder público municipal local que tem que manter apoio a essas manifestações populares que, por serem da comunidade, beneficiam amplos setores da população, além de contribuir para a autoestima e a identidade local. Por isso deve o gestor público realizar investimentos na cultura do município subvencionando e promovendo essas manifestações, buscando recursos nas leis de incentivo federais e estaduais à cultura. Essa herança cultural de Jequitibá, que se manifesta nos cantos e danças de trabalhadores rurais, representa a democratização da memória e merece reconhecimento.

O trabalho sobre Jequitibá, com seu patrimônio imaterial apropriado pelo turismo, exemplifica a importância dessa atividade para a valorização, salvaguarda e, ao mesmo tempo, renovação da tradição com a participação da comunidade. O patrimônio cultural imaterial pode ser utilizado como recurso turístico e também reforçar a identidade local, possibilidade que ocorre a partir de ações nas quais exista o equilíbrio entre os interesses da comunidade e os do mercado. Isso é viável, na medida em que o patrimônio imaterial se apresente dinâmico, revitalizado, proporcionando ao excursionista ou turista uma experiência satisfatória e, respectivamente, sendo capaz de promover desenvolvimento socioeconômico trazendo benefícios para a população local, promovendo a identidade do lugar ao valorizar sua herança e assim caminhar para o futuro, mantendo-se a troca entre a tradição e a atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. IN: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 30-45

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALFONSO, Maria José Pastor. El patrimonio cultural como opción turística. *Horizontes Antropológicos*, ano 9, n.20, p.97 -115, Porto Alegre, out. 2003,.

ANDRADE, Mário. A capela de Santo Antônio. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, ano 1, nº 1, p.119-126, Rio de Janeiro, 1937.

ANDRADE, José Vicente. *Turismo, fundamentos e dimensões*, São Paulo:Ática, 2002

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. *Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*, Rio de Janeiro: Ministério da cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARANTES, Antonio A. Paisagem de História: a devoração dos 500 anos. *Projeto História*. nº. 20, p 63-96,PUC-SP, abril 2000.

ARANTES, Antonio A. Patrimônio Imaterial e Referências Culturais. *Revista Tempo Brasileiro*, nº 147, p.129-140, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, out-dez 2001.

ARANTES, Antonio A. Patrimônio imaterial e sustentabilidade de sua salvaguarda. *DaCultura*, ano 4, nº.7, p.9 -14, Rio de Janeiro, 2004

BALLART, Josep. *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*, Barcelona: Ariel, 2002.

BANDEIRA, Manuel. Que idade risonha e bela. In: *A lição de Rodrigo*, DPHAN, Recife, 1969, p.73-75

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*, Belo Horizonte, Ed.comunicação, 1979.

BARRETTO, Margarida. *Turismo e Legado Cultural: As possibilidades do planejamento*. São Paulo: Papirus, 2000.

BATALLA, G. Bonfil: *Nuestro patrimonio cultural: um laberinto de significados*. 2004 Disponível em<<http://trabajaen.conaculta.gob.mx/convoca/anexos/Pensar%20nuestra%20cultura.>PDF> Acesso em: 30 jan. 2007.

BAUDRIHAYE, Jaime Axel Ruiz. O turismo cultural: luzes e sombras. *Revista de Estudos Turísticos*. nº. 134, p.43-54, Barcelona 1997.

BERGER, Peter. *Um rumor de anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural*, Petrópolis:Vozes, 1973

BIANCHI, Raoul. Patrimônio imaterial y urbanismo cosmopolita en el Mediterráneo: una vision crítica desde el proyecto "Mediterráneo Voices". IN: LUQUE, Isabel (org), *Patrimonio Inmaterial e Gestion de la Diversidad*. Sevilla:Junta de Andalucía, 2005. p.84-97

BO, João Batista Lanari, *Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados*, Brasília: UNESCO, 2003.

BONET, Lluís; TRESSERRAS,Jordi.J. Lecturas para ahondar el debate sobre turismo y cultura. *Revista Nexus*, nº 35, p.69-71, Barcelona, inverno 2005-2006

BOUTHOU, Gaston. *História da Sociologia*, São Paulo:Difusão, 1996.

BRUGMAN, Fernando. La convencion para a salvaguarda del Patrimonio Cultural Inmaterial IN: LUQUE, Isabel (org), *Patrimonio Inmaterial e Gestion de la Diversidad*. Sevilla:Junta de Andalucía, 2005, p.54-68

CAMPOFIORITO, Ítalo. Introdução: As primeira árvores, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Iepha, nº 26, 1997, p.10-19.

CANCLINI, Néstor. García. Paranóicos versus utilitaristas. *Revista Nexus*, nº.35, p.5-6, Barcelona, inverno 2005-2006

CANCLINI, Néstor. García.. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Paisagens e Horizontes, *Estado de Minas*, caderno Pensar, p.1, de 6 abr. 2002,

CARSALADE, Flávio de Lemos. Patrimônio Histórico: sustentabilidade e sustentação. *In: Curso de Gestão urbana e de Cidades*, 2001, Belo Horizonte, EG/FJP, 2001 p.1-14.

CARVALHO, J.J. Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria do entretenimento IN: *Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva*. Cecília Londres [et al.] Rio de Janeiro:Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.p.65-83

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas na Repartição*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ:Minc-IPHAN, 2000.

CECÍLIA LONDRES. *Para além da 'pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio*. *Revista Tempo Brasileiro*, nº. 147, out/dez, 2001, P.185-206

CORREA, Marcos Barreto. *Do marketing ao Desenvolvimento cultural: Relacionamento entre Empresas e Cultura – Reflexões e Experiências*, Belo Horizonte: 2004

CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2003.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.Unesp, 2001.

CURY, Isabelle (org) *Cartas Patrimoniais*, Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

DÍAZ, Gema Carrera. La evolución de patrimônio (inter) cultural: políticas culturales para la diversidade IN: LUQUE, Isabel (org), *Patrimonio Inmaterial e Gestion de la Diversidad*, Sevilla: Junta de Andalucía, 2005. p.14-29

DINIZ, L.F. Malloy; GOULART, Eugênio M. Andrade (org). Rio das Velhas em verso e prosa, Belo Horizonte, Projeto Manuelzão/UFMG, 2006.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989

ECO, Umberto. O falso necessário. *Entre Livros*. ano 3, nº.25. p.82, 2007

FALCÃO, Joaquim. Patrimônio imaterial: um sistema sustentável de proteção. *Revista Tempo Brasileiro*, nº. 147, out/dez, 2001, p.163-180.

FALCÃO, Joaquim. *Política Cultural e Democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional*. IN: MICELI, Sérgio (org). *Estado e Cultura no Brasil*, São Paulo: Difel, 1984. p.21-40

FALCÃO, Joaquim. Política de preservação e democracia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº. 20, 1984, p.45-49

FILIPPE, Carlos. O folclore é a atração. *Estado de Minas*, Caderno de Turismo, p.10, 15 de abril de 1999, Turismo, p.10

FONSECA, Maria Cecília Londres da. *O Patrimônio em Processo*. Trajetória da política federal de preservação no Brasil, Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Experiências de financiamento à cultura em municípios de Minas Gerais: gastos públicos, aparato institucional e mecanismos de incentivos*. Belo Horizonte, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (org). *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória*, Brasília, 1980.

GASTAL, Susana, Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos IN: GASTAL, Susana, (org) *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Porto Alegre; EDIPUCRS, 2001, p.117-130.

GASTAL, Susana. Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: *Turismo Investigação Crítica*, Gastal, Susana et al, São Paulo, Contexto, 2002, p.69-82.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GOMES, Núbia Pereira Magalhães e PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Do presépio à balança: representações sociais da vida religiosa*, Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Núbia Pereira Magalhães e PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras Raízes Mineiras: Os Arturos*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: Lúcia Lippi Oliveira (org). *CIDADE: história e desafios*, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. p.108-123.

GONZÁLES, Pedro Monreal. *Documento preparado para o Foro de Ministros da Cultura e Encarregados de políticas Culturais da América Latina e Caribe*, 2002. Disponível em: <<http://www.unesco.org/cu/Documentos/Monreal.Documento%20Foro%201.doc>>. Acesso em 23 abr. 2007.

GONZALEZ MÉNDEZ, Matilde. Viajes a vestigios, incitación del consumo a la arqueología. IN: MARTÍN, Marcelo; BARBERÁN, J. Rodríguez. *Difusión del Patrimonio*, Sevilla: Junta de Andalucía, 1996. p.45-59

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento IN: GILNEY VIANA et al, *O Desafio da Sustentabilidade um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001

ICOMOS. *Heritage at Risk 2004/2005*. Disponível em <http://www.international.icomos.org/risk/2004/introdu2004_spa.pdf . Acesso em:18 abr. 2007.

ICOMOS. *Normas de Quito 1967*, Disponível em :<<http://www.internacional.icomos.org/quilo67.htm>> Acesso em: 21 abr. 2007.

IPHAN. “Os Sambas as rodas, os bumbas, os meus e os bois. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2007.

IPHAN. Relatório Final das atividades da Comissão e do Grupo de trabalho Patrimônio Imaterial IN:*Patrimônio Imaterial: O registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do GTPI*, Ministério da Cultura/IPHAN, Brasília: 2003.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária,1990.

LACARRIEU, Mônica. Los fluxos turísticos y el patrimonio inmaterial. *Revista Nexus* nº.35, p.58-67, Barcelona, inverno 2005-2006,

LANZA, Zila G. *Saudade Cantadeira*, Sete Lagoas, 1997.

LARAIA. Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*.Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

LARAIA. Roque de Barros. Patrimônio Imaterial: conceitos e implicações IN: TEIXEIRA, João Gabriel L.C. et al (org), *Patrimônio imaterial performance cultural e (re) tradicionalização*, Brasília:ICS-UnB, 2004. p.12-18

LE GOFF, Jacques e outros. *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, Edições 70, 1986.

LEVINHO, José Carlos. Kusiwa, arte gráfica Wajãpi: patrimônio cultural do Brasil IN: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.15-18

LÉVI-STRAUSS. Patrimônio Imaterial e Diversidade cultural: O Novo decreto para a proteção dos Bens Imateriais. *Revista tempo Brasileiro*, nº.147, out-dez, 2001, p.23-28.

LONDRES, Cecília, Patrimônio e performance: uma relação interessante. IN: TEIXEIRA, João Gabriel L.C. et al (org) *Patrimônio Imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*, Brasília:ICS-UNB, 2004. p.19-30.

LONDRES, Cecília. *Para além da 'pedra e cal*: por uma concepção ampla do patrimônio. *Revista Tempo Brasileiro*, nº. 147, out/dez, 2001.

MACHADO, Jurema de Souza. Apresentação IN: Anais do Seminário Preservação: A Ética das intervenções, IEPHA/MG, Belo Horizonte, Gráfica Tamoios, 1998.

MAGALHÃES, Aloísio. Bens Culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso IN: *Revista do Patrimônio artístico e histórico nacional*, nº.20, 1984, p.40-44.

MARKIN, Roy. Los pioneros. *El correo Unesco*,1999, jul/ago 1999 p. 24-25

MARTINS,Saul. Folclore em Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 1991.

MATA MACHADO, Bernado Novais. A identidade cultural de fato e de direito IN: SEE/MG, Grupo Gestor (org). *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*, Belo Horizonte:SEE/MG 2002, p.37-50.

MEDEIROS, Ana Elisabete de A. Imaterialidade criadora IN: TEIXEIRA, João Gabriel L.C., et al (org). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*.Brasília:ICS-UnB, 2004, p.43-51

MENESES, José Newton Coelho. *História e Turismo Cultural*, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, José Newton Coelho. O queijo e a História. *Estado de Minas*, Caderno Pensar, p.6, 16/set. 2006.

MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*, São Paulo: Difel, 1984.

MINC. *Rodrigo e o SPHAN*; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural: Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

MITCHELL, Ross E; REID, Donald G. Community Integration: Island Tourism in Peru. *Annals of tourism Research*, vol 28, nº.1, 2001, p.113-139,.

MORENO, Rosa M. A.A. Metamorfosis culturales em busca de la inclusión social. IN: *VI Encuentro para la promoción y difusión del patrimonio inmaterial de los países andinos. Generaciones: transmisión y re-recreación de las culturas tradicionales*. Dupligráficas, Bogotá, 2000.

MORÓN, Victoria Quintero. El patrimonio intangible como instrumento para la diversidad cultural ¿una alternativa posible? IN: LUQUE, Isabel (org), *Patrimonio Inmaterial e Gestión de la Diversidad*. Sevilla:Junta de Andalucía, 2005. p.68-83

MUÑOZ, Raúl Veldez. Turismo cultural: la experiencia Mexicana. *Caderno Virtual de Turismo*, no.1 vol.3, 2003, p. 18- 33 Disponível em:<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewissue.php?id=8> Acesso em 12 fev. 2007.

OLLIVIER, Bruno. Memorias, identidades y patrimonio inmaterial:¿Qué papel desempeña la comunicación ? IN: *VI Encuentro para la promoción y difusión del patrimonio inmaterial de los países andinos. Generaciones: transmisión y re-creación de las culturas tradicionales*. Colombia, nov. de 1995.

OMT, *Turismo é riqueza*. Disponível em:<http://www.unwto.org./newsroom/campaign/tourism_enriches_esp.pdf. Acesso em: 23 abr. 2007.

OMT. *Desarrollo sostenible del turismo* IN:<<http://www.world-tourism.or/sustainable/esp/concepts.htm>. Acesso em: 12 abr. 2007.

PATIN, Valery. Cultura e Turismo: hacia una economía de mercado. *El Correo Unesco*, p.35-36, jul. ago, 1999.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. Turismo Cultural: leituras antropológicas. In: *Congresso turismo cultural* (org) NAYA. Argentina, 2001. Disponível em <<http://www.naya.org>> Acesso em 18 maio 2007.

PIZANO MALLARINO, Olga et all. *La fiesta, la outra cara del patrimônio. Valoración de su impacto económico, cultural y social*. Bogotá:Convenio Andrés Bello, 2004.

PRADO, Ariane et all. *Pesquisa de Demanda – Jequitibá/MG*, manuscrito, Trabalho para o curso de Turismo. Disciplina: Planejamento e organização do turismo fundamentos do urbanismo, Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, 2003.

RIBEIRO W.C; FERREIRA, S.R.B. Turismo e desenvolvimento sustentável In: *Turismo com Ética*. MENESES, Luzia Neide; TEIXEIRA. Coriolano (orgs). Fortaleza:UECE, 1998, p.301-310.

RICHARDS ,Greg. ATLAS. *Turismo cultural en Europa: realidades y desafíos*. ATLAS Cultural Tourism Project: www.tram-research.com/atlas

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Patrimônio, território y empreendedorismo: Pilares del desarrollo del turismo em base local. *Aportes y Transferencias*, Mar del Prata, Argentina:ano7, voll, 2003, pp11-30.

SAMPER, Sergio de Zubiria . Diversidad y patrimônio em clave latinoamericana. IN: LUQUE, Isabel (org), *Patrimonio Inmaterial e Gestion de la Diversidad*. Sevilla:Junta de Andalucía, 2005. p.156-163

SPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, SPHAN/Pró-memória, 1980

SANT'ANNA, Márcia, Patrimônio Imaterial: do conceito ao problema da proteção. *Revista Tempo Brasileiro*, out/dez, no. 147, 2001, p.151-162

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. IN: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.46-55

SANTANA, A. Patrimônio cultural y turismo: reflexiones y dudas de um anfitrión, IN: *Revista Ciencia y Mar*”, n.6, 1998, p.37-41.

SIMÃO, Lucieni de Meneses. Os Mediadores do Patrimônio Imaterial. *Revista Sociedade e Cultura*, v.6 n.1 jan/jun.2003. p.59-70

SOCORRO, Maria del Pino Rodriguez. *Itinerários turísticos em áreas protegidas: problemática y metodologia para su elaboracion*. Palmas de Gran Canárias: Universidad de Las Palmas de Gran Canárias, 302p. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, 2004.

SUNKEL, Guillermo. *Uma mirada outra. La cultura desde el consumo*. In: Daniel Mato (cood): *Estúdios y otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura e Poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociais (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidade Central de Venezuela, 2002, p.287-294.

TALAVERA, Agustín Santana. Turismo Cultural, Culturas Turísticas. *Horizontes Antropológicos*, ano 9, n.20, p.31-57, Porto Alegre, out. 2003.

TEIXEIRA, João Gabriel L.C. et al (org), *Patrimônio imaterial performance cultural e (re) tradicionalização*. Brasília:ICS-UnB, 2004.

UNESCO. Informe relativo al estudio preliminar sobre la conveniencia de reglamentar em el ámbito internacional la protección de la cultura tradicional y popular mediante un nuevo instrumento normativo. *Conselho Executivo*. 161 EX/15. París, 16 de mai. 2001.

UNESCO. *Final Report: International Consultation on New Perspectives for UNESCO Programme: The Intangible Cultural Heritage*, June 1993.

VASCONCELOS, Diogo. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

VELHO, Gilberto. Antropologia e patrimônio cultural”. *Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, no. 20, São Paulo: 1984.

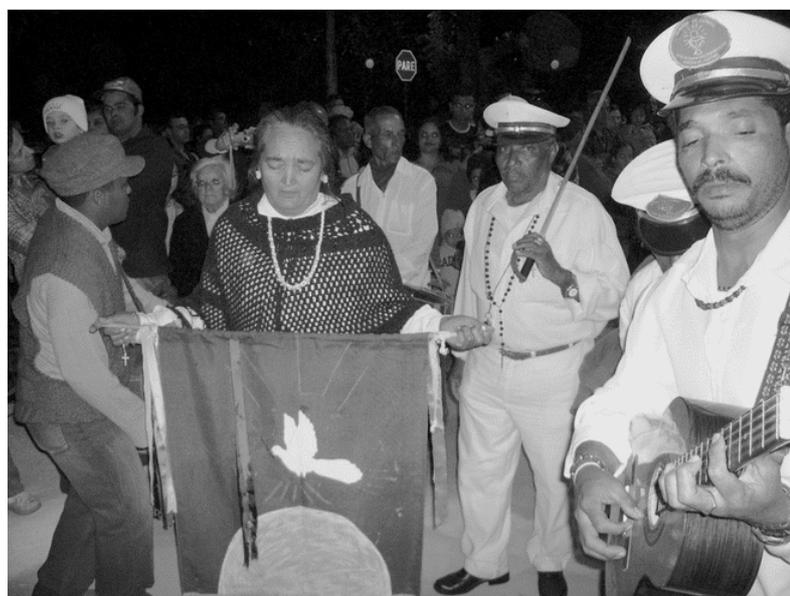
VELOSO, Mariza. Patrimônio imaterial, memória coletiva e espaço público in: *Patrimônio Imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*, Brasília:ICS-UNB, 2004. p.31-51

VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais IN:Cecília Londres (et al.) *Celebrações e saberes da cultura popular:pesquisa, Inventário, crítica, perspectivas*, Rio de Janeiro: Funarte, IPHAN, CNFCP, 2004, p.15-24

VIEIRA FILHO, Nelson A Quadros. Patrimônio, Turismo e Sustentabilidade. *Reúna*, vol.7, no. 4(21), out-dez, 2002, p.11-24.

APÊNDICES**APÊNDICE A - Festa do Santíssimo Jequitibá/MG 2007**

Guarda de Zaninho



Guarda do Santíssimo Sacramento de Zé da Ernestina

APENDICE B -Tambores de Jequitibá: passado e presente



Tambores Antigos



Tambores Atuais

APÊNDICE C - Estandartes e músicos de Jequitibá/MG



Estandartes das Folias - Foto do autor 1

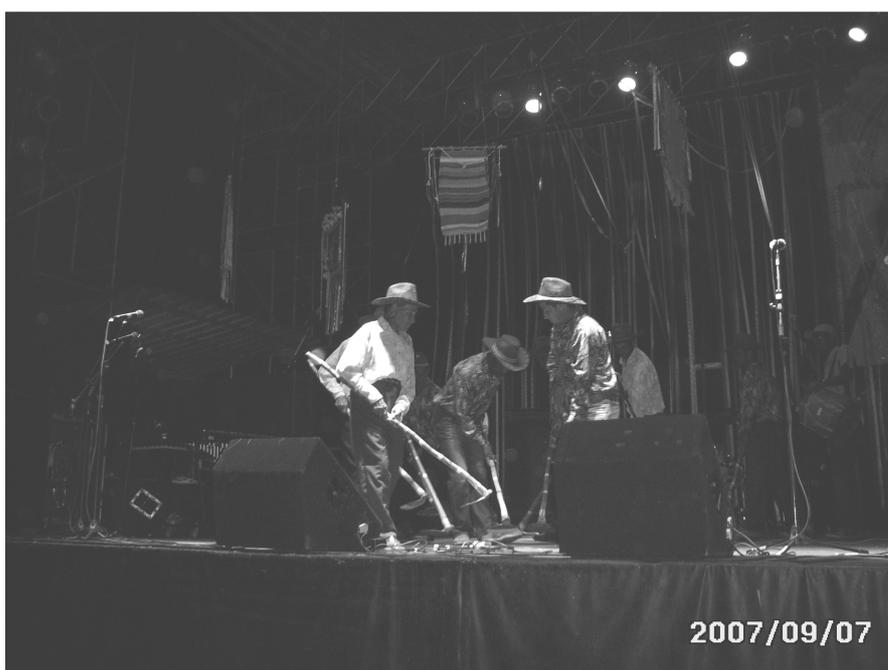
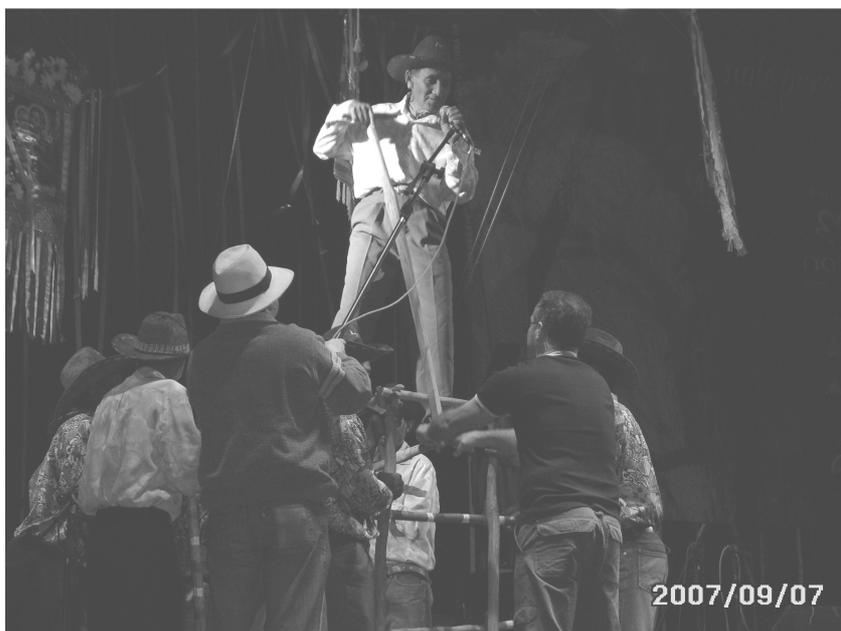


Estandartes das Folias - Foto do autor 2



Nelson Jacó e Ana Elza 1 – Fac. Estácio de Sá Belo Horizonte 12 abr. 2007 – Foto do autor.

APENDICE D - FestiVelhas Jequitibá 2007: fim da capina e dança do serrador



APÊNDICE D - FestiVelhas: dança do tear de Pindaíbas (Jequitibá/MG)



APÊNDICE E - Entrevista com representante do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Jequitibá.

NOME: RONALDO SOARES.

1. Identificação: Nome da festa/folia e Informe histórico.
 - a) finalidade de formação;
 - b) transformações sofridas no processo ao longo do tempo.
 - c) síntese da festa.

2. Iconografia: suportes materiais da manifestação

3. Território: Informações sobre o espaço de celebração e os espaços associados, tais como local de moradias, de preparação da festividade, de comércio etc.

4. Celebrantes:
 - a) a motivação e os sentidos atribuídos por eles;
 - b) os meios de transporte utilizados e recursos financeiros;
 - c) práticas de transmissão de saberes para gerações futuras;
 - d) elementos de continuidade, de permanências e de transformação;
 - e) fatores que levaram ao desaparecimento
 - f) trajes e adereços; objetos e instrumentos rituais; instrumentos musicais.

5. Público participante: Quem participa da festa como espectador a) excursionistas b) turistas c) moradores

6. Calendário: agenda da Festa desde os preparativos até os dias específicos da Festa.

APÊNDICE F - Entrevista com os mestres de Jequitibá/MG.

Nomes: Nelson Jacó, e “Zé da Ernestina”..:

1. Quem são os participantes das festas?
2. Quais são os principais símbolos da Festa?
3. Em que lugares se realizam as festas e/ou folias.?
4. Quantas pessoas participam diretamente da festa ou folia?
5. Qual a característica mais importante da festa e/ou folia.
 1. celebração religiosa
 2. comida
 3. A música
 4. os desfiles públicos
 5. jogos e concursos
7. Qual a importância do público para a festa?

APÊNDICE G - Entrevista com secretário da cultura de Jequitibá/MG.

Nome: Hermano Saturnino.

1. Qual a ação da prefeitura com relação as festas no município?
2. A prefeitura possui um setor responsável pela promoção das festas?
3. A prefeitura possui algum levantamento sobre os excursionistas e turistas no município?
6. Qual a participação da iniciativa privada na realização das festas?
7. Existe na cidade um conselho de cultura? Existe cooperação entre ele e o poder público no sentido de desenvolver o turismo no município
8. Qual o sentido das festas e folias no município.
7. Quais os meios de comunicação que participam da Festa?
 1. Rádios comerciais locais,
 2. Rádios comerciais nacionais,
 3. Canal de televisão regional,
 4. Jornal regional,
 5. Jornal nacional,
 6. Internet
 7. Outros meios de comunicação ou promoção? Quais?

APÊNDICE H - Entrevista com proprietários de hotéis/pousadas da cidade

Questões da Entrevista:

1. Quais os recursos turísticos que motivam os hóspedes a virem para Jequitibá?
 Elementos naturais como paisagem;
 Elementos culturais como folclore, gastronomia.
 Lazer e descanso.
 Outros
2. Qual a cidade de origem dos hospedes?
3. Quantos dias em media ficam os turistas hospedados?
4. As refeições são realizadas na hospedagem? Se não onde?
5. As festas folclóricas atraem os turistas?
6. Quais as festas da cidade que mais atraem os turistas? Qual a principal festa?
7. Qual o principal atrativo da cidade?
8. Existe período de alta e baixa temporada na cidade? Quais os meses?

Proprietários:

Edson Antônio, Hotel Jequitibá;

Flávio Santos do Hotel Serra Verde;

Nivaldo Rosa, Área de Lazer Alvorada e

Júlio Rebecchi, Recanto do Jequitibá.

APÊNDICE I - Roteiro de observação de eventos na cidade.

A) Em caso de Evento religioso

Observar:

Componentes: a) apenas religioso;
b) profano-religioso
c) apenas profano

B) Em caso de Evento Profano

Existência de: leilões;
danças;
comidas;
barraquinhas.

ANEXOS.**ANEXO A – Portal web da prefeitura de Jequitibá/MG**


bem vindo à capital mineira do folclore

Prefeitura Municipal de Jequitibá

Jequitibá, 23 de Agosto de 2007. [PÁGINA INICIAL](#) [GALERIA DE FOTOS](#) [WEBMAIL](#) [INTRANET](#)

SEÇÕES
» Administração
» Contas Públicas
» Cultura
» Dados Econômicos
» Educação
» Endereços/Telefones Úteis
» Galeria de fotos
» Meio Ambiente
» Nossa Cidade
» Obras
» Ouvidoria
» Poder Executivo
» Poder Legislativo
» Saúde
EDITAIS E LICITAÇÕES
» Cadastro de Fornecedores
» Cartas Convite
» Concorrência Pública
» Concursos
» Diversos
» Leilões
» Pregões
» Tomada de Preços
ATOS OFICIAIS

Festivelhas Jequitiba
16/08/2007 @ 11:03:34



FESTIVELHAS Jequitibá

06 a 09 de Setembro
Jequitibá 2007

Arte e transformação na capital mineira do folclore

Apresentações artísticas
Debates
Oficinas
Exposições
Palestras

Informações:
www.município.mg.gov.br
www.jequitiba.mg.gov.br
031 3266 0000
031 3261 4000

Patrocinador: MANUELLZAO

Fonte: Assessoria de Imprensa

Prefeitura Municipal de Jequitibá - MG - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização.

   RSS

Busca no site:

SERVIÇOS

- » Caixa Econômica Fed.
- » Correios
- » Governo Federal
- » MEC
- » Portal Público
- » Receita Federal
- TURISMO E CULTURA**
- » Bares
- » Carnaval
- » Festa do Cavalo
- » Festa do Rosário
- » Festa do Santíssimo
- » Festival do Folclore
- » Festivelhas 2007
- » Gastronomia
- » Grupos Folclóricos
- » Hotéis
- » Pontos Turísticos
- » Pousadas
- » Restaurantes

ANEXO B - As celebrações do município de Jequitibá/MG .

Nome	Descrição
Localidade	
Guarda do Congo - Jequitibá, Baú	As danças são realizadas ao som dos tambores em homenagem aos santos e ao rei e rainha congo.
Folia do Divino - Perobas	As folias são autos populares com letra, música e coreografia relacionadas com a igreja católica. A Folia do Divido é celebrada em homenagem ao Espírito Santo e Santos.
Folia de Reis Dr. Campolina, Lagoa Sto Antônio, Jequitibá	A Folia de Reis é normalmente realizada entre o 25 de dezembro e 06 de janeiro. A festa, representa a viagem dos reis magos para conhecer o menino Jesus recém nascido.
Folia de São Sebastião - Pindaibas	Duas violas e uma caixa são tocados para o padroeiro dos injustamente perseguidos.
Contra-dança Jequitibá	A contradança é uma dança folclórica composta de 09 marchas. É feita sem canto nem letra, apenas ao som de violas rabecas, flautas. Na evolução da dança são usados lenços e porretinhos que são batidos uns nos outros.
Encomendação das Almas - Vera Cruz	O ritual é realizado durante a quaresma, quando o participantes saem durante a noite tocando matraca e pedindo que todos rezem pelas almas, principalmente daqueles que morreram em mortes trágicas.
Incelências para chuva - Pindaibas	Quando falta chuva, os cantadores saem pelo povoado rezando o terço e cantando. A palavra “incelência” costuma a ser associada com cantos fúnebres, mas neste caso é um pedido pelo fim da estiagem.
Fim de Capina - Jequitibá e Baú	O Fim de Capina é uma dança que representa o término da capina na roça, geralmente realizada em novembro e dezembro.
Cantiga de Roda -Souza	As cantigas de roda serão cantadas em roda com coreografias especiais para cada uma delas.
Batuque - Jequitibá	Dança de origem africana caracterizada por forte sapateado e palmas. O batuque é acompanhado por tambores, caixas,

pandeiros, viola e rabeca que dão base rítmica a cantigas tradicionais.

Pastorinhas
-Vargem Bonita

É uma representação do nascimento do menino Jesus. Crianças e adolescentes fazem o papel das primeiras pessoas que vão visitá-lo. A festa é realizada comumente no período natalino.

Dança do Tear
- Pindaibas

Dança que retrata a cultura do algodão. Desde o momento de se colher até o de se tecer. A coreografia imita os movimentos dos fios durante a tecelagem. O dança, apresentada em qualquer época do ano.

Fonte: Conselho do Patrimônio cultural de Jequitibá

Adaptação do autor.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)